

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
SUREG AMAPÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012

MACAPA

Local - 2013

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
SUREG AMAPA**

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, das DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e nº 121 de 13 de junho de 2012, da Portaria TCU nº 150 de 3 de julho de 2012 e Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013.

SUREG AMAPA

Local - 2013

Equipe de Elaboração

**Asdrúbal Silva de Oliveira
Superintendente Regional.**

**Luiz Carlos Fernandes Gonçalves
Gerente de Finanças e Administração.**

**Priscila Figueiredo das Neves
Gerente Operações e Suporte Estratégico.**

Sumário

Lista de Siglas	6
Lista de Quadros	10
Lista de Figuras	11
Introdução	14
1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS	16
1.1 – Informações gerais sobre a AP	16
1.2 – Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos	17
1.2.1 – Planejamento Estratégico	17
1.2.2 – Análise dos Principais Macroprocessos	19
1.2.2.1 – Macroprocesso de Sustentação da Renda	19
1.2.2.2 – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento.....	19
1.2.2.3 – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	20
1.2.2.4 – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	21
1.2.2.5 – Macroprocesso de Prestação de Serviços.....	21
1.2.2.6 – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos	22
1.2.2.7 – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos...	22
2 – ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO	23
2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão	23
2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios	23
3 – SUSTENTAÇÃO DE RENDA	24
3.1 – Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção.....	24
3.2 – Análise dos Programas de Sustentação de Renda	25
3.2.1 – Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF.....	25
3.2.2 – Contratos de Opção de venda	26
3.2.3 – Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra).....	26
3.2.4 – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO.....	26
3.2.5 – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	27
3.2.6 – Subvenções do Governo Federal	31
3.3 – Principais indicadores de desempenho	31
4 – PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO	31
4.1 – Análise das principais ações ligadas à venda.....	31
4.2.1 – venda em leilão publico.	33
4.2.2 – Venda em Balcão.....	34
4.2.3 – Valor para Escoamento do Produto – VEP	36
4.2.4 – Doação de Produtos Alimentícios.....	37
4.3 – Principais indicadores de desempenho	40
5 – ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO	40
5.1 – Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort	40
5.2 – Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap.....	41
5.3 – Principais indicadores de desempenho	41
6 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	41
6.1 – Armazenagem de Produtos Agrícolas.....	41
6.2 – Receita de Armazenagem de Produto de Terceiros	42
6.3 – Classificação de Produtos Agrícolas (Só ES???).....	42
6.4 – Principais indicadores de desempenho	43
7 – ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO	43
7.1 – Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab.	43

7.1.1 – Estoques Depositados nas Unidades Próprias.....	45
7.1.2 – Capacidade Estática de Armazenagem Nacional.....	45
7.1.3 – Capacitação da Mão de Obra do Setor Armazenador.....	45
7.2 – Análise das ações de fiscalização dos estoques públicos.....	46
7.2.1 – Fiscalização dos Estoques Públicos.....	46
7.2.2 – Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda.....	48
7.2.3 – Avaliação Física e Geral dos Armazéns.....	48
7.2.4 – Desvio ou Perdas em Armazenagem dos Estoques Públicos.....	48
7.4 – Principais indicadores de desempenho.....	51
8 – GESTÃO TECNOLÓGICA.....	51
8.1 – Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	51
8.2 – Cadastramento.....	52
8.2.1 – Objetivo.....	52
8.2.2 – Unidade Armazenadora.....	52
8.2.3 – Agente Armazenador ou Depositário.....	52
8.2.4 – Pedidos de Cadastramento.....	52
8.2.5 – Informações Cadastrais.....	52
8.3 – Habilitação Técnica.....	52
8.3.1 – Objetivo.....	52
8.4 – Credenciamento.....	54
8.4.1 – Objetivo.....	54
8.5 – Credenciamento de Unidade Armazenadora Repassada a Terceiros Cujo Agente Antecessor Possui Pendências Financeiras com a Conab.....	54
8.5.1 – Objetivo.....	54
8.6 – Impedimento.....	55
8.6.1 – Objetivo.....	55
8.6.2 – Motivos para Impedimento:.....	55
8.6.3 – Rotina para o Impedimento.....	55
8.6.4 – Reincidência de Motivos para Impedimento.....	57
8.7 – Descredenciamento.....	57
8.7.1 – Objetivo.....	57
8.7.2 – Motivos para o Descredenciamento.....	57
8.7.3 – Rotina para o Descredenciamento.....	57
8.7.4 – Comunicação das irregularidades objeto das penalidades.....	57
8.7.5 – Reincidência.....	57
8.8 – Recredenciamento.....	58
8.8.1 – Objetivo.....	58
8.8.2 – Rotina para o recredenciamento.....	58
9 – GESTÃO ESTRATÉGICA.....	59
9.1 – Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa.....	59
10 – GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES.....	60
10.1 – Projeto SIGABrasil.....	72
10.2 – Levantamento de Safras.....	74
10.3 – Levantamento de Custos de Produção e de Custos de Insumos.....	75
11 – GESTÃO DE PESSOAS.....	75
11.1 – Alocação de Servidores.....	76
11.2 – Comunicação na Instituição.....	77
11.3 – Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho.....	77
11.4 – Ações de Conhecimento e Aprendizagem.....	78
11.5 – Informações Sobre Recursos Humanos da Conab.....	81

11.5.1 – Quadro de Pessoal Ativo	88
11.5.1.1 – Composição de Pessoal Por Escolaridade	89
11.5.1.2 – Composição de Pessoal Por Faixa Etária X Tempo de Serviço	89
11.5.1.3 – Distribuição dos Empregados Aposentados	90
11.5.1.4 – Redução da Força de Trabalho	90
11.5.2 – Admissões, Demissões e Transferências	90
11.5.3 – Perspectivas de Aposentadoria	91
11.5.4 – Recomposição do Quadro de Pessoal	92
11.5.5 – Composição do Quadro de Estagiários	92
11.5.6 – Custos de Pessoal	92
11.5.6.1 – Auxílio- Transporte	92
11.5.6.2 – Auxílio-Alimentação	93
11.5.6.3 – Assistência Médica e Odontológica aos Empregados e seus Dependentes	93
11.5.6.4 – Assistência Médica Empregados - Exames Periódicos	93
11.5.6.5 – Capacitação de Pessoal.....	94
11.5.7 – Mão de Obra Terceirizada	94
11.6 – Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	94
12 – PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTABIL	95
12.1 – Programas e Ações do PPA.....	95
12.1.1 – Programas	98
12.1.1.1 – (0352) - Programa Abastecimento Agroalimentar	98
12.1.1.2 – (0360) - Programa Gestão da Política Agropecuária.....	99
12.1.1.3 – (0901) - Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	99
12.1.2 – Principais Ações dos Programas	99
12.1.2.1 – (2004) – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	101
12.1.2.2 – (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – EXAMES PERIÓDICOS	102
12.1.2.3 – (2011) Auxílio- Transporte aos Servidores e Empregados.....	103
12.1.2.4 – (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	106
12.1.2.5 – (2130) Formação de Estoques Públicos – PGPM	108
12.1.2.6 – (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	110
12.2 – Restos a Pagar.....	112
12.5 – Demonstrações Contábeis	112
12.7 – Gestão do Patrimônio Imobiliário	113
13 – GOVERNANÇA E CONTROLES	114
13.1 – Controle Interno da UJ	114
13.2 – Deliberações do TCU e CGU	115
13.3 – Auditoria Interna.....	117
Resultados e Conclusões	125
ANEXO I – Demonstrações Contábeis.....	126
ANEXO II – xxx	127

Lista de Siglas

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
Abracen	Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento
AGF	Aquisição do Governo Federal
Ano-Safra	Intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Armazém cadastrado	Armazém cadastrado na Conab, por solicitação dos interessados, que é sistematicamente submetido a vistoria objetivando apurar informações sobre as unidades (ambiente natural e artificial), registrando sua capacidade estática e qualificação técnica
Armazém credenciado	Armazém apto a operar com os estoques do governo federal. O credenciamento objetiva habilitar as unidades cadastradas para prestação de serviços de armazenagem, para tanto a Conab realiza vistoria no armazém, habilitando aquela que se enquadrar nos requisitos constantes do Manual de Operações da Conab
Armazém descredenciado	Armazém excluído do rol de unidades armazenadoras habilitadas a receber produtos do governo federal, por terem praticado desvio de mercadorias, prática de sinistro doloso ou troca de mercadorias e erros graves (propositais ou não) na gestão dos estoques, que ocasionem riscos para as pessoas e/ou animais, prestar informações falsas nos comprovantes de depósito ou outros documentos exigidos pela Conab
Armazém impedido	Armazém que não pode receber produtos dos estoques públicos ou vinculados a algum programa do governo federal, pelo não cumprimento de exigências legais e/ou dos requisitos técnicos/operacionais definidos pela Conab, bem como por débito e/ou pendência financeira com a Companhia
ASO	Atestado de Saúde Ocupacional
Camex	Câmara de Comércio Exterior
CAN	Coordenador de Ação Nacional
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
Ceasa	Centrais de Abastecimento
Ceagesp	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
Ceasaminas	Centrais de abastecimento de Minas Gerais
Centreinar	Centro de Treinamento em Armazenagem
CFP	Companhia de Financiamento da Produção
CGPLAN	Coordenação Geral de Planejamento e Modernização
CGSI	Comitê Gestor de Segurança da Informação
CGSR	Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural
CGU	Controladoria-Geral da União
Cibrazem	Companhia Brasileira de Armazenamento
Cibrius	Instituto Conab de Seguridade Social
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPB	Cadastro Nacional de Planos de Previdência
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSAD	Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
Contrato de	Instrumento de política pública para o setor agrícola que visa proteger o produtor

Opção	o/ou cooperativa de eventuais oscilações do mercado, uma espécie de seguro contra queda dos preços
COPEC	Coordenação-Geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CPR-Doação	Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea
CPR-Estoque	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
Deral	Departamento de Economia Rural
DEST	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DevCoCast	Aplicações do GEONETCAST para e por países em desenvolvimento
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A.
EE	Estoque Estratégico
EFD	Escrituração Fiscal Digital
EFPC	Entidade Fechada de Previdência Complementar
EMATER/RO	Associação de Assistência Técnica, Extensão Rural do Estado de Rondônia
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuárias
Embratel	Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.
Empasa	Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
ER	Estoque Regulador
EUMETSAT	European Organisation for the Exploitation of Meteorological Satellites
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
Flana	Federação Latino-Americana de Abastecimento
Fome Zero	Política pública que visa a erradicação da fome e da exclusão social
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funarbe	Fundação Arthur Bernardes
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
FUNCAFE	Fundo de Desenvolvimento da Economia Cafeeira
Geosafras	Projeto de aperfeiçoamento da metodologia de previsão de safras do Brasil
GPS	Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global) foi concebido pelo Departamento de Defesa dos EUA no início da década de 1960, sob o nome de 'Projeto NAVSTAR'. O sistema foi declarado totalmente operacional apenas em 1995. Consiste em 28 satélites que orbitam a terra a 20.200 km duas vezes por dia e emitem simultaneamente sinais de rádio codificados
IAPAR	Instituto Agrônomo do Paraná
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IEA	Instituto de Economia Agrícola
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa Técnica e Extensão Rural
Incra	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LOA	Lei Orçamentária Anual
LNT	Levantamento de Necessidades de Treinamento

LTCAT	Laudo Técnico de Condições Ambientais
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MF	Ministério da Fazenda
MI	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOC	Manual de Operações da Conab
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPS	Ministério da Previdência Social
NF-e	Nota Fiscal Eletrônica
NOC	Manual de Normas da Organização
OAN	Ouvidoria Agrária Nacional
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAAnet	Aplicativo desenvolvido e disponibilizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com o objetivo de facilitar e descentralizar o preenchimento das propostas de participação dos mecanismos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
Paint	Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna
PCMSO	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PD	Parcerias de Desenvolvimento
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEC	Plano de Educação Corporativa
PEP	Prêmio de Escoamento de Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PESOJA	Prêmio Equalizador da Soja
PGPAF	Preços de Referência para a Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
Plano-Safra	Conjunto de medidas destinadas ao apoio do plantio da safra agrícola, contemplando preços mínimos, condições de comercialização, créditos para financiamento da produção, seguro agrícola etc
PMTI	Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
Preços Mínimos	Objetivam reduzir a incerteza dos produtores quanto aos preços futuros estimulando, assim, a expansão da oferta agrícola. Durante a safra atuam como um seguro de preço, garantindo ao produtor uma renda mínima para sua produção, sendo fixados por Portaria Interministerial, após aprovação pelo Conselho Monetário Nacional, e servem de base para as aquisições do Governo Federal-AGF
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Prohort	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
Pronaf	Programa Nacional de Agricultura Familiar
PROP	Prêmio de Risco de Opção Privada
Refap	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SAA	Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo

SAAGRA	Sistema Aplicado à Administração Quantitativa de Armazenagem
SAS	Serviço de Assistência à Saúde
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SEAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEC	Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAGRO	Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento
SIAJUR	Sistema de Atividades Jurídicas
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIASG	Sistema de Administração de Serviços Gerais
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICARM	Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contrato de Repasses do Governo Federal
SigaBrasil	Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira
SIGEST	Sistema de Gestão de Estoques
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
Simab	Sistema de Informações de Mercados de Abastecimento do Brasil
SIMEPAR	Sistema Meteorológico do Paraná
Sinac	Sistema Nacional de Comercialização
Siorg	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPLAN	Sistema Integrado de Planejamento
SISCOD	Sistema de Geração de Códigos para Acesso Externo
SISCOE	Sistema de Comercialização Eletrônica
SISMAT	Sistema de Material
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças
SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPAEE	Secretaria de Produção e Agroenergia
SPC	Secretaria de Previdência Complementar
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
Sureg	Superintendência Regional
TI	Tecnologia da Informação
TPF	Tabela de Participação Financeira
TR	Taxa referencial
TVN	Termo de Vistoria e Notificação
UA	Unidade Armazenadora
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFPR	Universidade Federal do Paraná
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Vendas em Balcão	Programa do Governo Federal que viabiliza o acesso dos pequenos criadores e das agroindústrias de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta, garantindo, de forma contínua e sistematizada, o suprimento de insumos a preços de mercado
VEP	Valor de Escoamento do Produto

Lista de Quadros

Quadro	Título	Pag
I	Identificação da Unidade	
II		
III		
IV		
V		
VI		
VII		
VIII		
IX		
X		
XI		
XII		
XIII		
XIV		
XV		
XVI		
XVII		
XVIII		
XIX		
XX		
XXI		
XXII		
XXIII		
XXIV		
XXV		
XXVI		
XXVII		
XXVIII		
XXIX		
XXX		
XXXI		
XXXII		
XXXIII		
XXXIV		
XXXV		
XXXVI		
XXXVII		
XXXVIII		
XXXIX		
XL		
XLI		
XLII		
XLIII		
XLIV		
XLV		
XLVI		
XLVII		

XLVIII		
XLIX		
L		
LI		
LII		
LIII		
LIV		
LV		
LVI		
LVII		
LVIII		
Figuras	Título	
I		
II		
III		
IV		
V		
VI		
VII		
VIII		
IX		
X		
XI		
XII		
XIII		
XIV		
XV		
XVI		

Lista de Figuras

Quadro	Título	Pag
I	Identificação da Unidade	
II		
III		
IV		
V		
VI		
VII		
VIII		
IX		
X		
XI		
XII		
XIII		
XIV		
XV		
XVI		
XVII		
XVIII		

XIX		
XX		
XXI		
XXII		
XXIII		
XXIV		
XXV		
XXVI		
XXVII		
XXVIII		
XXIX		
XXX		
XXXI		
XXXII		
XXXIII		
XXXIV		
XXXV		
XXXVI		
XXXVII		
XXXVIII		
XXXIX		
XL		
XLI		
XLII		
XLIII		
XLIV		
XLV		
XLVI		
XLVII		
XLVIII		
XLIX		
L		
LI		
LII		
LIII		
LIV		
LV		
LVI		
LVII		
LVIII		
Figuras	Título	
I		
II		
III		
IV		
V		
VI		
VII		
VIII		
IX		
X		
XI		
XII		

XIII		
XIV		
XV		
XVI		

Introdução

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Superintendência Regional do Amapá, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, durante o exercício de 2012.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – DN TCU nº 119/2012, de 18/01/2012. A Conab atenderá aos itens da Parte C – Informações Customizadas da Conab.

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados pela Sureg- AP para o exercício de 2012, decorreram da escassez crônica de recursos humanos em face da perdas de servidores e da reposição insuficiente, assim, como dos limites orçamentários e para as despesas com diárias e passagens impostos, fatores recorrentes em relação a exercícios anteriores.

A seguir estão indicados os itens requeridos pela Parte C da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e Art 4º da Decisão Normativa nº 121/2012 que não constam no presente documento, assim como a correspondente justificativa:

Descrição		Justificativa
1. Informações Básicas		
1.1	Nome do auditor independente	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Descrição e composição da estrutura de governança corporativa	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada, Presidente, Diretor de Operações e Abastecimento, Diretor de Política Agrícola, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Auditor interno e Ouvidor	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
3. Sustentação de Renda.		
4. Promoção do Abastecimento		
4.2	Prêmio para o escoamento de Produto – PEP (venda)	A Conab não realiza operações de PEP para venda de produtos
5. Articulação e Organização do Abastecimento		
6. Prestação de Serviços		
6.2	Leilões de Terceiros	Não se aplica à natureza jurídica da UJ, a informação será apresentado somente no Relatório da Matriz
6.3	Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de classificação de produtos agrícolas	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
7. Administração dos Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação		
11. Gestão de Pessoas		
11.5	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
11.7	Cíberius	Dados Apresentados no Relatório da Matriz
12. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil		
12.6	Composição dos Investimentos da Empresa	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matri
12.3	Demonstrativo de Transferências recebidas e	Não se Aplica a Unidade Juricidiada

	realizadas no exercício	
12.4.	Transferências mediante Convênio	Não se Aplica a Unidade Juricidiada
12.8	Parecer da auditoria independente	Não se Aplica a unidade juricidiada, Somente Matriz
13. Governança e Controles		
13.3	Informações de como está estruturada a área de auditoria interna	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz

INFORMAÇÕES CUSTOMIZADAS DA CONAB

1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 – Informações gerais sobre a AP

Poder: EXECUTIVO		
Órgão de Vinculação: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO		Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO		
Denominação abreviada: CONAB		
Código SIORG: 087379	Código LOA: NÃO SE APLICA	Código SIAFI: 135596
Situação: EM FUNCIONAMENTO		
Natureza Jurídica: EMPRESA PÚBLICA		CNPJ 26.461.699/0478-10
Principal Atividade: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato: 3222.0936(91) 3222.3563 – 3223		
Endereço Eletrônico: ap.sureg@conab.gov.br		
Página da Internet: www.conab.gov.br		
Endereço Postal: Rua Hamilto Silva nº 1500, central de Macapá – Macapá – Amapá– CEP: 66.900-		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		

Decreto nº 6.407, de 25/03/2008

A Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, foi constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990. **é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.** O seu Estatuto Social foi aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990.

A Superintendência Regional do Amapá – SUREG-AP é parte integrante da estrutura organizacional da CONAB, tendo sido criada pela Resolução CONAD nº 05, de 11 de maio de 1998, mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia em sua 183ª Reunião Ordinária realizada em 28 de outubro de 2008.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

Legislação de Armazenagem: Decreto nº 1.102, de 21/11/1903; Decreto nº 3.855, de 03/07/2001 e Lei nº 9.973, de 29/05/2000.

Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

MOC, NOC, Regulamento de Pessoal e Regimento Interno

Nome e Período de Gestão dos Principais Responsáveis

Superintendência Regional - AP

Superintendente: **Asdrúbal Silva de Oliveira (13/05/2009 a xx/xx/xxxx)**

Gerentes de Área

GERÊNCIA DE OPERAÇÕES E SUPORTE ESTRATÉGICO - GEOSE

Gerente: Priscila Figueiredo das Neves (03/08/2009 a xx/xx/xxxx)

GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO - GEFAD

no caso de dois gerentes no período

Gerente: Luiz Carlos Fernandes Gonçalves (21/10/ 2011 a xx/xx/xxxx)

Gerente: José Geraldo de oliveira Madeira Cabeça (13/08/2009 a 21/10/2011)

Gerentes das Unidades Armazenadoras

UA MACAPÁ/AP

Gerente: Gildison Silva (12/12/2012 a xx/xx/xxxx)

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome	Título Resumido
135596	SEDE SUREG AMAPÁ	SUREG AMAPÁ
135600	Unidade Estoque Estratégico Amapá	Estoque Estratégico
135599	Unidade Mercado de Opções AMAPÁ	MO AMAPÁ
135598	Unidade PAA AMAPÁ	PAA AMAPÁ
135614	Unidade Armazenadora Macapá Central	UA Macapá Central

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
22211	Companhia nacional de Abastecimento

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
SEDE SUREG AMAPÁ	22211
Unidade Estoque Estratégico Amapá	22211
Unidade Armazenadora Macapá Central	22211
Unidade Mercado de Opções Amapá	22211
Unidade PAA Amapá	22211

1.2 – Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos

1.2.1 – Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico da Conab foi concebido a partir de acordo firmado em 2003 com a Agência Brasileira de Cooperação- ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD, tendo por objetivo a capacitação da Conab para novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a promover o bem-estar social e o desenvolvimento do País.

Para o seu desenvolvimento foi utilizada a metodologia de Balanced Scorecard- BSC, de forma compartilhada, ou seja, envolvendo equipes de Líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes de Área e Coordenadores de áreas da Presidência) e Ampliada (10 Superintendentes Regionais e alguns gerentes, assessores e técnicos da Matriz) e Equipes de Desenvolvimento e de Multiplicadores. Entre os produtos gerados, destacam-se o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração da missão, visão e proposta de valor aos diferentes públicos- alvos da Companhia.

O mapa estratégico traduz a missão, a visão e a estratégia da organização, a partir de um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Os propósitos deste mapa são definir e comunicar a todos os níveis gerenciais e servidores, de modo claro e transparente, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pela organização, assim como a forma pela qual as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e de recursos.

Na Conab, o mapa estratégico está estruturado em cinco perspectivas: excelência organizacional interna, integração, perspectiva financeira, processos internos e sociedade. Essas perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação da Companhia. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela Conab no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional.

A tradução da estratégia, por meio do mapa abaixo explicitado, criou um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores da organização.

Figura II– Mapa Estratégico Corporativo

Fonte: Conab

Aprovado em dezembro de 2004 para um horizonte de cinco anos, os períodos de 2005 a 2006 representaram um esforço para a implementação das estratégias definidas, com a designação de responsáveis por projetos, apuração de indicadores, definição de metas, monitoramento de resultados e alinhamento mediante reuniões de análises estratégicas com a liderança da Companhia. Em face da mudança na alta direção da Conab, ocorrida no 2.º semestre de 2007, foi apresentado pelo Grupo Gestor da Estratégia um balanço das atividades até então realizadas, incluindo o histórico da implantação do Planejamento Estratégico, suas premissas, metodologia, composição do Mapa Corporativo e respectivos objetivos, metas e indicadores de desempenho, assim como as iniciativas estratégicas associadas. A direção abordou a necessidade de se proceder ajustes na condução do processo, desconstituiu os grupos formados para seu desenvolvimento e acompanhamento e designou assessores para a revisão do Planejamento Estratégico.

Devido à descontinuidade do Planejamento Estratégico e por força do Acórdão da 2.ª Câmara do TCU nº 835/2011, publicado no Diário Oficial em 24 de fevereiro de 2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico em virtude dos riscos de gestão advindos da falta de utilização desse instrumento, foi criado por meio das Portarias PRESI n.ºs 268 e 291, de 28 de março e 5 de abril de 2011, respectivamente, um grupo de trabalho com a finalidade de retomar os trabalhos do Planejamento Estratégico. Após os trabalhos o grupo recomendou:

a) criar uma unidade orgânica específica para elaboração e execução do Planejamento Estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, sendo o coordenador um empregado do quadro permanente de pessoal;

b) inserir no regimento interno as ações pertinentes à nova unidade orgânica, fazendo as devidas supressões das competências em outras áreas;

c) manter a atual ferramenta utilizada para o planejamento estratégico, sem desprezar os trabalhos executados, tempo despendido e o investimento financeiro realizado;

d) avaliar a necessidade do uso de outras metodologias complementares ao BSC; e

e) contratar consultoria para auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Por meio da Portaria PRESI n.º 278, de 07 de março de 2012, foi constituído novo grupo de trabalho, objetivando a retomada do Plano Estratégico da Conab. Este grupo, conforme CI PRESI nº097, de 06/03/12, foi encarregado de validar os objetivos estratégicos, os indicadores de avaliação, as metas, e as iniciativas ou projetos que irão permitir o alinhamento da gestão estratégica ao cumprimento da missão institucional da Companhia.

1.2.2 – Análise dos Principais Macroprocessos

1.2.2.1 – Macroprocesso de Sustentação da Renda

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos- PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

Público-alvo: produtores rurais, cooperativa de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos ligados à compra e à subvenção, tais como AGF, Contrato de Opção de Venda, Compra Direta da Agricultura Familiar- CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar- CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR Doação.

A Superintendência Regional do Amapá tem impactado fortemente com sua presença no cenário da economia Amapaense através do programa PAA que é o carro chefe de sua missão tem garantido a renda aos agricultores familiares, pois quando os agricultores organizados em cooperativas e associações se tornam pazeiros da CONAB, muitas outras portas tem se abrem e com isso tem surgido as agroindústrias para beneficiamento dos produtos e uma nova cultura tem sido plantada não apenas de uma agricultura de subsistência para uma visão empresarial do agronegócio.

Figura x - Macroprocesso de Sustentação da Renda

Fonte: Conab

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9b925ccef30179a929a8e60c1ca468a..pdf>

1.2.2.2 – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Este macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

Público-alvo: consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores, varejistas.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos com o sem subvenção, Venda Balcão, VEP, PEP.

A Superintendência Regional do Amapá tem participação marcante, no desenvolvimento dos outros segmentos que são importantes, para o desenvolvimento do Estado no fortalecimento, da avicultura, bovinocultura, suinocultura, através do programa de venda balcão que tem seu início em maio de 2013 com a chegada de 1000 toneladas de milho que é a base de toda a ração para suínos, bovinos, e aves.

Figura x - Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/3cc58c3d7116d2eab5cc03f3a268e08b..pdf>

1.2.2.3 – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

Este macroprocesso envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro- Prohort e a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos- REFAP. O primeiro foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização- Senac que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a Refap foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte.

Público-alvo: Centrais de abastecimento e similares, alvo do "Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT" e Varejistas de pequeno porte, conforme definições do programa REFAP (Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos).

Família de Produtos e Serviços: Centrais de Negócios e Portal de Informações de preços e quantidades comercializadas.

A Superintendência Regional do Amapá entende que sendo um Estado ainda novo necessita de muito apoio para o desenvolvimento de seu comércio que responde por 90% da geração de empregos portanto a através de sua matriz foi solicitado a implantação do programa

REFAP (Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos), para apoio a este segmento.

Tendo a perspectiva para implantação em 2014.

Figura x - Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/61e2ac3b4647a5238a4e45258d6a2d4f..pdf>

1.2.2.4 – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Público-alvo: Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da Conab, especialmente MAPA, MDS e MDA e órgãos estaduais e municipais.

Família de Produtos e Serviços: Aquisição para programas sociais, entrega de cestas de alimentos, merenda escolar, dentre outros.

Na Superintendência do Amapá ainda não dispomos de estrutura para realização dos serviços que atendam ao macroprocesso.

Figura x - Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/911fb5bec2ab890e01ef8e89fc71e280..pdf>

1.2.2.5 – Macroprocesso de Prestação de Serviços

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

Público-alvo: União, sociedade, setor privado.

Família de Produtos e Serviços: Prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza, etc); prestação de serviços de classificação para terceiros; leilões com uso do Sistema Eletrônico de Comercialização- SEC.

Figura x - Macroprocesso de Prestação de Serviços

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9019b7528a181936db7e88696e7ddef..pdf>

1.2.2.6 – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados, necessitando, ainda, para a formalização das AGF e a execução dos Contratos de Opção de Venda a celebração de contrato de prestação de serviços. Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando porém de contínuo acompanhamento e revisão face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

Figura X - Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/5cbedf2a41f1f6ffbd0cea69f1d0f0f..pdf>

1.2.2.7 – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

É o principal macro- processo de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macro- processo que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

Público-alvo: governo, setor agrícola, agentes financeiros, imprensa especializada, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe, ONG, armazenadores.

Família de Produtos e Serviços: estudos técnicos e científicos, proposta de política agrícola, proposta de preços mínimos, informações agrícolas, avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística, Valor Bruto da Produção, IPP & IPR, PLE, análise de cadeias produtivas; mapeamento geo espacializado, séries históricas e estatísticas agrícolas. cadastro de armazéns, vistoria e informações de estoques privados, cadastro dos fornecedores,

fiscalização do cadastro da cadeia produtiva da borracha natural e das operações referentes aos Programas de Subvenção, treinamento em armazenagem, informações quanto ao abastecimento social, cadastramento de empresas no SICAF (elaboração e manutenção de arquivo no SICAF).

A Superintendência do Amapá, por ser um órgão novo no Estado, na sua estrutura de TI conta com sete computadores interligados por rede com a sua matriz em Brasília, duas impressoras, numero ainda baixo por ainda encontramos em fase de implantação pois o quadro de funcionários ainda não se completou tendo previsão de concurso para supri esta carência no final de 2013.

Figura X - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/76e2b5416fca06120e5a75ec9a4558b0..pdf>

2 – ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO

2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão

2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios

Demanda por serviços de armazenagem e apoio à comercialização

Mapeamento das principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da Conab

a) Armazenagem

b) Comercialização - NÃO HÁ CONTEUDO A SER DECLARADO

receita líquida dos serviços – armazenagem de produtos agrícolas, leilão de terceiros e classificação, comercialização de produtos agrícolas dos estoques públicos, produtos de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários, etc.)

Principais clientes por produtos e serviços dos setores público e privado, discriminando nome/razão social, CNPJ e volume de operações

a) Principais clientes do setor público – comercialização

b) Principais clientes do setor privado – comercialização

c) Principais clientes do setor público – armazenagem

d) Principais clientes do setor privado – armazenagem

3 – SUSTENTAÇÃO DE RENDA

3.1 – Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos- PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio- econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

○ **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

○ **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

○ **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo),

promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

○ **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

3.2 – Análise dos Programas de Sustentação de Renda

A pauta de produtos amparados pela PGPM é composta por xxxx produtos. Destes tradicionalmente a Conab realiza intervenções, seja por aquisições ou por concessão de subsídios para escoamento, nos mercados de arroz, feijão, milho, sisal e trigo e esporadicamente algodão, fécula, leite, sorgo e uva. Em 2012 em função dos preços recebidos pelos produtores terem atingido níveis inferiores aos dos preços mínimos fixados pelo Governo, a Conab interviu nos mercados de arroz, trigo, sisal e feijão, conforme detalhado a seguir.

A agricultura Amapaense se destaca pela produção de culturas alimentares de ciclo curto, principalmente arroz, feijão, milho e mandioca, praticada nas regiões de várzea onde os solos são mais ricos, e desenvolvida por pequenos produtores assentados pelos programas de colonização e assentamento implementados pelos governos estadual e federal. Os cultivos são, normalmente, feitos de forma consorciadas ou de rotação, com baixo padrão tecnológico, sendo ainda bastante frequente a agricultura itinerante. Segundo dados do IBGE a agricultura em pequenas propriedades corresponde a 88% da produção estadual de mandioca, 73% do milho, 67% do arroz, 54% da banana, 46% da laranja e 41% do abacaxi. O excedente da produção agrícola das pequenas propriedades é destinado ao abastecimento de centros urbanos, constituindo em um grande mercado para a atuação do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA.

Em função do volume de produção ser inferior à demanda não formando excedentes comercializáveis e dos preços recebidos pelos produtores serem superiores aos preços mínimos fixados pelo Governo não houve demanda por intervenções por parte da Conab em 2012.

3.2.1 – Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF

Aquisição direta com pagamento à vista, quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo fixado para a safra vigente, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Não há conteúdo a ser informado no presente exercício

Dez maiores operações na modalidade

Não há conteúdo a ser informado no presente exercício

3.2.2 – Contratos de Opção de venda

Aquisição seletiva onde o governo escolhe a região e o produto, beneficiando produtores rurais e cooperativas cadastrados em uma Bolsa credenciada, dando-lhe o direito de vender seu produto numa data futura, a um preço previamente fixado.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Não há conteúdo a ser informado no presente exercício

Dez maiores operações na modalidade

Não há conteúdo a ser informado no presente exercício

3.2.3 – Prêmio para o escoamento de Produto – PEP (compra)

Prêmio concedido através de leilões àqueles que se disponham a adquirir o produto indicado pelo governo diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Não há conteúdo a ser informado no presente exercício

Dez maiores operações na modalidade

Não há conteúdo a ser informado no presente exercício

3.2.4 – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO

Subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se dispõe a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo governo e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão. Desobriga o governo de adquirir o produto, viabilizando seu escoamento para as regiões consumidoras.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Não há conteúdo a ser informado no presente exercício

Dez maiores operações na modalidade

Não há conteúdo a ser informado no presente exercício

ACÓRDÃO Nº 781/2012 - TCU - Plenário

Determinar à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) que inclua nos próximos

relatórios anuais de gestão, referentes aos exercícios de 2012, 2013 e 2014, tópico específico sobre as medidas de aperfeiçoamento dos mecanismos de subvenção econômica para a comercialização das safras de café, especialmente aquelas decorrentes das determinações e recomendações expedidas no processo TC 018.696/2007-1

(Pepero Café 2007 acima da quantidade estipulada)

Somente a superintendência de Minas Gerais

ACÓRDÃO Nº 7189/2012 - TCU - 1ª Câmara

Determinar à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) que inclua nos próximos relatórios anuais de gestão, referentes aos exercícios de 2012, 2013 e 2014, tópico específico sobre o andamento das medidas relativas à aplicação das penalidades previstas no item 15, subitens 15.1 e 15.3 dos Avisos de PEPRO, a devolução do prêmio indevidamente recebido pela União Cooperativa Agropecuária Sul de Minas (Unicoop) e a inclusão daquela cooperativa no cadastro de inadimplentes da Companhia, conforme registro de inadimplência 1516 de 22/8/2012 e "FAX" Dirab/Suope/Geope 1515, de 22/8/2012.

Relatórios da Matriz e MG

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

A decisão de quais intervenções serão feitas no mercado, assim como a análise dos resultados dessas intervenções, dependem de fatores de esfera local, nacional e internacional, análise esta feita pela Sugof, na Matriz. Tais análises constam do Relatório de Gestão da Matriz.

Resultado financeiro geral

Encontra-se no final do capítulo 4, consolidando as informações sobre compras, vendas e subvenções ligadas à PGPM.

3.2.5 – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

⑩ **Compra Direta da Agricultura Familiar- CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas ou associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão,

milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados//beneficiados, próprios para o consumo humano.

ⓐ Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR- Estoque: tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição do produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios ou consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente , próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR- Doação: objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações). São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos in natura da safra vigente,; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto in natura por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual de Operações da Conab. Quanto as preços praticados na CPR- Doação e CPR- Estoque, estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

a) Abrangência de Atuação do PAA

O Programa iniciou sua atuação em 2003 atendendo a 751 famílias de produtores rurais evoluindo, em 2011, para 1.610 famílias, com a aquisição de 2.988 toneladas de diversos produtos alimentícios

b) Recursos Aplicados

Para a operacionalização do PAA, a Conab celebra Termos de Cooperação com o MDA e o MDS, com descentralizações de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Ações: Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar) e 1049-Acesso à Alimentação (Ações: Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e Ação e Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar).

Os recursos descentralizados tem sido incrementados significativamente desde sua implantação, embora ainda sejam inferiores à demanda das organizações produtivas. Em 2012 foram aplicados pela SUREG-AMAPÁ R\$ 2.183.678,89, sendo este montante 199,78% a maior em relação ao ano anterior, devido principalmente aos projetos renovados por organizações já com experiência no PAA e novas organizações participantes, em sua maioria da Mesorregião Nordeste e do Marajó. A figura, a seguir, apresenta a evolução dos recursos

aplicados pela Conab – SUREG-AP, no período de 2010 a 2012.

Figura XXXX – Evolução dos Recursos Aplicados pela Sureg-AP

Fonte: Supaf/Gecaf

c) Aquisição de Produtos

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos e são utilizados, preferencialmente, na distribuição gratuita às populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Dos instrumentos operacionalizados pela Conab, a CPR- Doação é o que apresenta a maior demanda pois possibilita a comercialização de produtos característicos da Agricultura Familiar, tais como: hortaliças, frutas, doces e outros produtos caseiros.

Devido ao fato da operacionalização da CPR Estoque exigir melhor estruturação e maior planejamento da organização, sua procura tem sido estável. A grande concentração desse instrumento está na região Sul onde as Cooperativas e Associações apresentam maior experiência no acesso aos instrumentos de comercialização mais complexos.

Em 2012, não foram realizadas aquisições por meio da CDAF tendo em vista que houve pouca demanda para aquisição dos produtos, devido a alta de preços.

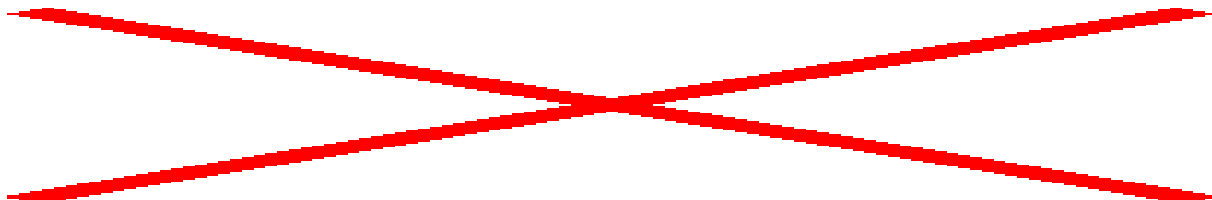
Por definição orçamentária, os produtos adquiridos com recursos do MDA são prioritariamente destinados à comercialização, cujos recursos são devolvidos à fonte original. Por este motivo, a utilização dos recursos do MDA restringiu-se, esse ano, apenas ao instrumento de CPR Estoque.

Por meio da CPR- Estoque foram adquiridas 96 toneladas de castanha do Brasil , atendendo a 68 produtores familiares, conforme detalhado no próximo quadro.

Quadro xxxx – Aquisições por meio da CPR- Estoque

Fonte: Supaf/Gecaf

Por meio da CDAF foram doados a 17.722 instituições sociais, beneficiando 16.290.738 pessoas, conforme detalhado no quadro a seguir.



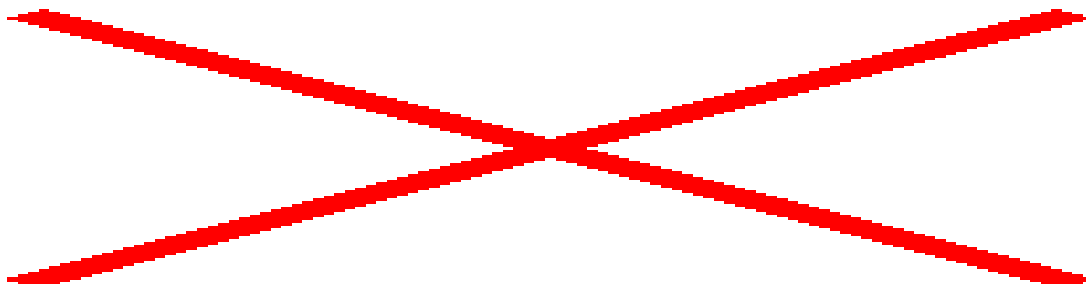
Quadro xxxx – Aquisições por meio da CPR- Doação

Fonte: Supaf/Gecaf

Na operacionalização da CDAF a Conab monta os polos de compra em regiões produtoras, comunica as organizações dos dias e locais para a aquisição e o pagamento é realizado

em até 10 dias, enquanto a CPR- Estoque e CRP- Doação exigem que as entidades proponentes enviem à Conab, por meio do PAA Net, projetos detalhados, com a quantidade de produtores fornecedores, produtos e quantidades oferecidas e, especificamente para a CPR- Doação as entidades que serão beneficiadas e a quantidade de pessoas assistidas.

Quadro 3.x – Quantidades e recursos dispendidos por instrumento



Fonte: Dipai/Supaf

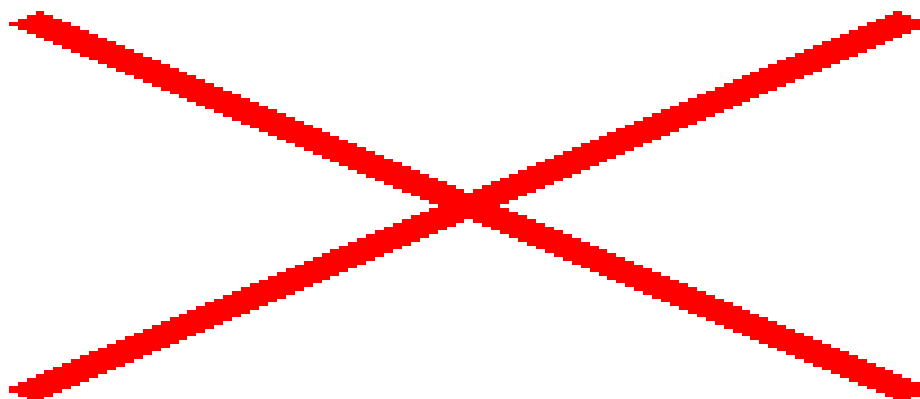
Dez maiores operações em cada modalidade

Não Há Conteúdo a Ser Declarado

Quadro 3.x – Dez maiores operações na CDAF

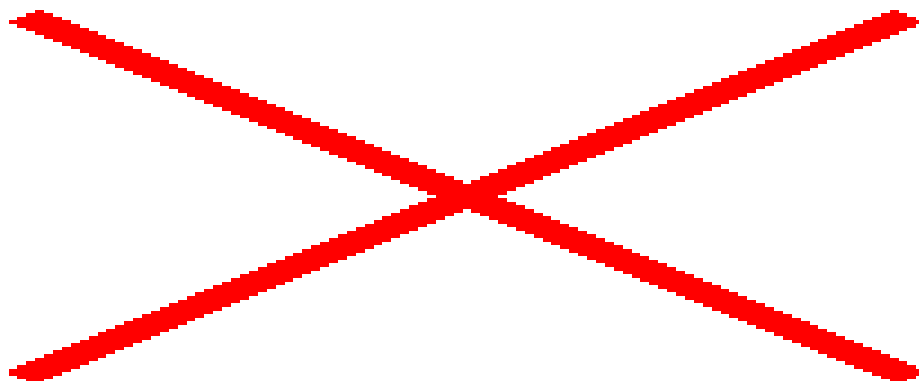
Fonte: Dipai/Supaf

Quadro 3.x – Dez maiores operações na CPR-Doação



Fonte: Dipai/Supaf

Quadro 3.x – Dez maiores operações na CPR-Estoque



Fonte: Dipai/Supaf

3.2.6 – Subvenções do Governo Federal

a) Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas

Subvenção econômica concedida diretamente aos extrativistas portadores da Declaração de Aptidão ao Pronaf, ou, ainda, a associações ou cooperativas com DAP jurídica, que tenham efetuado a venda de seu produto por preço de mercado e este tenha sido inferior ao preço mínimo fixado pelo governo federal.

Em meados de 2011 houve entrave na assinatura da Portaria Interministerial que libera os recursos, sendo assinada somente em 23 de dezembro. Tal situação impossibilitou a operacionalização do Programa no segundo semestre, devendo influenciar negativamente os primeiros meses de 2012.

No período a Sureg- AP não pagou subvenção

3.3 – Principais indicadores de desempenho

4 – PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

4.1 – Análise das principais ações ligadas à venda

As ações desenvolvidas pela Conab visando a regularização do abastecimento interno incluem a venda de estoques governamentais, por meio de leilões públicos ou em balcão, a compradores de pequeno porte e a concessão de subvenção, como estímulo ao escoamento de produtos de zonas produtoras para áreas desabastecidas, assim como a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

As vendas em leilões públicos, com ou sem subvenção, são realizadas a partir de análises de mercado desenvolvidas pela Superintendência de Gestão da Oferta- Sugof, quando são identificadas as áreas desabastecidas, as variações danosas nos níveis de preços e os produtos que necessitam de intervenções. As vendas também podem ser realizadas para a redução de custos de manutenção de pontas de estoques, obedecidas as quantidades especificadas no Manual de Operações da Conab- MOC (embalagens até 10.000 unidades; arroz e milho até 100 toneladas; farinha e fécula de mandioca, feijão, juta/malva, mamona, rami, raspa de mandioca, sisal, soja trigo e sorgo até 60 toneladas; algodão, cera e pó cerífero de carnaúba até 2 toneladas), e pela necessidade de retirada de produtos de unidades armazenadoras onde ocorreram perdas e/ou desvios de produtos.

A concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, é feita por meio de leilões públicos e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização, quais sejam:

o Prêmio de Escoamento de Produto- PEP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa- PEPRO, operacionalizados pela Conab em cumprimento às determinações contidas em portarias interministeriais assinadas pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão- MPOG.

Em 2011 foram divulgadas as seguintes portarias:

- ⑩ Portaria Interministerial n.º 67, de 21 de fevereiro de 2011 – PEP e PEPRO de arroz e feijão das safras 2010/2011 ,2011 e 2012 até R\$200,0 milhões para o primeiro e até R\$50,0 milhões para o segundo;
- ⑩ Portaria Interministerial n.º 408, de 12 de agosto de 2011 – PEP para o sisal bruto, da safra 2011/2012, produzido nos estados da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, até o valor de R\$20,0 milhões.
- ⑩ Portaria Interministerial n.º 453, de 14 de setembro de 2011 – PEP e PEPRO para o trigo em grãos safra 2011, até o limite de R\$150,0 milhões.

Os recursos são oriundos das Operações Oficiais de Crédito- OOC, e constantes da Ação Orçamentária Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, sob a coordenação da Coordenadoria Geral de Programação Financeira- Cofin, da Secretaria de Tesouro Nacional- STN, do Ministério da Fazenda.

Nestas operações cabe à Conab a divulgação dos editais, a realização dos leilões, o recebimento e conferência dos documentos que comprovam a efetivação do escoamento dos produtos, de acordo com as normas constantes dos editais, e o pagamento das subvenções, posteriormente ao recebimento dos recursos financeiros do Ministério da Fazenda.

Por último, a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional atende aos objetivos das seguintes ações orçamentárias:

- ⑩ Ação Orçamentária “**Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos**”, do Programa Acesso à Alimentação, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS, que visa a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, tais como famílias acampadas que aguardam o programa da reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas, atingidos por barragens, que se caracterizam pelo estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional, e,
- ⑩ Ação “**Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres**”, do Programa Resposta aos Desastres, do Ministério da Integração Nacional, que objetiva prestar assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para a pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como em situação de emergência ou em estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Para a distribuição das cestas a Conab celebra Termos de Cooperação Técnica com os ministérios acima citados, recebendo descentralizações orçamentárias/financeiras objetivando a aquisição de produtos por meio de leilões públicos, incluindo a montagem das cestas, a remoção para as áreas necessitadas e a disponibilização às entidades para a efetiva distribuição, de acordo com as orientações do MDS ou da Defesa Civil.

4.2 - Análise das ações de venda direta de produtos com subvenção e sem subvenção.

4.2.1 – venda em leilão publico.

a) Vendas em Leilões Públicos

As elevadas vendas dos estoques públicos em 2012 foram realizadas para amenizar as elevações dos preços internos ocasionados, principalmente, por fatores críticos relacionados às atipicidades climáticas, tais como as secas prolongadas, invernos rigorosos e chuvas torrenciais no Brasil e no mundo. Esta situação inflou as cotações internacionais puxando, conseqüentemente, os preços internos dos grãos, principalmente, do trigo, do café e do milho.

Entre os meses de abril a setembro foi realizada a venda de mais de 570 mil toneladas de trigo em decorrência da seca, principalmente nos principais países produtores, que puxaram os preços mundiais do cereal, tendo reflexos no mercado interno. Pelo mesmo fator, mas durante o último trimestre, foram disponibilizadas ao mercado nacional algo em torno de 30 mil toneladas de café em grãos, para aproveitar o momento em que as cotações estavam elevadas, em razão da oferta mundial apertada, comparada à demanda, influenciando, assim, os preços internos do grão.

Em função do seu grau de importância no cenário mundial, a queda da produção da safra norte-americana de milho e o aumento no consumo mundial geraram uma relação estoque/consumo extremamente ajustada. Dessa forma, no início do ano as exportações de milho foram muito elevadas. Fatores climáticos também atingiram o País, o que ocasionou o atraso na colheita e a necessidade de venda, para suprimento ao mercado interno, de **mais de 800 mil toneladas** de milho. As vendas efetivadas por meio de leilões públicos foram realizadas durante todo o ano de 2012, utilizando-se, para tanto, os estoques públicos existentes nos estados da Bahia, do Distrito Federal, de Goiás, de Minas Gerais, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, do Paraná, de Rondônia, do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de Tocantins.

Figura xxxxx - Vendas em Leilões Públicos

Fonte: Suope/Gecom

Foi diferente a atuação da Companhia em comparação aos dois exercícios anteriores. Naqueles anos, as cotações das principais *commodities* atingiram patamares inferiores aos preços mínimos causando perda de renda dos produtores rurais, levando a Companhia a intervir no mercado no sentido de reduzir a oferta, por meio de aquisições (AGFs e Contrato Público de Opção de Venda) e pela concessão de subvenções, objetivando o escoamento da produção das zonas produtoras para áreas desabastecidas ou para exportação. As vendas em 2009 e 2010, alcançaram 10,7 e 739,0 mil toneladas respectivamente, envolvendo algodão em pluma, arroz, feijão, milho e sorgo.

Não há Conteúdo a Ser Declarado

Figura xxxxx – Evolução das Quantidades Vendidas

Fonte: Suope/Gecom

Não há Conteúdo a Ser Declarado

Quadro 4.x – Demonstrativo da Comercialização de Vendas em Leilão Público

Fonte: Dirab/Suope

Não há Conteúdo a Ser Declarado

Quadro 4.x – Dez maiores operações de Vendas em Leilão Público

Fonte: Dirab/Suope

4.2.2 – Venda em Balcão

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei n.º 8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação com o desenvolvimento do setor agrícola, notadamente quanto ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.º daquela Lei destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura”; e, “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações que foram adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos, e que estão ligadas diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização de forma direta dos estoques públicos e que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal, a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode ser vislumbrada no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, que assim descreve: “Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, agravada pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado. Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Também se beneficiam deste Programa as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e região, sendo:

- ✦ milho em grãos – 14 toneladas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e 27 toneladas nas regiões Sul e Sudeste;
- ✦ arroz em casca – 100 toneladas;
- ✦ trigo em grãos – 50 toneladas;
- ✦ castanha de caju – 10 toneladas (embalagem 1.000 unidades);

Os preços de venda dos produtos são compatíveis com o mercado, em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, sendo observado:

- não pode ser inferior ao preço médio ponderado de fechamento do último leilão público do produto realizado pela Conab no estado onde for realizada a venda em balcão;
- o preço é mantido até a ocorrência de novo leilão e, no máximo, por 30 dias corridos;
- no caso de não ter ocorrido leilão nos últimos 30 dias corridos, o preço praticado não pode ser inferior ao preço constante na publicação “Acompanhamento Semanal de Preços”, editada pela Conab e de circulação pública;
- no cálculo do preço de venda, podem ser considerados ágios e deságios por tipo, safra, localização e embalagem, em relação às especificações do produto leiloadado;
- não ocorrendo leilão, nem havendo divulgação de preços na “Tabela de Acompanhamento Semanal”, são adotados os valores constantes na “Tabela Referencial dos Preços VEP/PEP/PEPRO”;
- quando nenhuma das condições anteriores forem aplicáveis neste tipo de operação, é adotada a “Tabela Referencial de Composição do Preço do Milho Importado”;
- o produto é entregue ao comprador no armazém onde está depositado, correndo por conta do mesmo as despesas com o transporte. Nos armazéns próprios, as despesas adicionais, inclusive serviços de braçagem, são de responsabilidade da Conab.

Os preços de venda, a área de abrangência, a clientela e demais procedimentos operacionais e financeiros do Programa estão definidos no Título 22 – Programa de Abastecimento Social/Venda em Balcão do Manual de Operações da Conab- MOC.

As vendas em balcão de produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e à atratividade do seu preço de venda, foram realizadas em 21 estados mais o Distrito Federal, totalizando 228.272 toneladas de produtos, sendo: 227.322 toneladas de milho em grãos, 827 toneladas de farelo de arroz, 111 toneladas de quirera de arroz e 12 toneladas de castanha de caju, com benefício direto que compreendeu 80.684 atendimentos.

No Estado do Amapá não foram realizadas operações na modalidade e venda balcão, em função de sua unidade armazenadora ainda se encontrar em fase de estruturação tendo previsão de início desse programa para maio de 2013.

Em função do aumento dos preços de milho em grãos ocorrido durante o ano de 2007, as vendas superaram as do ano anterior em 99,6%, reduzindo de forma substancial os estoques públicos e, em consequência, gerando menor comercialização em 2008. Em 2009, devido à queda dos preços nos mercados nacional e internacional e ao aumento da produção na Região Centro-Oeste, principalmente no Estado do Mato Grosso, a Conab atuou de forma intensiva absorvendo grande parte do excedente e agregando mais de 4,1 milhões de toneladas de milho aos estoques públicos, permitindo que o Programa Vendas em Balcão ampliasse o atendimento aos compradores de pequeno porte, reduzindo os efeitos do contínuo aumento dos preços e da escassez do produto, principalmente nos estados das regiões Norte e Nordeste.

Não há Conteúdo a Ser Declarado

Figura xxx – Evolução do Programa Vendas em Balcão

Fonte: Supab/Gepab

Não há Conteúdo a Ser Declarado

Quadro 4.x – Dez maiores operações de Vendas em Balcão

Fonte: Dirab/Supab

4.2.3 – Valor para Escoamento do Produto – VEP

Subvenção econômica paga a um consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para uma região de consumo estabelecida em edital.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

Não pagamos subvenção PEP na sureg Amapá

Dez maiores operações na modalidade

Não há Conteúdo a Ser Declarado

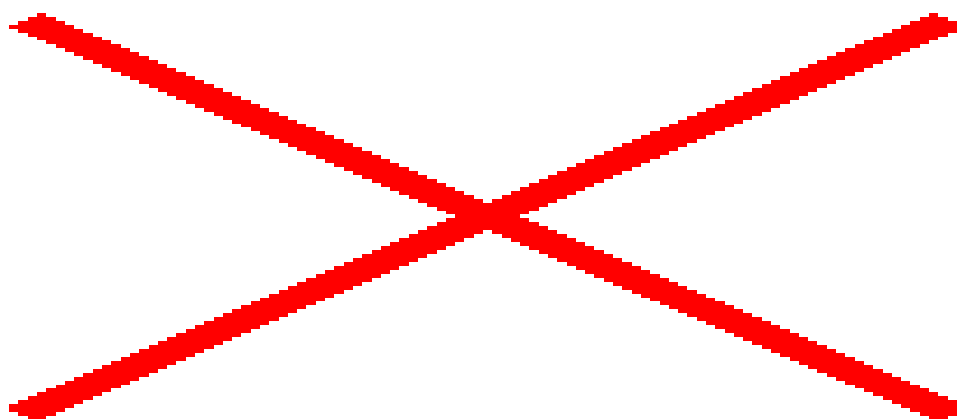
Quadro 4.x – Dez maiores operações de VEP

Fonte: Dirab/Suope

Resultado financeiro geral

Quadro xxx – Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques

Não há Conteúdo a Ser Declarado



Fonte: ???

4.2.4 – Doação de Produtos Alimentícios

a) Doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional- MDS

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado ser necessário a a continuidade da ação de atendimento às famílias acampadas, indígenas, quilombolas, comunidades de terreiro, atingidas por barragens (MAB), pescadoras artesanais e/ou outras em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional.

Por meio do Termo de Cooperação celebrado em 2012, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS repassou à Conab recursos orçamentários/financeiros no valor final de R\$61.847.808,64, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios e a operacionalização da distribuição de cestas de alimentos.

A aquisição dos alimentos é realizada pela Matriz por meio de leilão eletrônico e a entrega é realizada nos locais estabelecidos no Aviso de Leilão. Ainda, na formação dos estoques, de comum acordo com o MDS, a Conab pode utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA.

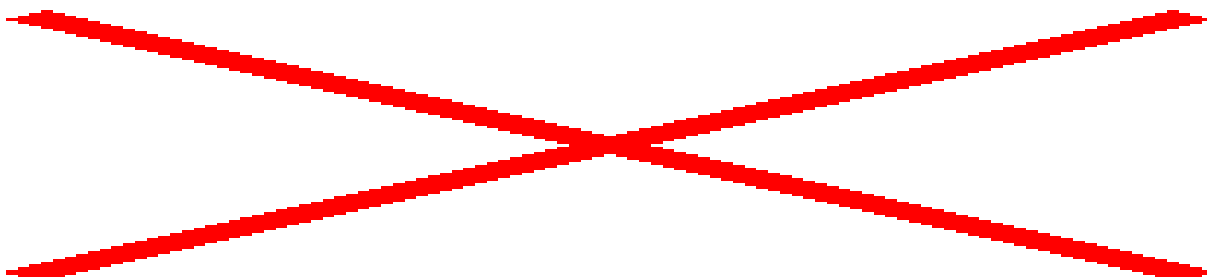
A retirada dos alimentos bem como a sua distribuição às famílias beneficiárias é de responsabilidade dos representantes do INCRA/OAN, Funai/Funasa, Fundação Cultural Palmares, SEPPIR, MAB e MPA.

Em 2012, foram realizados 1.738.726 atendimentos a 396.769 famílias com distribuição de 42.419 toneladas de alimentos em 26 estados e no Distrito Federal.

Em relação ao exercício anterior verifica-se redução de 11,1% no número de famílias atendidas, de 10,7% na quantidade de atendimentos e de 8,4% na quantidade de produtos distribuídos, conforme demonstrado na Figura xxxx,

Figura xxxxx – Evolução do Número de Atendimentos- MDS

Quadro xxxxx – Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional - MDS



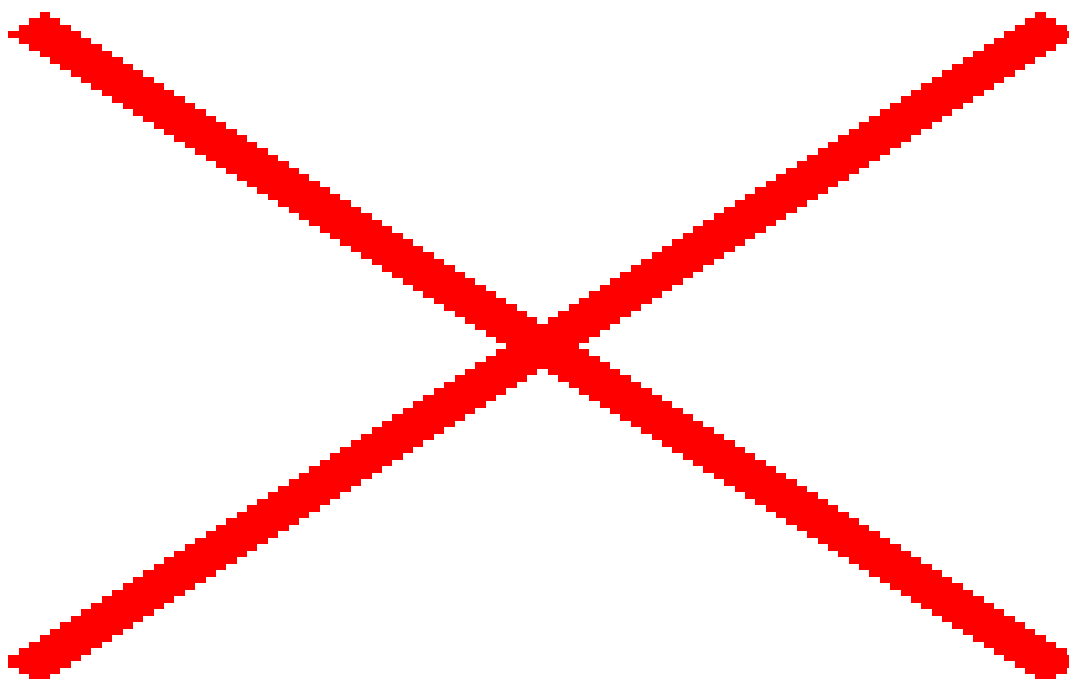
Fonte: Supab/Gepab

b) Distribuição de alimentos a pessoas atingidas por desastres de qualquer natureza-MI

Em 2012 a Conab, sob a orientação do Ministério da Integração Nacional, distribuiu 119.579 cestas de alimentos a igual número de famílias correspondendo a 2.954 toneladas de alimentos, conforme Figura XXXX.

No Amapá não tivemos distribuição de cestas, sendo .

Quadro xxxxx - Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional – MI



Fonte: Dupab/Gepab

Figura xxxx - Figura xxxxx – Evolução do Número de Atendimentos- MI

c) Doação de Feijão da Política de Garantia de Preços Mínimos- PGPM

Por meio da Lei n.º 12.058, de 13 de outubro de 2009, a Conab foi autorizada a doar aos Programas conduzidos pelo MDS, pela Secretaria de Defesa Civil e pelo Ministério da Educação, para atendimento às demandas geradas pela populações em situação de insegurança alimentar, até 70,0 mil toneladas de feijão dos estoques públicos.

Durante o exercício foram distribuídas 21.212 toneladas. Desse total não houve participação Estado do Amapá, em função de ainda estarmos em fase de estruturação.

d) Ajuda Humanitária Internacional

Além do atendimento à população brasileira, o governo tem empreendido esforços para ampliar sua assistência humanitária internacional com o objetivo de assistir países ou populações que se encontrem em situações de emergência, calamidade pública, convulsões sociais, catástrofes naturais ou causadas pelo homem, conflitos armados, insegurança alimentar aguda, risco iminente ou grave ameaça à vida, à saúde, à garantia dos direitos humanos ou humanitários, aliando ações preventivas, emergenciais e estruturantes.

Com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (GTI-AHI), pelo Decreto Presidencial de 21 de junho de 2006, coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores e integrado, ainda, por outros 12 ministérios e pelas Casa Civil, Secretaria-Geral e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, foi aprimorada a capacidade de resposta brasileira a situações de calamidades socionaturais, por meio da estruturação de uma política externa humanitária, caracterizada pela coordenação interministerial, pela participação da sociedade civil, pela atenção permanente a uma gama muito mais diversificada de calamidades naturais e antropogênicas e pelo foco em desenvolvimento sustentável, que contempla também aspectos de prevenção e reconstrução.

A fim de agilizar ainda mais o envio de assistência humanitária, a Conab montou na Base Aérea do Galeão, na cidade do Rio de Janeiro, o Armazém Humanitário Internacional, onde ficam previamente estocadas 14 toneladas de alimentos prontos para consumo humano. Com a criação do Armazém o Governo brasileiro pretende atender, com a máxima urgência possível, às demandas humanitárias da comunidade internacional.

O envio de produtos aos países amigos teve início em 2004 tendo sido doadas, até 2011, 134.307 toneladas de diversos produtos alimentícios e 68.596 latas de sardinha, fiambre e óleo de soja. Os produtos doados podem ser adquiridos pela Conab no mercado, por meio de leilões públicos, ou adquiridos de agricultores familiares no âmbito do PAA.

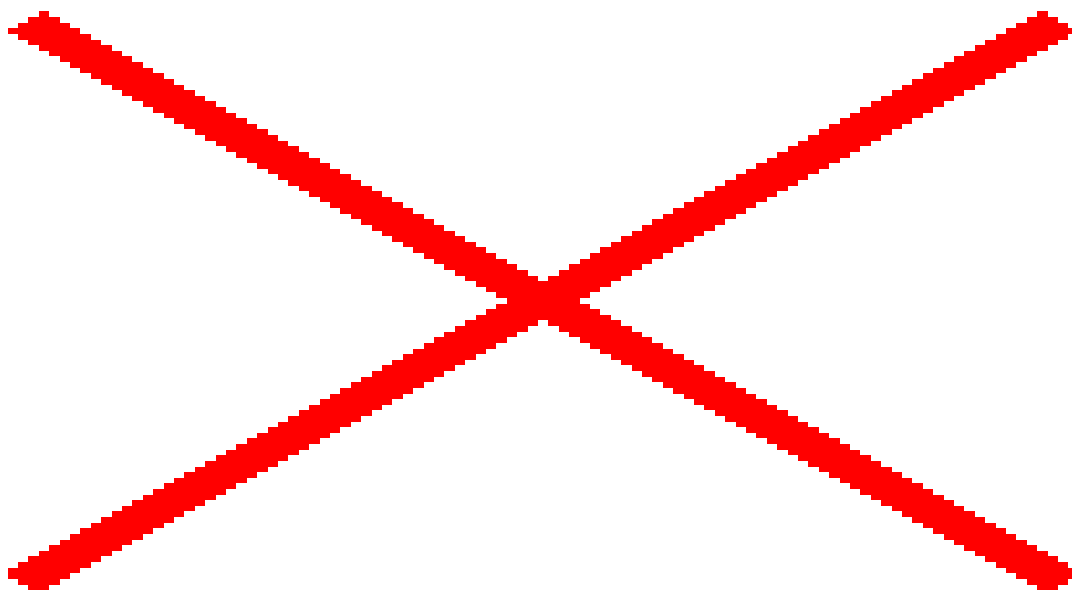
Em 2012, foram doadas 86.793 toneladas de produtos alimentícios a 14 países e mais 2.172.500 unidades de sacaria para acondicionamento dos produtos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Figura xxxx – Ajuda Humanitária Internacional – Países Beneficiados

Período: 2004 - 2012

Fonte: Supab/Gepab

Em 2012 não ocorreu intervenção nesta modalidade envolvendo a Sureg-AP.



4.3 – Principais indicadores de desempenho

5 – ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

As ações direcionadas a esse objetivo, representadas pelo Prohort e pela Refap, embora executadas pela Conab, com a edição do PPA 2012-2015, passaram a ser de responsabilidade orçamentária do MDS.

5.1 – Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort

Visa fomentar o desenvolvimento do setor hortigranjeiro, em articulação com os mercados atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, contando com um banco de dados integrado e com ações de modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa.

Análise sobre os principais resultados do Prohort: número de varejistas cadastrados, número de fornecedores organizados

NÃO HÁ OPERAÇÕES DESSE PROGRAMA NO ÂMBITO DA SUREG AMAPÁ

Número e valores financeiros de transações comerciais efetivadas por tipo de produtos e principais mercados abrangidos por Estado (nos Estados em que o Prohort é operacionalizado).

NÃO HÁ OPERAÇÕES DESSE PROGRAMA NO ÂMBITO DA SUREG AMAPÁ

Quadro 5.1 - Comercialização realizada nos Mercados Hortigranjeiros

5.2 – Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap

A ação é coordenada pela Conab, com o objetivo de fortalecer as unidades varejistas filiadas, a partir da expansão e qualificação empresarial, ampliando o comércio local, com reflexo no aumento de arrecadação e emprego nos municípios brasileiros.

Análise sobre os principais resultados da Refap: **número de varejistas cadastrados, número de Centrais de Negócios formadas**

NÃO HÁ OPERAÇÕES DESSE PROGRAMA NO ÂMBITO DA SUREG AMAPÁ

Ações realizadas para a formação das Centrais

há vários projetos de formação das centrais de abastecimento no Estado do Amapá, alguns feito pelo atual governo e outros pelos governos passados mas não houve avanço de nenhum.

Quadro 5.2 – Demonstrativo de Vendas pela REFAP

Fonte: X-Fac

5.3 – Principais indicadores de desempenho

PROHORT - REFAP

6 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

6.1 – Armazenagem de Produtos Agrícolas

De acordo com os objetivos constantes no Estatuto Social a atividade de armazenagem desenvolvida pela Conab tem como função principal a guarda e a conservação dos estoques públicos formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, além das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno, podendo atuar, se necessário, como companhia de armazéns gerais.

A figura a seguir apresenta a evolução do estoque médio anual armazenado nas unidades próprias. Verifica-se que, à exceção dos exercícios de 2007 e de 2008, os estoques públicos superam os de terceiros.

Figura xxxx – Evolução dos Estoques Armazenados, por Propriedade

Fonte: Suarm/Gearm

No fim do exercício estavam estocados nas unidades próprias da CONAB o total de 118.789.976 toneladas de produtos de terceiros, ao custo de R\$ 171.885.013,34.

Desse montante, não houve participação da SUREG AMAPA, pois somos um órgão

novo no Estado e nossas operações tem se resumido ao programa PAA , onde já temos cobertura de 60% de todo Estado temos previsão de início do programa venda balcão em maio de 2013.

Quadro 6.1 – Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias

Fonte:

Não temos conteúdo a ser declarado no Amapá no presente exercício

Avaliação geral da qualidade dos estoques armazenados

Não temos conteúdo a ser declarado no Amapá no presente exercício

Faturamento total com serviços de armazenagem; Demonstração do resultado financeiro das operações de armazenagem de produtos agrícolas

Não temos conteúdo a ser declarado no Amapá no presente exercício

6.2 – Receita de Armazenagem de Produto de Terceiros

Em 2012, o faturamento total com serviços de armazenagem de produtos de terceiros, incluindo as tarifas de armazenagem e as de garantia e produtos armazenados, foi de R\$26.544.588,05, com incremento de 5,5% sobre a do exercício anterior, conforme demonstrado na figura a seguir.

O dado colocado é geral.

Quadro XXX – Demonstrativo de Receita de Armazenagem de Terceiros

Fonte: Demonstrativo de Resultado do Exercício-DRE

Não temos conteúdo a ser declarado no Amapá no presente exercício

6.3 – Classificação de Produtos Agrícolas (Só ES???)

Para efeito de contabilização a atividade de armazenagem é agrupada no Subórgão 2231-Atividades Próprias que inclui a Matriz, a Sede das Regionais e as Unidades Armazenadoras.

Durante o exercício de 2012 não houve faturamento com os serviços de armazenagem no âmbito sureg Amapá estoque de terceiros.

Quadro XXIX – Demonstrativo do Resultado do Exercício

fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício

A figura a seguir apresenta a evolução do Índice de Ocupação da rede própria da Conab. Em relação ao ano anterior verifica-se redução dos índices mensais em função da redução dos estoques públicos ocasionada principalmente pelas vendas de milho e a redução das aquisições.

Figura xxxxx – Evolução do Índice de Ocupação

Fonte: Suarm/Gearn

6.4 – Principais indicadores de desempenho

7 – ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

7.1 – Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab.

A Rede Armazenadora Própria é composta por 176 armazéns, agrupados em 97 unidades armazenadoras distribuídas em 25 estados da Federação e no Distrito Federal. A capacidade estática total é de 2.267.759 toneladas, com predominância da modalidade granel, que representa 55,8% da oferta total.

No Estado do AMAPA dispomos de 01 (uma) unidades armazenadoras com capacidade estática total de 640 toneladas, sendo 01 und. Armazenadora

Pode-se afirmar que a Rede como um todo, encontra-se em estado regular de conservação, ou seja, opera dentro das possibilidades dessas estruturas construídas há mais de 20 anos, cujos equipamentos eletromecânicos e instalações acham-se, em sua maioria, obsoletos/ultrapassados, em descompasso com a realidade e exigências do mercado atual.

De modo geral, os armazéns da Conab necessitam de constante manutenção nas coberturas e nas instalações existentes (civis, elétrica e mecânicas).

Referente às obras e serviços necessários à adequação da infraestrutura física das unidades e dos custos estimados dessas intervenções, visando à certificação dessas unidades, foi realizado um levantamento detalhado das necessidades, com base na Instrução Normativa n.º 12, de 08 de maio de 2009, com estimativa de custos totais de **R\$63.088.000,00**, a qual foi atualizada para **R\$49.558.000,00**, conforme quadros demonstrativos, tendo em vista as aquisições de equipamentos e obras realizadas nos exercícios de 2010 e 2011 e a publicação da Instrução Normativa n.º 29, de 08 de junho de 2011.

No exercício de 2012 não houve investimentos realizados na unidade do Amapá

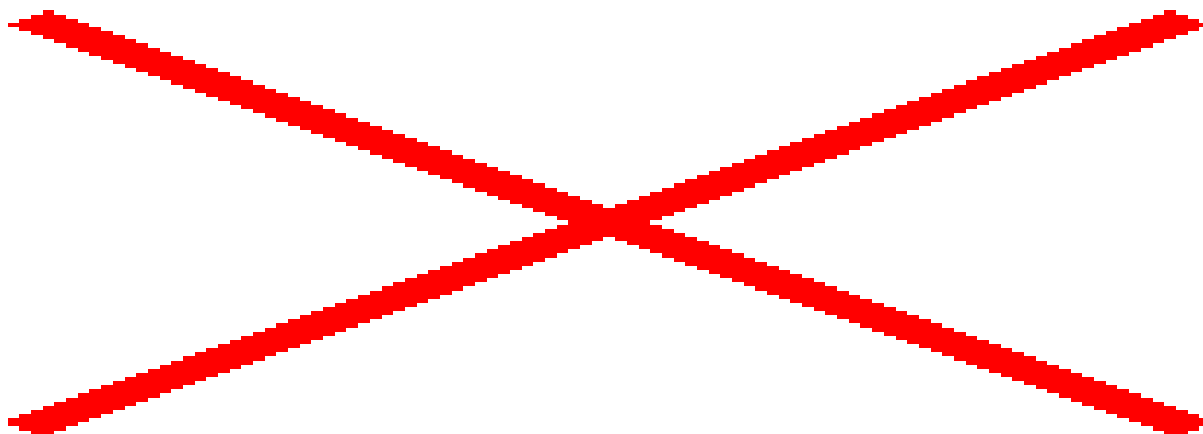
Quadro XXXI – Investimentos Realizados na Rede Armazenadora Própria

Em R\$

Fonte: Siafi

Em atendimento aos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados para certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural, aprovados pela Instrução Normativa do MAPA n.º 29, a Conab estabeleceu o cronograma de investimentos para adequação de suas unidades armazenadoras a partir de 2012, quando deverão ser certificadas as primeiras 5 unidades, conforme detalhado no quadro xxxx do Anexo xxxxx e no quadro a seguir.

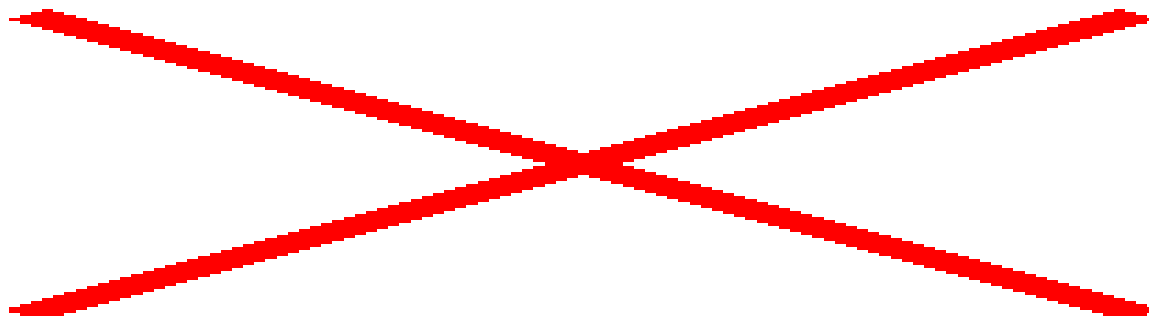
Quadro XXXII – Cronograma de Investimentos para Certificação das Unidades Armazenadoras



Fonte: Suarm/Gearm

Capacidade estática de armazenagem dos armazéns próprios da Conab

Quadro 7.1 – Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns



Fonte: Sicarm

—
Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados por tipo e por Estado em armazéns próprios da Conab (estoques públicos)

Não há conteúdo a ser declarado

Quadro 7.2 – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias

Fonte:

Não há conteúdo a ser declarado

Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados em armazéns contratados

Quadro 7.3 – Produtos Agrícolas Armazenados em Armazéns Contratados

Fonte:

Não há armazéns contratados

Avaliação geral da situação física dos armazéns, considerando o disposto no Decreto nº 3.855/2001 (regulamenta a Lei de Armazenagem)

- a) Principais problemas
- b) Demanda por manutenção
- c) Valor gasto para manutenção de armazéns próprios

Não há conteúdo a ser declarado

Não realizamos obras pois temos previsão de mudança para sede própria, onde abrigará a sede quanto a unidade armazenadora no município de Santana.

Quadro 7.4 – Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras

Fonte: Siafi

- d) Plano de investimentos para colocar os armazéns próprios da Conab em conformidade com os critérios de habilitação descritos na IN Mapa 12/2009

Não há conteúdo a ser declarado

Capacidade estática dos armazéns cadastrados pela Conab, comparando com a demanda anual por armazenagem, por produto e por Estado

Não houve cadastramento de armazém em 2012 no âmbito da Sureg Amapá.

Quadro 7.x – Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda

Fonte: Dirab/Suarm e Boletim do 12º Levantamento de Safras (set/12)

Ações de capacitação de mão de obra do Setor Armazenador

7.1.1 – Estoques Depositados nas Unidades Próprias

7.1.2 – Capacidade Estática de Armazenagem Nacional

7.1.3 – Capacitação da Mão de Obra do Setor Armazenador

A capacitação da mão de obra do setor armazenador com o objetivo de treinar e qualificar a mão de obra que atua no segmento armazenador, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão de obra e a geração de empregos no setor foi uma atividade desenvolvida pela Conab até o ano de 2008.

A partir de 2009 a atividade não foi mais executada, uma vez que Diretoria responsável pela execução decidiu pela suspensão da atividade por tempo indeterminado.

7.2 – Análise das ações de fiscalização dos estoques públicos

A atividade objetiva a realização *in loco* de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques- Sufis que, mediante programação anual, coordena todo o processo de fiscalização além de participar da execução por meio dos fiscais lotados na Matriz. A atividade segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da Conab- MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

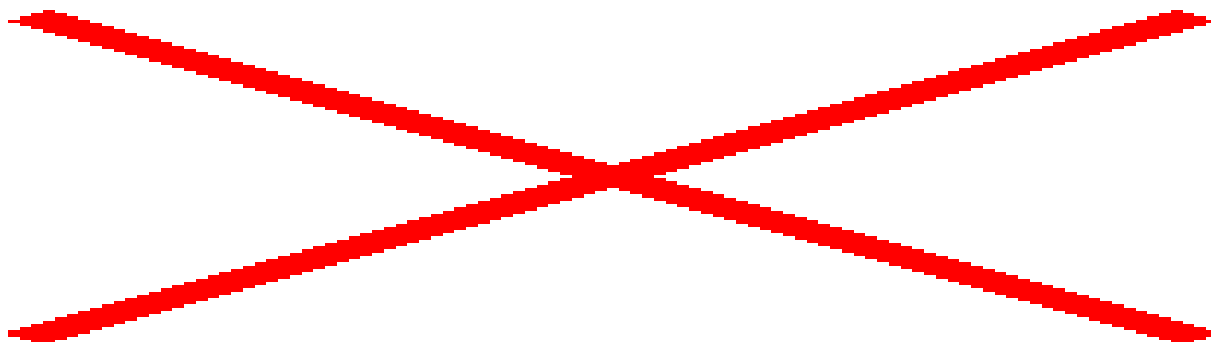
Apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização enquanto que, nas Regionais, os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, levantamento de informações sobre a safra, operacionalização do PAA etc. O quadro de fiscais na Matriz é composto por 22 empregados que atuam na coordenação das diversas etapas e, também, na fiscalização dos armazéns, enquanto que as Regionais detêm 108 fiscais treinados e aptos para a execução da atividade.

Em 2012 foram realizadas 6.030 fiscalizações, sendo 4.209 relacionadas aos estoques públicos e 1.821 às operações de garantia e sustentação de preços.

7.2.1 – Fiscalização dos Estoques Públicos

Nas operações realizadas em 2012 foram fiscalizados de forma acumulada, e por fiscais da Matriz e das Regionais, 4.209 armazéns e 24,0 milhões de toneladas de produtos vinculados à PGPM, ao Programa de Aquisição de Alimentos- PAA, a estratégia Fome Zero, aos estoques próprios e de terceiros armazenados em unidades próprias.

Quadro XXXV – Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques



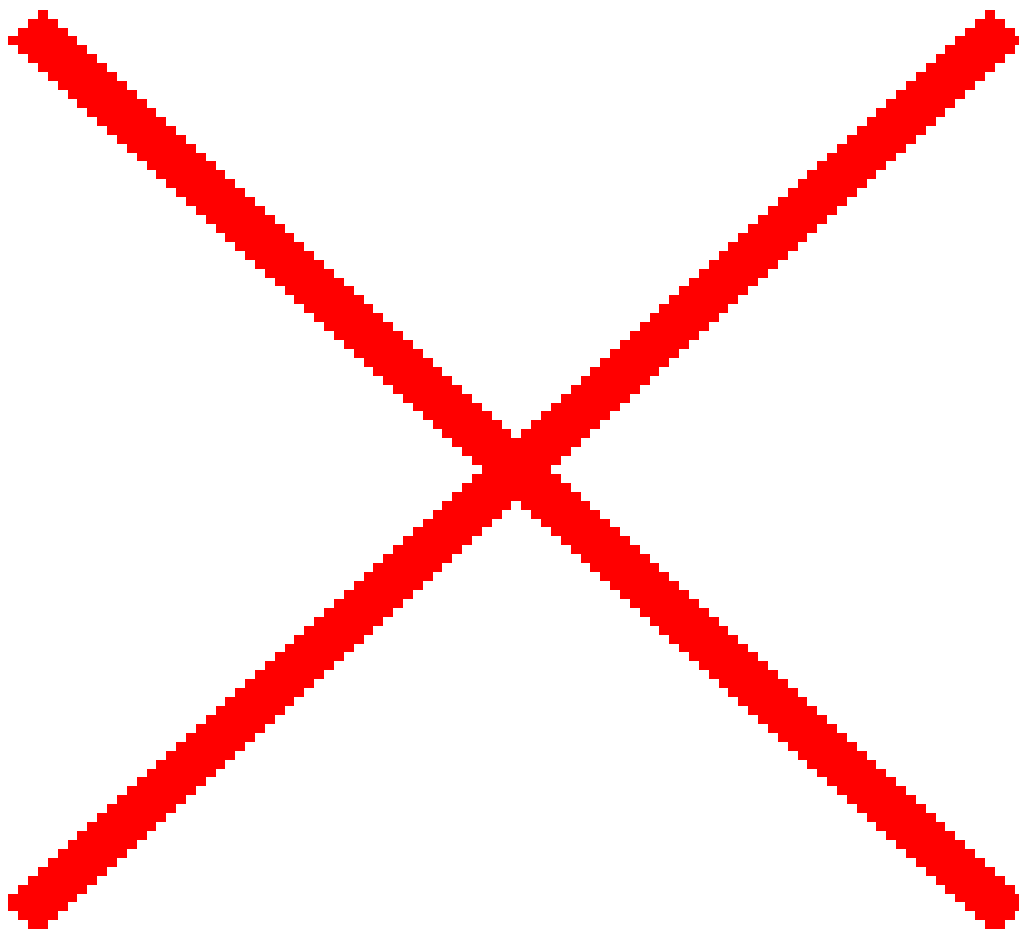
Fonte: Sufis/Gefis

Em relação ao exercício anterior verifica-se queda de 40,2% no volume fiscalizado, em função da redução dos estoques públicos e redução nas aquisições governamentais.

Nas operações realizadas foram registradas perdas qualitativas – produto abaixo do padrão (835 toneladas) e desclassificados (1.851 toneladas) e perdas quantitativas – desvio (53.572 toneladas) e perdas em armazenagem (27.243 toneladas). As diferenças apuradas são registradas nos Termos de Vistoria e Notificação- TVN e em seguida são calculadas as reduções de peso ocorridas em razão do tempo médio em que o produto ficou armazenado, para fins de enquadramento das ocorrências em desvio ou perdas em armazenagem.

Após a realização deste procedimento são procedidas as baixas contábeis pelas Suregs, além de comunicados os fatos, acompanhados dos TVNs, à Superintendência de Operações- Suope (para abertura do processo administrativo), Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques- Suarm (para atualização dos registros cadastrais – impedimento/descredenciamento do agente armazenador) e à Superintendência de Finanças- Sufin (para cobrança). Ainda para os casos de desvio de produtos a Sureg elabora a *notitia criminis*, de acordo com o disposto na Resolução Conab n.º 09/92, e encaminha à Procuradoria Geral da República.

Quadro XXXVI – Demonstrativo de Perdas Qualitativas e Quantitativas dos Estoques Públicos



Fonte: Sufis/Gefi

7.2.2 – Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda

Em 2012 foi realizada por fiscais da Matriz e das Regionais, a fiscalização de 101 operações de comercialização (PEPRO, PEP, VEP, Vendas em Balcão, Subvenção aos extrativistas) e de apólices de seguro rural, esta em atendimento à solicitação do MAPA.

7.2.3 – Avaliação Física e Geral dos Armazéns

Além de apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais, os fiscais também avaliam a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias e os procedimentos técnicos de armazenamento, orientando e indicando as medidas corretivas a serem adotadas em referência às irregularidades apontadas, e, se for o caso, a necessidade de alteração quanto a situação cadastral das unidades armazenadoras.

Em 2012 foi constatada a ocorrência de 101 irregularidades nos armazéns vistoriados, destacando-se o Estado do Rio Grande do Sul com participação de 35,5% no total, conforme detalhado no quadro a seguir e no quadro XXXVIII do anexo xxxx.

Quadro XXXVII – Demonstrativo de Ocorrência de Irregularidades nas Unidades Armazenadoras

Fonte: Gefis/Sufis

7.2.4 – Desvio ou Perdas em Armazenagem dos Estoques Públicos

Durante o exercício, a Conab emitiu cobranças no valor de R\$27.114.396,12 referentes a Desvio ou Perdas em Armazenagem de 75.393 toneladas de produtos vinculados aos estoques governamentais. Das cobranças realizadas em 2011 ou em anos anteriores, foram recuperados R\$6.967.511,33 e 13.635 toneladas de produtos. Até o fim do período, haviam 4.533 processos ajuizados, 5 processos encaminhados para ajuizamento e 3 em andamento, no valor total de R\$1.661.739.111,82.

7.3 – Análise das ações de movimentação dos estoques públicos

Atividade de fundamental apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab a movimentação de estoques pode ocorrer nos seguintes casos:

- ⑩ para liberação de espaço visando acolhimento da safra;
- ⑩ atendimento de determinação judicial;
- ⑩ rescisão do Contrato de Depósito;
- ⑩ atendimento de cláusula contratual, a pedido do depositário;
- ⑩ risco iminente de perda quantitativa do produto, constatado pela fiscalização da Conab, tais como: danos nos equipamentos do armazém necessários à segurança e/ou conservação do produto, estrutura física do armazém comprometida, inundação, incêndio, abandono do produto pelo depositário, ameaça de pilhagem e outros motivos de impedimento técnico do armazém;

- ⑩ constatação de desvio parcial do produto;
- ⑩ realização de operações de compra com remoção simultânea em regiões com deficiência de armazenagem;
- ⑩ descredenciamento do armazém;
- ⑩ pendência financeira do depositário, com recomendação de remoção pela área de cobrança da Conab;
- ⑩ atendimento ao programa de venda em “balcão” ou outro envolvendo estoques administrados pela Conab de produtos e embalagens de propriedade da Conab e/ou vinculados a Programas Governamentais.

As contratações de frete são realizadas na Matriz, por meio de leilões eletrônicos utilizando-se o Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab- SEC, com interligação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, de acordo com o Regulamento para Contratação de Serviços de Transporte, constante do Manual de Operações da Conab- MOC, Título 13 – Movimentação de Estoques da Conab.

Em 2012 foram realizados 44 leilões e uma contratação por meio de Carta Convite quando foi contratada a remoção de 404.404 toneladas de diversos produtos vinculados à PGPM, ao PAA, aos estoques estratégicos (MDS e Defesa Civil) para distribuição à famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Figura XXXVI – Remoções, por Vínculo do Produto

Fonte: Suarm/Gemov

Como motivo gerador das remoções destacou-se o atendimento ao Programa Vendas em Balcão com participação de 68% da quantidade contratada, seguido da remoção de produtos para doação aos países amigos a título de ajuda humanitária internacional, com 23%. As demais foram para atendimento às solicitações do MDS e da Defesa Civil, para atendimento a decisões judiciais, a retirada de produtos da agricultura familiar dos postos de compra, e, também, a retirada de produtos de unidades armazenadoras onde foram constatados pela fiscalização a ocorrência de risco de perdas qualitativas e/ou quantitativas de produtos.

Figura XXXVII – Remoções, Motivo Gerador

Fonte: Suarm/Gemov

Destacou-se o milho com participação de 83% da quantidade contratada para atendimento à demanda do Vendas em Balcão e para Ajuda Humanitária Internacional, seguido pelo feijão (9%) também para envio aos países amigos, para doação a entidades públicas ou as de interesse social, em cumprimento á determinação da Lei n.º 12.058/2009. O Grupo Outros agrega diversos produtos alimentícios utilizados na formação de cestas de alimentos para distribuição gratuita às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Figura XXXVIII– Remoções, por Produto

Fonte: Suarm/Gemov

a) Remoção de Produtos Vinculados à PGPM

Dos produtos vinculados à PGPM (AGFs e Contratos de Opção de Venda) foi contratada a remoção de 366.157 toneladas, representando cerca de 91,1% do total contratado. Destas, 272.438 toneladas foram destinadas ao abastecimento interno por meio do Programa Vendas em Balcão, 87.452 toneladas para doação como Ajuda Humanitária Internacional e o restante, 876 toneladas, foram contratadas devido a risco de perdas do produto e em cumprimento a decisões judiciais.

Durante o exercício foram efetivamente removidas 247.067 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XXXIII – Demonstrativo das Remoções Contratadas

Fonte: Suarm/Gemov

Notas: (1) Cancelamento por falta de espaço na UA-Manaus

(2) Remoção cancelada devido a venda do produto.

(3) Cancelamento devido ao não cumprimento pela transportadora dos fluxos de transporte, ficando inadimplente.

As remoções para os estados das Regiões Norte e Nordeste, norte do Estado de Minas Gerais e os estados do Espírito Santo e Santa Catarina foram justificadas por meio da Nota Técnica Supab n.º 03/2011, anexa ao Voto Dirab n.º 8/2011 e aprovada na 991.º Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada da Conab, em 13 de abril de 2011, conforme detalhado a seguir.

⑩ Amapá - para atendimento dos 29 clientes inscritos no Programa Vendas em Balcão (12 avicultores, 4 bovinocultores, 5 suinocultores, 3 ovinocultores, 2 caprinocultores e 3 pequenas indústrias) a Sureg- AP solicitou a remoção de 1.000 toneladas de milho para a UA- Macapá Central. A contratação está sendo realizada, para o 2.º semestre de 2013, com produtos retirados de unidades localizadas no município de Lucas do Rio Verde-MT.

⑩ As remoções de estoques públicos de feijão e milho atenderam ao contido na Lei n.º 12.429, de 20 de junho de 2011, que autorizava o Poder Executivo a doar produtos alimentícios para assistência humanitária internacional.

Fonte: Suarm/Gemov

Anexo xxxxx

Anexo xxxx

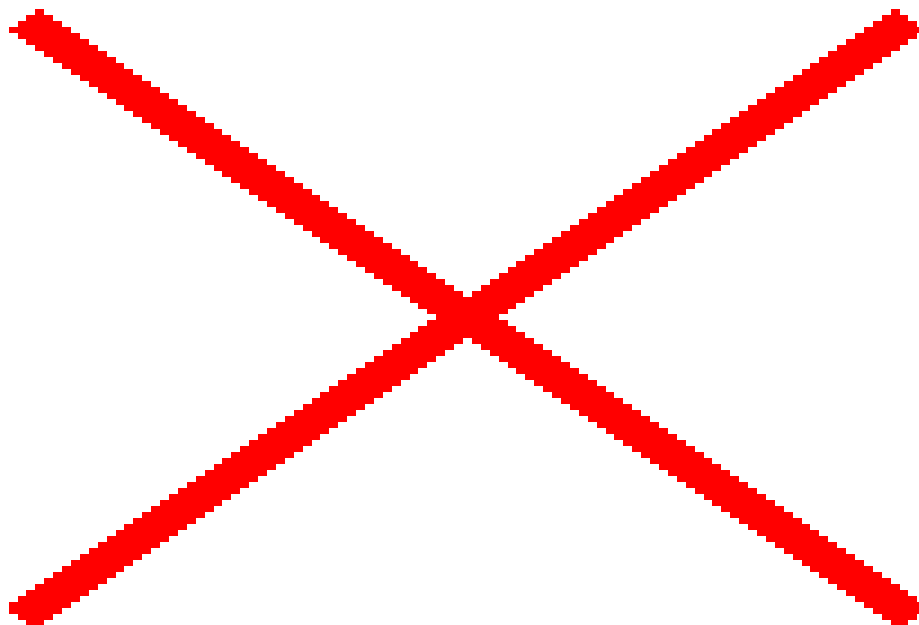
**Quadro xxxxx – Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias
Produtos Agropecuários**

**Quadro xxxxx – Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias
Outros Produtos**

Anexo xxxxx

Demonstrativo de Ocorrência de Irregularidades nas Unidades Armazenadoras

Quadro 7.x – Demonstrativo das Remoções Contratadas



Fonte: Dirab/Suarm/Gemov

7.4 – Principais indicadores de desempenho

8 – GESTÃO TECNOLÓGICA

8.1 – Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

**Planejamento da área; Perfil dos recursos humanos envolvidos; Segurança da informação;
Desenvolvimento e produção de sistemas; Contratação e gestão de bens e serviços de TI**

A Superintendência Regional do Amapá em sua Implantação Teve seu Início de 2012. Funcionando Sua Sede nas Dependências do Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas SEBRAE AP onde Todo Apoio Vinha da Estrutura do SEBRAE.

8.2 – Cadastramento

8.2.1 – Objetivo

Identificar e cadastrar as unidades existentes no país, na qualidade de proprietário, locatário, arrendatário ou cessionário a qualquer título, registrando suas características técnico-operacionais e suas capacidades estáticas, na conformidade estabelecida pelo Decreto n.º 3.855/2001.

8.2.2 – Unidade Armazenadora

Edificações, instalações e equipamentos organizados funcionalmente em ambiente natural ou frigorificado, para a guarda e conservação de produtos agropecuários, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico.

8.2.3 – Agente Armazenador ou Depositário

Pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, apta a exercer, por intermédio das unidades armazenadoras, as atividades de armazenagem (guarda e conservação) de produtos, próprios ou de terceiros.

8.2.4 – Pedidos de Cadastramento

Deverão ser encaminhados pelos interessados às Superintendências Regionais da Conab nos estados ou à sua Matriz, em Brasília – DF. As solicitações também podem ser efetuadas diretamente no Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras – SICARM. Os endereços da Conab e do SICARM estão disponíveis no site www.conab.gov.br.

8.2.5 – Informações Cadastrais

Serão obtidas pela Conab por meio de vistoria técnica junto às unidades armazenadoras para preenchimento do formulário “BOLETIM DE CADASTRAMENTO – BCA”. As informações serão atualizadas com base em recadastramento periódico, durante a fiscalização dos estoques, em operações realizadas pela Conab, ou por solicitação da própria unidade armazenadora.

8.3 – Habilitação Técnica

8.3.1 – Objetivo

Habilitar tecnicamente as unidades armazenadoras previamente cadastradas e

possuidoras dos requisitos técnicos necessários para a prestação de serviços de armazenagem de produtos e/ou embalagens de propriedades da União ou Conab e/ou vinculados a Programas do Governo Federal, nos termos definidos nas alíneas a seguir:

- a) ser pessoa jurídica de direito público ou privado;
- b) dispor de Responsável Técnico – RT, nos Estados onde o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA fizer esta exigência;
- c) estar situada em local com estradas em plenas condições de trafegabilidade e acesso normal às dependências da unidade, de forma a não afetar o recebimento ou a retirada dos estoques durante todo o ano;
- d) estar com o imóvel (instalações, máquinas e equipamentos) limpo, bem conservado e em perfeitas condições de uso;
- e) não dividir suas instalações com outra empresa ou agente armazenador, inclusive pátio de manobras, independentemente de suas atividades;
- f) não dividir equipamentos de uso comuns com armazém localizado em outro endereço ou cadastrado com outro CNPJ;
- g) dispor de balanças aferidas (rodoviária ou ferroviária), instaladas na área de serviço do armazém ou de propriedade de terceiros, desde que o uso esteja garantido por meio de contrato de locação ou autorização de uso, cujo ônus será da armazenadora;
- h) estar identificados pelo número do CDA gravado em sua parte externa, conforme modelos constantes dos **Anexos I** (silos) e **II** (graneleiro e convencional). Exclusivamente quando se tratar da primeira vistoria esta exigência está dispensada;
- i) no caso de armazéns de ambiente natural (ensacado, enfardado e granel), além do disposto nos itens anteriores, também se aplicam:
 - i.1) será admitido o armazenamento a granel em depósitos de alvenaria que disponham de estruturas internas de madeira (silos ou tulhas) ou paredes de contenção de madeira (com distanciamento mínimo de 60 cm da parede do depósito) sustentadas por pilares ou postes reforçados por cabos metálicos. É indispensável à existência de equipamentos de termometria, aeração forçada e de movimentação do produto. Também é necessário que essas estruturas reúnam condições adequadas para a realização de tratamento fitossanitário;
 - i.2) os armazéns convencionais devem possuir obrigatoriamente estrados de madeira, independente do tipo de piso. Nos armazéns onde o piso não for asfáltico ou concreto impermeabilizado será obrigatório, além do estrado, o uso de lona plástica para proteção das primeiras fiadas;
 - i.3) os armazéns devem estar equipados com determinador de umidade método indireto; os armazéns à granel devem estar equipados, ainda, com sistema de termometria e de aeração forçada, em perfeito funcionamento;
 - i.4) as unidades que trabalham com produtos ensacados e enfardados devem possuir escadas de plataforma e/ou esteira/empilhadeiras eletromecânicas. As unidades que armazenam algodão devem possuir empilhadeira automotriz para a movimentação dos fardos na recepção/expedição;
 - i.5) possuir todos os equipamentos (inclusive de segurança para empregados) e insumos destinados ao tratamento fitossanitário. Os armazéns que não dispuserem de equipamentos para esses serviços só poderão ser habilitados tecnicamente se comprovarem, junto à Conab, a formalização de Contrato com empresa especializada na prestação desses serviços;
- j) no caso de armazéns refrigerados, a armazenadora também deverá estar aparelhada com balança de plataforma, câmaras adequadas à estocagem de congelados e/ou resfriados, antecâmaras climatizadas, termômetros, termógrafos, “pallets” de madeira ou outro material aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, “racks”

metálicos (MPA – Módulo Padrão de Armazenagem), equipamentos para verificação da temperatura do produto estocado, mesa inoxidável (reinspeção), vestuários adequados para frio e pontos de energia para recarga dos equipamentos frigorificados dos caminhões (tipo “*termoking*”);

k) a habilitação técnica das unidades armazenadoras que possuem máquinas de beneficiamento está condicionada à aceitação desta condição por parte da Conab;

l) as unidades tipo “silo” devem possuir grades de proteção ou equipamento de segurança, ambos em bom estado de conservação, nas escadas externas do armazém;

m) as unidades tipo “graneleiro” devem possuir passarela em bom estado de conservação.

8.4 – Credenciamento

8.4.1 – Objetivo

Credenciar, mediante a assinatura do Contrato de Depósito, as unidades armazenadoras que atenderem aos seguintes requisitos:

a) estar habilitada tecnicamente, consoante o item 2 deste Documento. Nos casos de renovação do Contrato de Depósito esta exigência também será aplicada;

b) a unidade e/ou agente armazenador, seus dirigentes e fiel depositário devem estar cadastrados e em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf;

c) a unidade e/ou agente armazenador, seus dirigentes e fiel depositário não devem possuir débitos e/ou pendências financeiras, operacionais, administrativas e jurídicas junto à Conab e/ou restrições junto ao Sistema de Registro de Controle de Inadimplentes da Conab – Sircoi e no Cadastro de Inadimplentes – Cadin;

d) o agente armazenador deve comprovar a posse do imóvel por meio de escritura de aquisição, contrato de locação, comodato, doação ou outras formas de posse ou domínio;

e) o agente armazenador deve aceitar e praticar as normas operacionais de armazenamento estabelecidas pela Conab, publicadas no Diário Oficial da União, integrantes do Contrato de Depósito.

8.5 – Credenciamento de Unidade Armazenadora Repassada a Terceiros cujo Agente Antecessor Possui Pendências Financeiras com a Conab

8.5.1 – Objetivo

Definir os critérios para análise e deliberação sobre desimpedimento e/ou credenciamento de unidades armazenadoras transferidas a terceiros cujo agente armazenador antecessor é devedor da Conab, consoante a seguir:

a) deverá ser aberto processo administrativo na Superintendência Regional da Conab – Sureg, constando parecer quanto a necessidade do credenciamento, se a região onde se localiza a estrutura armazenadora é de produção agrícola ou de posição estratégica para a localização dos estoques do Governo, comprovando a necessidade de espaço ou carência de armazéns credenciados na região;

b) a unidade armazenadora objeto de credenciamento e devedora da Conab já deverá ter sido acionada judicialmente para o pagamento da dívida, independente de sua situação cadastral;

c) a unidade armazenadora deverá estar cadastrada e declarada tecnicamente apta para o

serviço de armazenagem no Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras – Sicarm, consoante item 2 – Habilitação Técnica, deste Documento;

d) a unidade e/ou agente armazenador e/ou seu(s) dirigente(s) e fiel depositário deverão estar regularmente cadastrados e habilitados junto ao Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores – Sicaf, e não possuir débitos registrados no Sistema de Registro de Controle de Inadimplentes da Conab – Sircoi e no Cadastro de Inadimplentes – Cadin;

e) o(s) dirigente(s) do agente armazenador que reivindicar(em) o credenciamento não pode(m) ter cometido nenhuma irregularidade grave (desviar, trocar, misturar ou comercializar produtos sem autorização da Conab ou praticar sinistro doloso). Igualmente o agente armazenador não pode ter sido impedido por movimentação e/ou transferência de estoques de propriedade ou vinculados ao Governo Federal sem autorização formal da Conab, nem ter cobrado tarifas abusivas na prestação de serviços de armazenagem, ou retardado a entrega de mercadorias a Conab ou a clientes desta, ressalvados os casos previstos nos dispositivos legais e neste Manual;

f) deverá estar comprovado pelo agente armazenador solicitante do credenciamento a posse do armazém objeto do pleito, por meio de escritura de propriedade, de contrato de aluguel, comodato, ou outras formas de posse ou domínio e, que as atividades desenvolvidas serão, obrigatoriamente, realizadas diretamente pelo novo agente armazenador;

g) para assinatura do Contrato de Depósito, o agente armazenador deverá obedecer às condições previstas no item 3 – Credenciamento.

8.6 – Impedimento

8.6.1 – Objetivo

Impedir uma unidade e/ou agente armazenador, seus dirigentes e fiel depositário, incluindo todo o complexo de armazéns, de receber produtos pelo não cumprimento da legislação vigente e do Contrato de Depósito, e/ou dos requisitos técnico-operacionais definidos pela Conab.

8.6.2 – Motivos para Impedimento:

- a) movimentar e/ou transferir estoques sem autorização formal da Conab;
- b) terem ocorrido alterações de qualidade, produtos abaixo do padrão, produtos desclassificados ou reincidência de quebras de peso não justificadas;
- c) retenção indevida ou demora proposital para entregar mercadoria, por ocasião das retiradas (remoções ou vendas);
- d) prática de tarifas abusivas ou cobranças por serviços não prestados;
- e) não emissão dos comprovantes de depósito exigidos pela Conab;
- f) armazenamento sem a observação dos padrões técnicos;
- g) pendências financeiras e/ou jurídicas junto à Conab, não solucionadas nos prazos e condições pactuados. O impedimento será estendido à unidade armazenadora repassada a terceiros cujo agente armazenador antecessor seja devedor da Conab;
- h) não apresentação do mapeamento dos estoques;
- i) não proceder à separação física do arroz em casca, na conformidade prevista no Manual de Operações da Conab – Normas Específicas de Arroz;
- j) inexistência, insuficiência ou funcionamento deficiente de equipamentos imprescindíveis à guarda e à conservação dos produtos, inclusive aqueles destinados ao tratamento

- fitossanitário;
- k) descumprimento das normas operacionais ou das condições contratuais assumidas com a Conab;
- l) inexistência da documentação exigida para controle dos estoques depositados;
- m) restrição no SICAF e/ou CADIN e/ou SIRCOI para o agente armazenador e/ou seus dirigentes e/ou fiel depositário;
- n) falta ou deficiência na identificação do número do CDA (Cadastro de Armazéns) nos armazéns;
- o) inexistência ou má conservação de grades de proteção ou equipamentos de segurança na escada externa nos armazéns tipo “silo”;
- p) inexistência ou má conservação da passarela nos armazéns graneleiros;
- q) manter dentre seus dirigentes e fiel depositário pessoas penalizadas com o descredenciamento ocorrido em outro agente armazenador;
- r) por conveniência da Conab.

8.6.3 – Rotina para o Impedimento

A unidade ou agente armazenador será notificado pela Conab sobre a irregularidade detectada ou outra que porventura justifique a notificação, sendo-lhe aplicada as seguintes penalidades, sem prejuízo das previstas em Lei ou no Contrato de Depósito:

- a) ocorrências frequentes de produtos abaixo do padrão, produtos desclassificados, reincidência de quebras de peso e alterações de qualidade injustificadas: neste caso a unidade armazenadora ficará impedida de operar com a Conab, pelo período de 1 (um) ano, a partir dos registros no Sistema, podendo, se a Conab entender necessário, ser solicitado a troca dos dirigentes e fiel depositário, exceto quando se tratar de firma individual em que o proprietário, o dirigente e o fiel depositário forem a mesma pessoa, e do responsável técnico – RT, se este não tiver fornecido expressa e formalmente as orientações necessárias. A critério da Conab o impedimento poderá ser estendido ao agente armazenador e a penalidade convertida no pagamento de multa pecuniária equivalente a 15% (quinze por cento) sobre o valor da indenização correspondente ao quantitativo apurado em razão do evento, observados os procedimentos descritos no item “**8.6.3) e**”;
- b) movimentação e/ou transferência de estoques sem autorização formal da Conab, retenção indevida ou retardamento na entrega, por ocasião da retirada do produto objeto de remoção ou venda: nestas hipóteses a unidade armazenadora ficará impedida de operar com a Conab pelo período de 6 (seis) meses, a partir dos registros no Sistema. A critério da Conab o impedimento poderá ser estendido ao agente armazenador e a penalidade convertida no pagamento de multa pecuniária equivalente a 15% (quinze por cento) sobre o valor do produto movimentado, transferido ou retido, observados os procedimentos descritos no item “**8.6.3) e**”;
- c) cobranças por serviços não prestados; prática de tarifas abusivas; a não emissão de comprovantes de depósito; armazenamento sem observar os padrões técnicos; armazenamento apresentando pilhas com topo irregular; pendências financeiras e jurídicas com a Conab; não apresentação do mapeamento dos estoques; falta ou insuficiência ou funcionamento deficiente de equipamentos imprescindíveis à guarda e à conservação dos produtos; inexistência ou má conservação de grades de proteção ou equipamentos de segurança na escada externa nos armazéns tipo “silo”; inexistência ou má conservação da passarela nos armazéns graneleiros; balanças com aferição fora do

prazo de validade; falta ou deficiência na identificação do número do CDA (Cadastro de Armazéns) nos armazéns; descumprimento das normas operacionais e das condições contratuais assumidas com a Companhia; não manter a documentação exigida para controle dos estoques depositados, não proceder a separação física do arroz em casca: nestas ocorrências a unidade armazenadora e/ou agente armazenador ficará impedido de operar com a Conab, a partir dos registros no Sistema, até a regularização das pendências;

d) será aplicado o impedimento para operações com a Conab ao(s) agente(s) armazenador(es) e/ou unidade(s) armazenadora(s) que mantiverem dentre seus dirigentes ou fiel depositário pessoas que tenham sido penalizadas com o descredenciamento, mesmo que o fato tenha ocorrido em outro agente armazenador. O impedimento será mantido enquanto durar o descredenciamento do agente armazenador que deu origem à causa. O impedimento será suspenso nos casos em que houver a substituição do(s) dirigente(s) ou fiel depositário penalizados por conta dessa irregularidade;

e) o pagamento da multa pecuniária será efetuado à vista e mediante orientação da área financeira da Conab, que fará o encaminhamento ao interessado da Guia de Recolhimento da União – GRU com os valores para o recolhimento junto à instituição bancária, devendo ser encaminhado uma cópia do comprovante à Conab.

8.6.4 – Reincidência de Motivos para Impedimento

A repetição de fatos que originaram o impedimento, independente do tempo em que se deu a ocorrência, determinará a aplicação, a critério da Conab, de penalidade superior, podendo chegar ao descredenciamento da unidade e do agente armazenador.

8.7 – Descredenciamento

8.7.1 – Objetivo

excluir um agente armazenador do rol de armazenadoras credenciadas para a prestação de serviços de armazenagem de produtos e/ou embalagens de propriedades da União ou Conab e/ou vinculados a Programas do Governo Federal.

8.7.2 – Motivos para o Descredenciamento

- a) desvio de mercadorias;
- b) prática de sinistro doloso;
- c) troca e/ou comercialização e/ou mistura de mercadorias sem autorização formal da Conab;
- d) erros graves (dolosos ou culposos) na gestão dos estoques, que ocasionem riscos para pessoas e/ou animais;
- e) prestar informações falsas nos comprovantes de depósitos ou outros documentos exigidos pela Conab.

8.7.3 – Rotina para o Descredenciamento

O agente armazenador será notificado pela Conab sobre a irregularidade detectada, sendo-lhe aplicado as seguintes penalidades, sem prejuízo das previstas em Lei ou no Contrato de Depósito, hipótese em que ficará impedida de operar com a Conab a partir dos registros no Sistema:

- a) o agente armazenador, seus dirigentes e o fiel depositário ficarão descredenciados para operar com a Conab pelo período de 2 (dois) anos. A critério da Conab a penalidade poderá ser substituída por multa pecuniária equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da indenização correspondente, observados os procedimentos do subitem “6.3 b”;
- b) o pagamento da multa pecuniária será efetuado à vista e mediante orientação da área financeira da Conab, que fará o encaminhamento ao interessado da Guia de Recolhimento da União – GRU com os valores para o recolhimento junto à instituição bancária, devendo ser encaminhado uma cópia do comprovante à Conab.

8.7.4 – Comunicação das irregularidades objeto das penalidades

Será feita pela Conab à Procuradoria Geral da República e à Polícia Federal, nos termos da Legislação vigente.

8.7.5 – Reincidência

Caso ocorra, será aplicado o descredenciamento do agente armazenador pelo período de 2 (dois) anos. Exclusivamente na primeira reincidência e a critério da Conab, o agente armazenador poderá converter metade do período previsto para descredenciamento (um ano) em multa pecuniária equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor da indenização correspondente, sem prejuízo de aplicação das condições previstas nos itens “8.7.3” e “8.7.4” anteriores. Se forem constatadas pela fiscalização a repetição simultânea ou sucessiva, a qualquer tempo, de motivos para emissão do “TERMO DE VISTORIA E NOTIFICAÇÃO – TVN” com comando de descredenciamento, o agente armazenador será considerada reincidente.

8.8 – Recredenciamento

8.8.1 – Objetivo

Reabilitar um agente armazenador penalizado com o descredenciamento, tornando-o apto a operar com a Conab.

8.8.2 – Rotina para o recredenciamento

A armazenadora encaminhará à Superintendência Regional da Conab, no Estado onde se localiza o armazém, a solicitação de recredenciamento, cujo pleito será objeto de análise da área técnica e posteriormente submetido à aprovação da Diretoria de Gestão de Estoques, obedecendo a seguinte rotina:

- a) o agente armazenador descredenciado já deverá ter quitado a dívida que deu origem ao seu descredenciamento;
- b) o agente armazenador já deverá ter cumprido a penalidade prevista nos itens “6.3” e “8.8.5” deste Documento, este último no caso de reincidência, ou optar pela conversão da penalidade em multa pecuniária, tratados nos referidos itens;
- c) o agente armazenador que optar pela conversão da penalidade em multa pecuniária

deverá aguardar a aprovação do pedido de credenciamento e as instruções da área financeira da Conab para o recolhimento bancário, observado o contido no item “8.8.3) b”;

- d) deverá ser aberto processo administrativo na Sureg, contendo parecer quanto a necessidade do credenciamento; se a região onde se localiza a estrutura armazenadora é de produção agrícola ou de posição estratégica para a localização dos estoques do Governo; comprovar a necessidade de espaço ou carência de armazéns credenciados na região;
- e) o presidente, o diretor e o sócio-gerente de empresas privadas e o equivalente no caso de cooperativas, o titular de firma individual e o fiel depositário que tiverem sofrido condenação pelos crimes de falência culposa ou fraudulenta, estelionato, abuso de confiança, falsidade ideológica, roubo ou furto e delitos na administração de patrimônio público não poderão ser responsáveis pela prestação de serviços de armazenagem até o cumprimento da pena;
- f) em caso de aprovação do pedido de credenciamento, a unidade armazenadora deverá ser vistoriada, recadastrada e declarada tecnicamente apta para o serviço de armazenagem no Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras – Sicarm, nos termos do item 2 – Habilitação Técnica, deste Documento;
- g) deverá ser providenciada a troca dos dirigentes, fiel depositário e do responsável técnico, se for o caso, exceto quando se tratar de firma individual em que o proprietário, o dirigente e fiel depositário forem a mesma pessoa;
- h) para assinatura do Contrato de Depósito, o agente armazenador deverá cumprir com os requisitos definidos no item 3 – Credenciamento;
- i) até serem atendidos esses critérios, prevalecerá a condição de impedimento ou descredenciamento da unidade e/ou agente armazenador, conforme o caso.

Anexo I

MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DE ARMAZÉM TIPO SILO (*)

CDA 00.0000.0000-0

SILO Nº 00

MEDIDAS DO RETÂNGULO:

- Comprimento mínimo 70 cm e máximo 80 cm
- Largura mínima 30 cm e máxima 35 cm
- Cor: usar cor que contraste com a do armazém

MEDIDAS DAS LETRAS E NÚMEROS:

- Altura mínima 8 cm e máxima 12 cm
- Largura mínima 4 cm e máxima 5 cm
- Espessura mínima 1,5 cm e máxima 2,5 cm
- Cor: usar cor que contraste com a do fundo plano

(*) Deverá ser utilizado esse modelo em todos os silos da bateria.

(*) A identificação deve estar localizada numa altura entre 1,5 m e 2 m acima do piso.

Anexo II

MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DE ARMAZÉM TIPO GRANELEIRO E CONVENCIONAL (*)

CDA 00.0000.0000-0

MEDIDAS DO RETÂNGULO:

- Comprimento mínimo 70 cm e máximo 80 cm
- Largura mínima 15 cm e máxima 20 cm

- Cor: usar cor que contraste com a do armazém

MEDIDAS DAS LETRAS E NÚMEROS:

- Altura mínima 8 cm e máxima 12 cm

- Largura mínima 4 cm e máxima 5 cm

- Espessura mínima 1,5 cm e máxima 2,5 cm

- Cor: usar cor que contraste com a do fundo plano

(*) A identificação deve estar localizada numa altura entre 1,5 m e 2 m acima do piso, ao lado da porta principal de acesso.

9 – GESTÃO ESTRATÉGICA

9.1 – Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa

Estágio de implantação da Gestão estratégica, destacando métodos de aferição e resultados

Desenvolvimento de objetivos, indicadores, metas e principais iniciativas

Estratégia de alinhamento com o plano de gestão estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

10 – GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES

As informações e o conhecimento disponibilizados pela Companhia contribuem para o desenvolvimento da sociedade e são essenciais para a formulação de políticas públicas, para a regulação da oferta de alimentos e para a organização da comercialização agrícola, além de oferecer meios para a garantia de renda do produtor.

Visando atender ao seu público alvo e à sociedade, a Conab elabora e disponibiliza informações da agropecuária e do abastecimento.

Realiza também o acompanhamento e a análise dos mercados agropecuários nacional e internacional e elabora estudos e propostas de preços mínimos, e de preços de referência para a agricultura familiar, assim como define preços de compra e venda e índices de permuta nas operações de suprimento dos programas de abastecimento e sociais.

Estes estudos subsidiam a elaboração e a execução das políticas agrícola e de abastecimento, já que os acompanhamentos e as análises objetivam a proposição de ações para a formação de estoques públicos e para a intervenção governamental, visando a regularidade do abastecimento, a garantia de renda ao produtor rural e a segurança alimentar da sociedade.

São desenvolvidas atividades nas áreas de produção agrícola, informações de preços, índices e indicadores agropecuários, custos de produção e geotecnologia. Para tal, mantém relações institucionais com diversas entidades, públicas ou não, e participa ativamente de encontros da Organização de Informações do Mercado Agrícola (OIMA) e da Rede de Políticas Agropecuárias que integra os países do Mercosul (REDPA), além de manter troca de informações e de conhecimento com outros países e instituições internacionais.

No processo de gestão das informações da agropecuária e do abastecimento a Conab leva em conta a participação e o controle social e sua metodologia busca a interatividade, a intersetorialidade e o respeito com as relações federativas.

A melhoria do processo de coleta, tratamento e divulgação das informações agropecuárias e do abastecimento que integram o banco de dados da Conab, além da agregação

crescente de novas informações de mercado, tem sido o foco para atendimento ao público-alvo e às diversas políticas e programas administrados e apoiados pela Companhia.

Para manter esse compromisso institucional, a Conab vem promovendo adequações em seus processos de trabalho e no Sistema de Informações Agropecuárias e do Abastecimento- Siagro que contava, em 2004, com 5.025 séries de preços, de indicadores e índices de produção, de importação e de exportação de produtos agropecuários e de abastecimento, alcançando o quantitativo de 10.607 séries armazenadas em 2012.

A manutenção e disponibilização desse acervo requer o acompanhamento constante das informações e das oscilações de mercado e conta, além da Matriz, com a participação intensa de todas as Superintendências Regionais da Conab, na coleta e na alimentação periódica dos dados e na troca de conhecimentos para a melhoria contínua na qualidade das informações disponibilizadas.

Com a reformulação da página eletrônica na Internet, as principais informações agropecuárias foram reorganizadas para facilitar o trabalho de pesquisa do público em geral. São disponibilizados de forma *on-line*, no sitio da Companhia, os preços de insumos, os preços mínimos, os preços praticados pela agricultura familiar e os preços de apoio ao Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar- PGPAF.

Por meio da Revista “Indicadores da Agropecuária”, elaborada mensalmente e também acessível pelo portal da Conab, são disponibilizadas informações de preços, estimativas de produção, volume de estoques públicos e privados, informações sobre o mercado de insumos agropecuários, comércio internacional, crédito agrícola, entre outros. Com o objetivo de tornar a publicação mais acessível, moderna e adequada ao público da Conab, foi realizada pesquisa de satisfação e deu-se início ao projeto para repaginá-la e torná-la mais atrativa.

Para o cálculo do bônus para o PGPAF, que é realizado desde 2007 por demanda do Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA foram criadas, em 2011, cerca de 160 novas séries de preços no atacado e de preços pagos ao produtor. O Programa conta com uma cesta de 40 produtos para cálculo de bônus dos produtores, tendo sido incluídos abacaxi, banana, maçã e uva em 2011 e laranja e tangerina, cujos preços, que já estão sendo coletados, irão balizar o relatório de 2012.

Diante da necessidade de padronização de procedimentos, na busca da melhoria, atualização e modernização dos métodos de coleta de preços, deu-se início, em 2011, ao projeto de construção de uma nova metodologia, envolvendo todas as áreas usuárias ou provedoras de preços da Companhia. Foi realizado o I Encontro Nacional para Discussão da Proposta de Metodologia de Levantamento de Preços da Conab, ocorrido em Brasília, no período de 21 a 25 de novembro. Na ocasião foram discutidas, além da proposta inicial, as deficiências no processo metodológico atual e no Siagro.

Visando o cumprimento de exigências legais (Lei n.º 9.973, de 22/05/2000 e Decreto n.º 3.855, de 03/07/2001), a Conab realiza o levantamento anual de estoques privados de café, iniciado em 2004, com a posição de 31 de março de cada exercício.

Os custos de produção elaborados pela Companhia têm resultados práticos para a sociedade e oferecem informações substanciais para a definição e implementação de políticas públicas, além de proporcionar conhecimento aos diversos segmentos que estão direta ou indiretamente ligados ao processo produtivo.

A Conab mantém atualizados 426 custos de produção de culturas temporárias (grãos e fibras), semiperenes (cana de açúcar) e permanentes (café, citrus, pêssego, maçã e uva), assim como as atividades: leiteira, de caprinos e ovinos, de aves e suínos e da sócio biodiversidade.

Os custos de produção são direcionados principalmente à Política de Garantia de Preços

Mínimos- PGPM e ao PGPAF, conforme abaixo demonstrado. A figura seguinte apresenta a evolução do número de séries disponíveis.

Quadro xxxxx – Séries de Custos de Produção

Custos	Programa Atendido	Ministério Demandante	Quantidade de Séries
Agricultura	PGPM	MAPA	121
Agricultura Familiar	PGPAF	MDA	168
Aves e Suínos	PGPM/PGPAF	MAPA/MDA	42
Leite	PGPM	MAPA	6
Leite Agricultura Familiar	PGPAF	MDA	13
Caprinos e Ovinos	PGPAF	MDA	6
Pescados	PGPAF	MAPA	3
Pescados	PGPAF	MAPA	67
Total			426

Fonte: Dipai

Dentre os levantamentos de informações destacam-se:

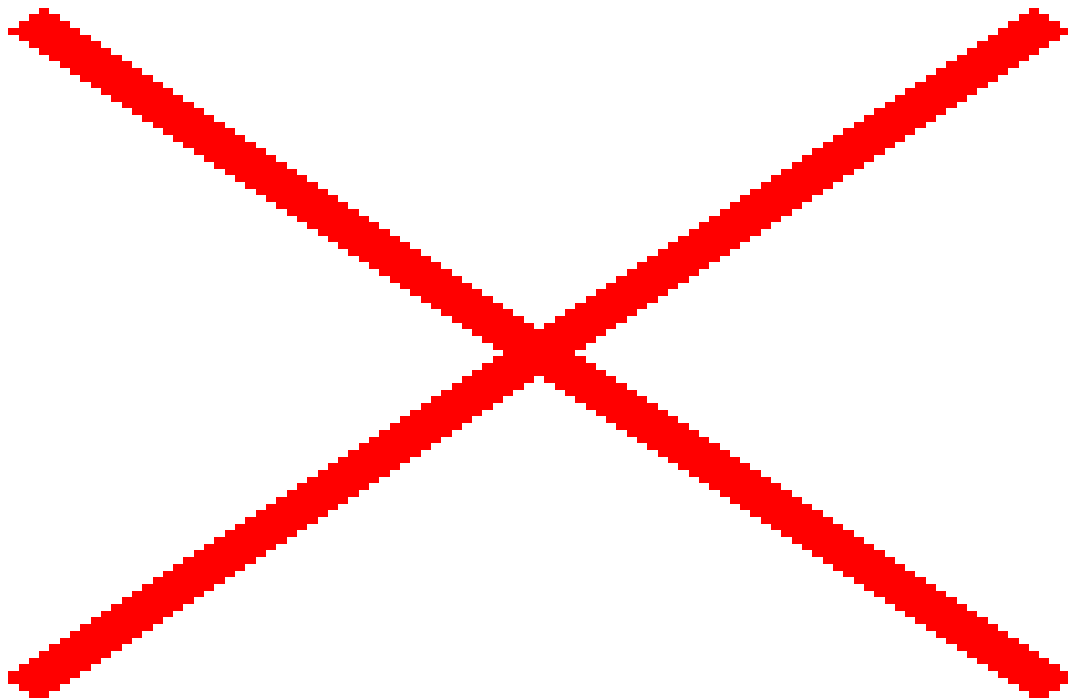
a) Levantamento da Safra de Grãos

A Conab realiza 12 pesquisas, sendo 6 de campo e as demais por outros meios de busca de informações.

Em atenção às demandas dos usuários de informação de safra, os levantamentos têm sido realizados em estreita colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, consolidando o processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais lavouras brasileiras.

Durante o exercício foram elaboradas pesquisas para acompanhamento e fechamento da safra 2010/11 e estimativas de plantio da safra 2011/12, cujos resultados são detalhados a seguir.

Quadro LIII - Demonstrativo da Área e da Produção Agrícola – Safras 2010/11 e 2011/12



Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

A safra 2011/12 fechou com área cultivada em 49,9 milhões de hectares e produção de 162,9 milhões de toneladas.

Para a safra 2011/12, a área cultivada com grãos (algodão, amendoim, arroz, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, aveia, canola, centeio, cevada, trigo e triticale), estimada em 50,66 milhões de hectares, é 1,5% superior à cultivada na safra 2010/11. Em termos absolutos, corresponde a uma expansão de 742,3 mil hectares.

Neste levantamento, dentre as principais culturas de verão primeira safra, o milho e a soja apresentam acréscimos na área de cultivo, enquanto que as de arroz e feijão apresentam decréscimos, confirmando as expectativas dos levantamentos anteriores. O algodão que apresentava redução na área de plantio passou a apresentar crescimento de 0,4%. Em termos percentuais, o milho apresenta o maior acréscimo (9,1%) representando um adicional de 718,1 mil hectares, totalizando uma área recorde de plantio de 8,63 milhões de hectares. A segunda cultura em destaque é a de soja, com ganho de 453,7 mil hectares, 1,9% superior à safra passada, motivada pela boa rentabilidade e pelos preços atrativos. As culturas de arroz e feijão apresentam redução na área. O feijão, em função das dificuldades na comercialização e aos preços deprimidos e o arroz pela diminuição de água nos mananciais.

A produção estimada é de 158,45 milhões de toneladas, 2,8 % inferior à obtida na safra 2011/12, quando atingiu 162,96 milhões de toneladas. Esse resultado representa uma redução de 4,51 milhões de toneladas. A maior redução é observada na soja (3,57 milhões de toneladas), e no arroz (2,15 milhões de toneladas). Para o milho primeira safra a previsão indica crescimento de 5,6%, equivalente a 2,0 milhões de toneladas.

No mês de dezembro/12, as condições climáticas não foram favoráveis principalmente para as produções de milho e soja, sobretudo nos estados da região Sul, parte da Sudeste e no Sudoeste de Mato Grosso do Sul. A gravidade climática afeta principalmente as lavouras de milho no Rio Grande do Sul, uma vez que se encontram predominantemente nas fases críticas de floração e frutificação. A soja, em sua maioria, se encontra na fase final de desenvolvimento vegetativo e já causa preocupação, pois para as fases seguintes, floração e frutificação, a normalidade climática é

fundamental.

A seguir, breve comentário sobre o comportamento das principais culturas na safra 2011/12:

○ Algodão: o levantamento indica que serão cultivados 1.405,3 mil hectares com algodão no País, sendo 0,4% superior aos 1.400,3 mil hectares cultivados na safra anterior. O estado do Mato Grosso, que lidera o volume produzido, mantém nesta safra a mesma área cultivada na safra anterior. As perspectivas para a safra são boas até o momento, quando analisados os aspectos agronômicos e climáticos.

○ Arroz: a redução da área está confirmada e as causas são creditadas à dificuldade de comercialização, preços pouco atrativos, aumento no custo de produção e à falta de água nos reservatórios (corpos d'água, açudes e barragens). O arroz de sequeiro cuja área no Brasil equivale ao irrigado, vem diminuindo safra a safra e só não diminui a produção total porque o arroz irrigado vem num constante crescimento de produtividade, com lançamento de novas variedades altamente produtivas.

○ Feijão: A estimativa da área cultivada nesta safra sinaliza diminuição de área na maioria dos estados produtores. As lavouras estabelecidas tiveram bom desenvolvimento inicial em todos os estados que cultivam o feijão primeira safra. Como o feijão tem ciclo produtivo bastante curto, é possível encontrar lavouras em todos os estágios produtivos em um mesmo estado. A lavoura semeada mais cedo teve colheita próxima do normal. Do meio do ciclo produtivo em diante, começaram os problemas climáticos adversos e significativos e os estados mais prejudicados foram: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

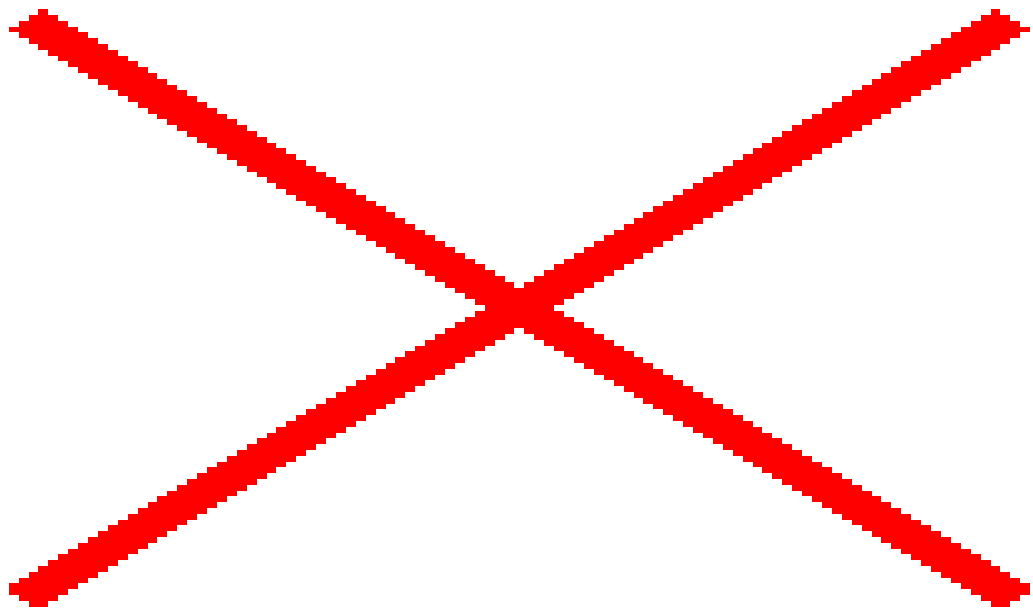
○ Milho: O desenvolvimento geral da lavoura nos principais estados produtores é considerado satisfatório. O clima foi favorável durante a semeadura, o que proporcionou adiantamento significativo na implantação da lavoura quando comparado à mesma etapa da safra anterior.

○ Soja: Na região sul, especificamente no estado do Rio Grande do Sul, as condições climáticas desfavoráveis, como chuvas escassas e temperaturas elevadas, prejudicam o desenvolvimento da cultura, diminuindo o porte das plantas, justificando a redução de 15,6% na produtividade em relação à safra anterior. Para o estado do Paraná estima-se quebra de 10,7% e de 7,7% em Santa Catarina.

○ Trigo: Na maioria dos estados produtores houve redução da área semeada e a concorrência com o milho segunda safra, no Centro-Oeste e no Paraná, teve colaboração significativa para o resultado. Apenas o Rio Grande do Sul apresentou um aumento mais significativo na área. Em Santa Catarina a semeadura foi bastante lenta devido às condições climáticas, onde o excesso de chuvas atrapalhou o estabelecimento da lavoura.

O quadro a seguir detalha a situação do abastecimento dos principais produtos solicitados pelo mercado até o fim de 2011 e uma estimativa para 2012.

Quadro LIV - Balanço de Oferta e Demanda



Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

b) Levantamento da Safra Brasileira de Café

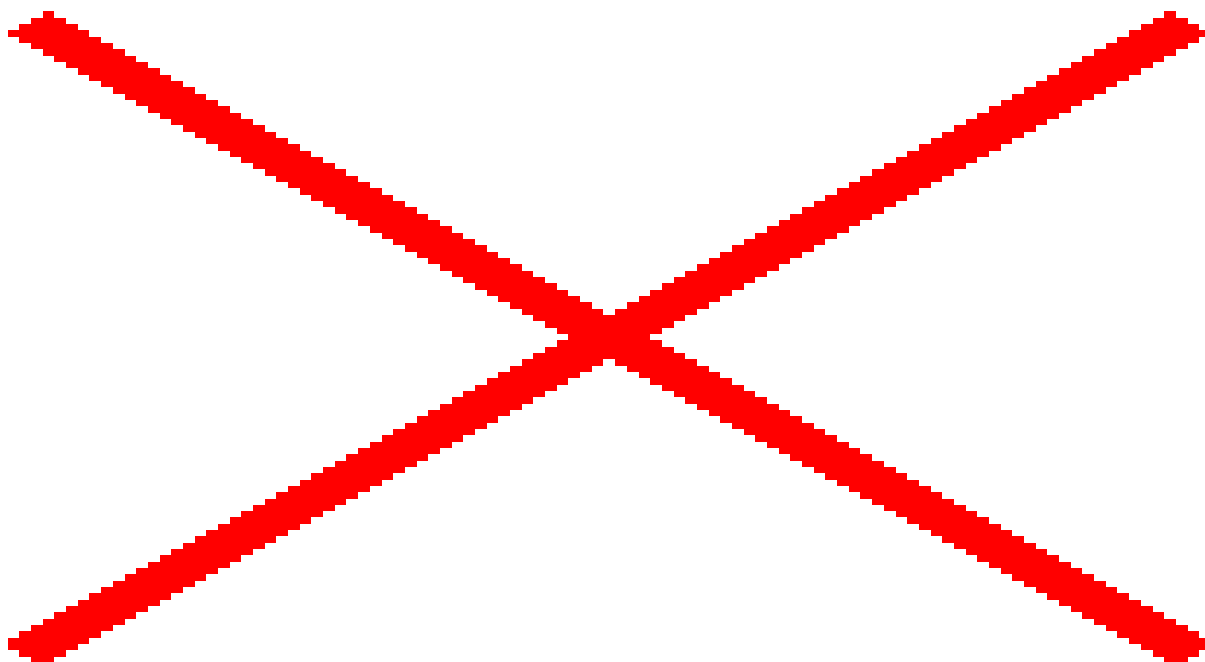
No período de novembro e dezembro de 2012, empregados da Conab e das instituições com as quais esta mantém parceria (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural- INCAPER; Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A-EBDA; Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná- SEAB; Departamento de Economia Rural- DERAL; Associação de Assistência Técnica, Extensão Rural do Estado de Rondônia- EMATER/RO, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE), visitaram os municípios dos principais estados produtores de café (Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Paraná e Rondônia) para a realização de pesquisas e aplicação de questionários junto aos informantes previamente selecionados, objetivando a realização da quarta estimativa da produção da safra de café de 2012

A boa florada, associada ao clima favorável e aos tratos culturais implementados durante a safra 2012, garantiu a boa qualidade dos grãos. As chuvas registradas na última semana de setembro/10 embora abaixo da média, possibilitaram a abertura da primeira florada nas regiões Sul e Zona da Mata de Minas Gerais e na maioria das áreas cafeeiras de São Paulo e Paraná.

A área cultivada com café no País totaliza 2.278.103 hectares, cultivada com as espécies arábica e conilon. O resultado mostra uma redução de 0,85% sobre a área de 2.289.193 hectares, existentes na safra 2011, ou seja, foram erradicados 11.090 hectares. No estado de Minas Gerais está concentrada a maior área com 1,0 milhão de hectares em produção, predominando a espécie arábica com 98,5% da área do estado. O total da área estadual representa 48,7% da área cultivada com café no País, e consequentemente o primeiro do ranking nacional.

Estimada em 43,48 milhões de sacas beneficiadas, a produção brasileira de café (arábica e conilon), é 9,6% ou 4,61 milhões de sacas inferior ao volume de 48,09 milhões de sacas produzidas na safra anterior. Esta redução se deve principalmente ao ano de baixa bienalidade e da irregularidade nas precipitações pluviométricas no segundo semestre de 2011 e no início de 2012, que prejudicaram as lavouras que se encontravam na fase de enchimento dos grãos, sobretudo nos estados de Minas Gerais (regiões Sul de Minas e Cerrado Mineiro), na Bahia e em Rondônia. Para o café arábica, observa-se um decréscimo na produção de 12,6% (4,64 milhões de sacas) e para a produção do conilon (robusta), a previsão aponta um crescimento de 0,2%, correspondendo a 25,0

mil sacas. A produção do café arábica representa 74,0% (32,19 milhões de sacas) da produção do País, e tem como maior produtor o estado de Minas Gerais, com 68,0% (21,88 milhões de sacas) de café beneficiado. O conilon participa na produção nacional com 26,0% de café beneficiado. O estado do Espírito Santo se destaca como o maior produtor dessa espécie, com 75,2% (8,49 milhões de sacas) de café beneficiado, conforme detalhado no quadro a seguir.

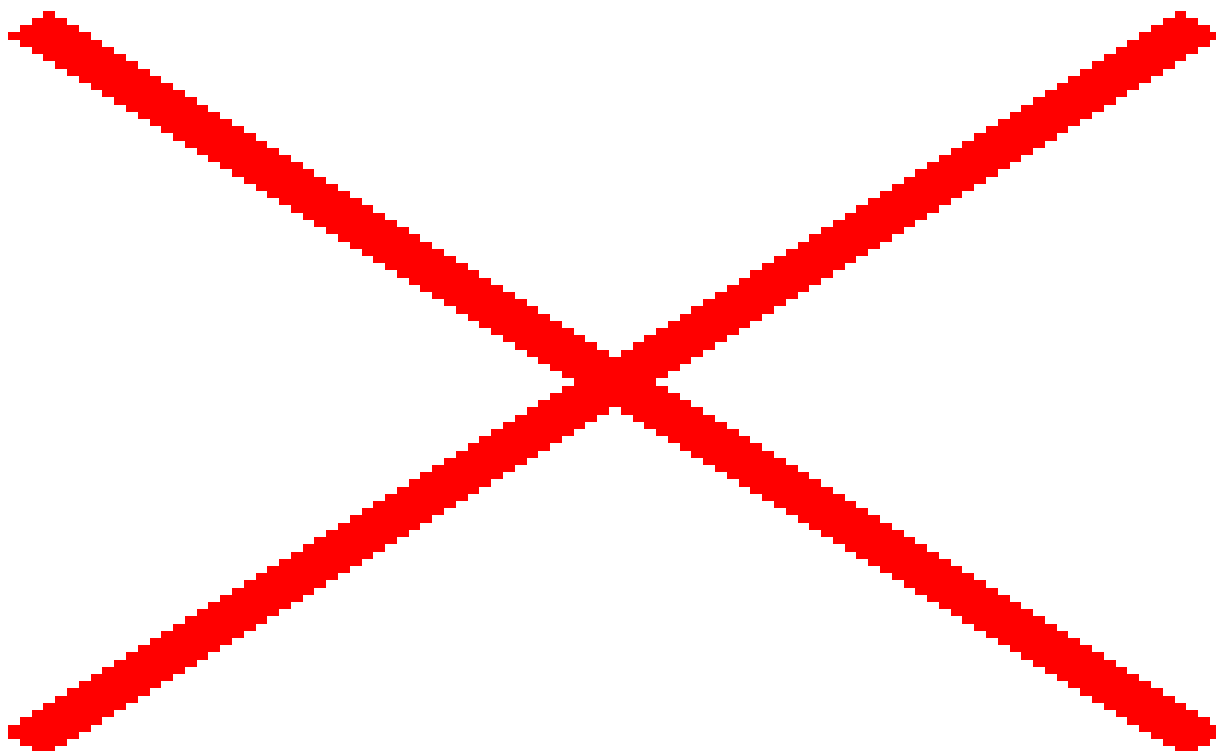


Quadro LIII - Demonstrativo da Produção de Café – Safras 2011 e 2012

Fonte: Suinf/Geasa

Também no mesmo período foi realizado a primeira estimativa de produção da safra 2012, tendo sido prevista uma produção entre 48.965,7 e 52.271,7 (média de 50.618,6) milhões de sacas beneficiadas. O resultado apresenta um crescimento entre 12,6% a 20,2%, quando comparada com a produção obtida na temporada anterior. Esse crescimento se deve principalmente ao ano de alta bienalidade. Confirmado o resultado, esta será a maior safra já produzida no País, superando o volume de 48,48 milhões de sacas colhidas na safra 2002/03.

Quadro xxxxx – Estimativa da Produção de Café – Safra 2012(*)



Fonte: Suinf/Geasa

(*) - Produção média do intervalo estimado

c) Levantamento da Safra Brasileira de Cana de açúcar

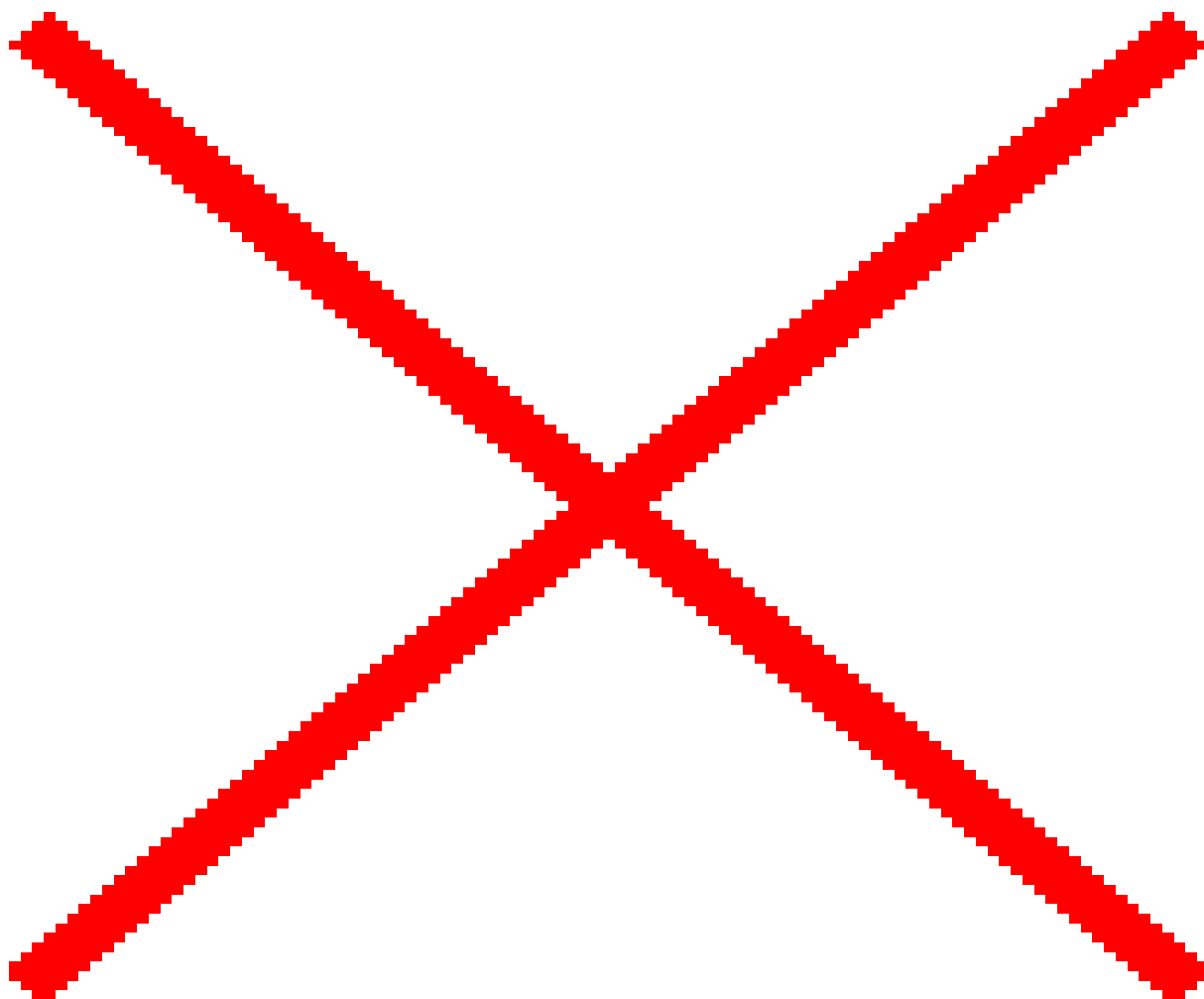
A Conab, em cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA realizou, entre os dias 28 de outubro e 12 de novembro de 2011, o terceiro levantamento da safra 2011/12 de cana de açúcar. Nesta etapa, foram visitadas todas as unidades de produção sucroalcooleira com produção efetiva, situadas nos vários Estados produtores.

A lavoura de cana de açúcar apresentou nesta safra um desenvolvimento aquém do ideal e inferior ao da safra passada, levando a uma produtividade menor que a estimada inicialmente pelos produtores. As causas foram diversas, mas o clima foi o principal causador da queda da produção, em consequência das adversidades ocorridas a partir do mês de abril até outubro de 2011, com chuvas escassas em toda a região Centro-Oeste e Sudeste. Este comportamento do clima prejudicou a brotação e o desenvolvimento da cana, tanto nas áreas colhidas, como nas áreas de renovação e expansão, mas favoreceu a colheita da safra passada, encurtando o período da safra.

A área cultivada com cana de açúcar que será colhida e destinada à atividade sucroalcooleira está estimada em 8.368,4 mil hectares, distribuídos em todos os estados produtores. O Estado de São Paulo continua sendo o maior produtor, com 52,2% (4.370 mil hectares), seguido por Minas Gerais com 8,87% (742,65 mil hectares), Goiás com 8,1% (678,42 mil hectares), Paraná com 7,3% (611,44 mil hectares) Mato Grosso do Sul com 5,70% (480,86 mil hectares), Alagoas com 5,45% (463,65 mil hectares), e Pernambuco com 3,89% (326,11 mil hectares). Nos demais estados produtores as áreas são menores, mas com bons índices de produtividade.

Apesar do crescimento da área cultivada estima-se redução de 8,4% na quantidade colhida, caindo de 623.905,3 mil toneladas produzidas na safra 2011/12, para 571.471,0 mil toneladas na próxima safra, em função das condições climáticas não terem sido favoráveis à cultura.

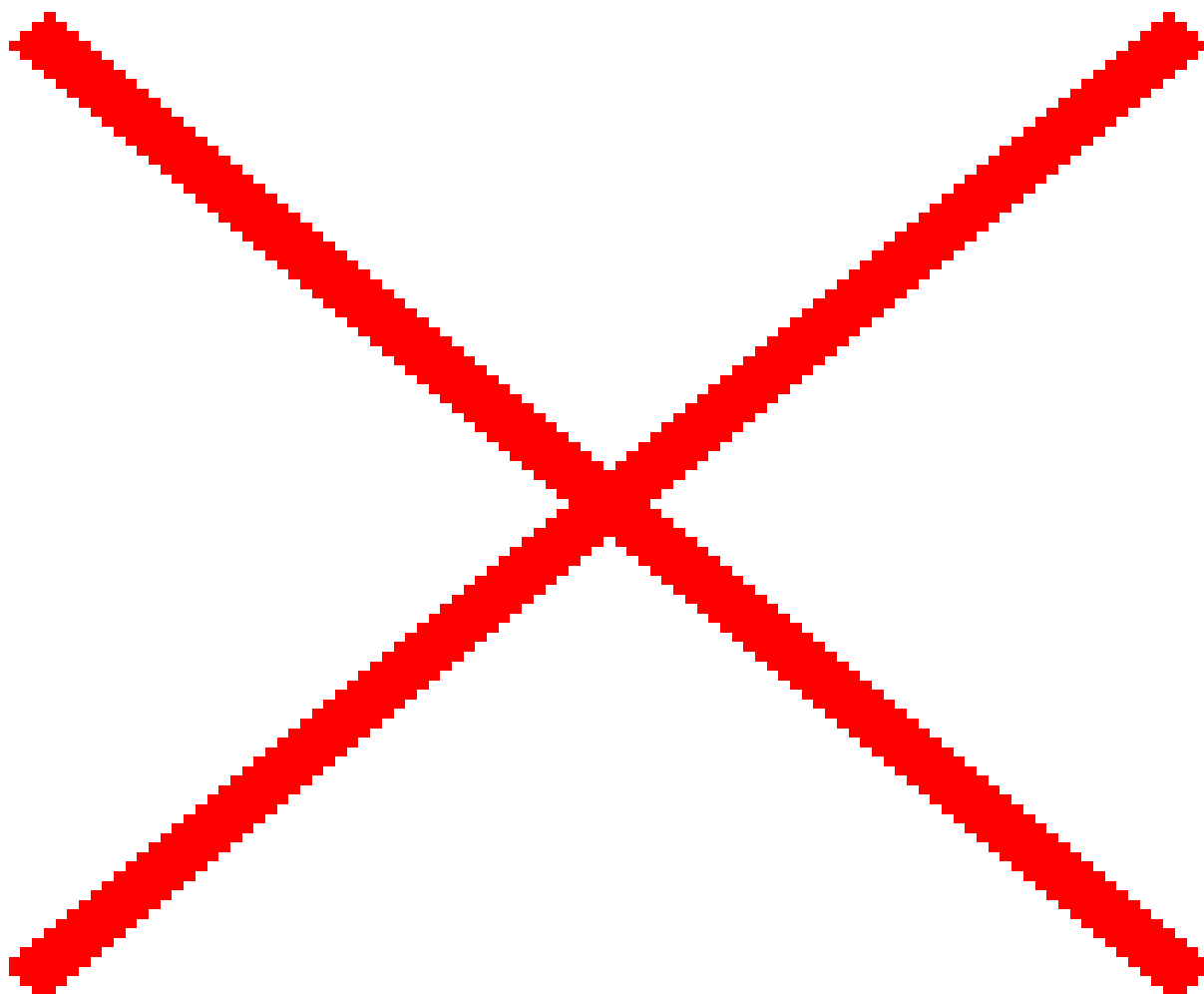
Quadro xxxx – Demonstrativo da Área Cultivada e Produção de Cana de Açúcar



Fonte: Suinf/Geasa

Da produção total estima-se que 283.906,5 mil toneladas serão utilizadas na produção de 36.882,6 mil toneladas de açúcar e outras 287.564,5 mil toneladas na produção de etano anidro e hidratado, conforme detalhado no quadro a seguir..

Quadro xxxxx – Estimativa de Produção de Açúcar e Etanol



Fonte: Suinf/Geasa

A previsão de esmagamento de cana para a produção de açúcar é de 283,9 milhões de toneladas, correspondendo a 47,3% da produção. No caso do etanol, deverão ser esmagadas 287,6 milhões de toneladas de cana para a produção de 22.857,6 bilhões de litros de etanol, 17,2% menor que a produção da safra 2011/12. Deste total, 9.069,3 bilhões de litros serão de etanol anidro e 13.788,3 bilhões de litros serão de etanol hidratado.

d) Acompanhamento da Safra de Laranja – São Paulo e Triângulo Mineiro

A estimativa da safra de laranja, no Estado de São Paulo, resulta da parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – SAA, com o Instituto de Economia Agrícola – IEA e com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI.

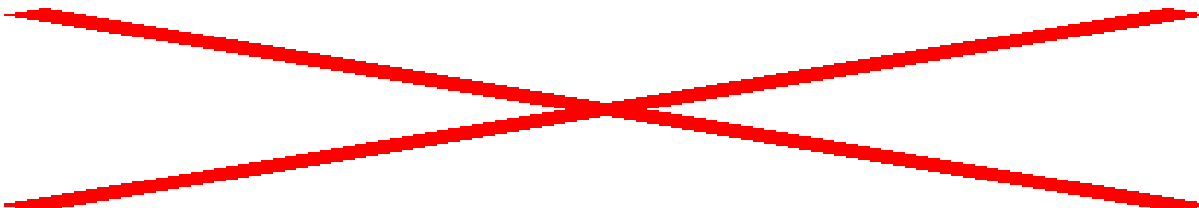
Por meio da parceria entre Conab/IEA/CATI foi realizada uma amostra piloto para o levantamento da safra de laranja nos municípios produtores, localizados no Triângulo Mineiro/MG, mediante a aplicação de 101 questionários validados nos estabelecimentos agropecuários produtores.

A área plantada com laranja no estado de São Paulo vem sofrendo reduções consecutivas e mudando o perfil do produtor. Os pomares com dimensões menores estão perdendo

espaço e acabam absorvidos geralmente pelo cultivo da cana de açúcar. Este fato decorre da falta de condições do pequeno produtor para adotar as práticas culturais adequadas e usar os insumos necessários para o bom desempenho da cultura. A queda decrescente da produtividade torna o produto pouco competitivo no mercado, principalmente quando sua atividade é exclusivamente a produção de laranja.

Quando se compara com a safra anterior, o comportamento é de diminuição de área, passando de 608.600 ha para os atuais 569.641 ha, com variação de menos 6,4%. A causa da diminuição é a erradicação dos pomares improdutivos.

Quadro LV – Estimativa Preliminar da Safra Agrícola de Laranja 2011/12 São Paulo



Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

Aos resultados extraídos pela aplicação dos questionários validados em campo nas mesorregiões de Frutal, Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia do Triângulo Mineiro, foram aplicadas técnicas de imputação para dar consistência aos estimadores dos resultados finais. A estimativa de safra é de 21,1 mil hectares de área total, com plantio de laranja com 98% da área em produção. A produtividade média nesta safra é de 711 caixas de 40,8 kg por hectares, ou seja, 14,7 milhões de caixas produzidas em 20,7 mil hectares.

Quadro LV – Estimativa Preliminar da Safra Agrícola de Laranja 2011/12 Triângulo Mineiro

Item	Unidade	2011/2012
Área total com laranja	1.000 ha	21,1
Área em produção	1.000 ha	20,7
Produção comercial	Cx 40,8 kg	14,7
Produtividade média	Cx 40,8 kg/ha	77

Fonte: Suinf/Geasa

A produção de laranja no Triângulo Mineiro vem conquistando cada vez mais espaço na produção nacional. As principais vantagens da região para esta atividade são a proximidade com as indústrias citrícolas do Estado de São Paulo, as idênticas condições pluviométricas, a fertilidade do solo e o menor valor da terra nua quando comparado com São Paulo.

A safra 2012 está sendo de alta produção, porém a indústria de suco, principal player de compra, não está absorvendo o total da produção, provocando queda nos preços e redução drástica da margem de lucro do produtor.

As indústrias de suco têm promovido um forte processo de verticalização, ou seja, estão produzindo a própria matéria prima e este ano anteciparam a colheita, de forma a reduzir a necessidade imediata de comprar laranja dos produtores independentes. Por outro lado os representantes das indústrias afirmam que não há capacidade instalada para absorver toda a laranja produzida em tempo.

Segundo os produtores da região, essa deve estar entre as maiores safras da década. Apesar dos altos números de safra houve problema com a seca no Triângulo Mineiro, que afetou as áreas de maior produção, de forma que os frutos foram vendidos para as indústrias com menor teor de suco, provocando perdas de até 50% do total em valores monetários, que poderiam ser auferidos

com a venda da fruta.

Além desses, em 2012, efetuou-se o monitoramento da cultura do pinhão manso em todas as Unidades da Federação, e a consolidação dos levantamentos de safra de óleo de palma (dendê) realizados nos Estados do Amazonas, da Bahia e do Pará. O trabalho foi realizado a pedido do MAPA, para subsidiar o programa de biodiesel e para estudos por parte daquele Ministério. Também foi realizado o levantamento da safra de sisal no Estado da Bahia, objetivando o cálculo da produtividade média desta cultura para subsídio às operações de PEP. Está previsto a realização de mais 2 levantamentos durante o exercício de 2012, para a consolidação da metodologia utilizada.

Ao longo dos últimos anos, a Conab vem desenvolvendo estudos para introdução de novos negócios na Companhia. Tais trabalhos demandam constantes inovações do conhecimento e de novas atividades econômicas, relacionadas à multidisciplinaridade e às experiências operacionais assimiladas pelos técnicos, nestes diversos anos em que a Empresa sofreu mudanças provenientes do processo de fusão corporativa.

Essas novas oportunidades identificadas estão implícitas na missão e nas atribuições da Conab, e passam a fazer parte da corporação, alavancando o crescimento institucional em função da maior variabilidade de ações intrínsecas ao apoio, ao suprimento e à distribuição de alimentos ao País.

No âmbito da formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM destacam-se, em 2012, a elaboração das seguintes propostas/estudos/conjunturas:

- ⑩ preços mínimos para 33 produtos pertinentes às Safras de Verão, Inverno e Produtos Regionais no Norte e Nordeste, além de sementes, no total de 12 propostas;
- ⑩ implementação de preços mínimos para novos produtos, como sardinha e pêssego;
- ⑩ 11 Notas Técnicas contendo propostas de aquisição de produtos, por meio da PGPM, dos produtos arroz e trigo; como também para o mecanismo de Contrato de Opção de milho;
- ⑩ 20 propostas para utilização dos instrumentos de subvenção para escoamento da produção PEP, PEPRO E VEP para os seguintes produtos: uva/vinho, trigo, feijão, sisal e arroz; como também visando a venda de estoques de: café, trigo, milho e feijão;
- ⑩ 119 Pareceres Técnicos, com propostas de apoio à comercialização, com a definição de preços para diversas operações de venda de produtos da PGPM, tais como: café, trigo, milho, feijão e sorgo, além de sacaria de polipropileno. Quanto às operações de compra e venda simultânea foram elaborados índices de troca para arroz e trigo destinados a doações internacionais, como também produtos destinados à cesta básica do MDS, executados por meio de leilão eletrônico.
- ⑩ 31 reuniões de conjunturas agropecuárias de produtos da PGPM e outras ainda foram realizadas com a participação de público interno e externo. Ressalte-se que no site da Conab estão disponibilizadas 329 conjunturas agropecuárias de produtos da PGPM (248 semanais e 81 mensais), para consulta dos agentes do agronegócio, estudantes e pesquisadores. Além destas, ocorre a elaboração mensal de conjuntura agrícola de forma resumida, sobre o mercado interno e externo, para publicação no Relatório Sintético das Atividades da Companhia, destinado ao seu Conselho de Administração e ao público interno.
- ⑩ Preços no atacado, com o fim de subsidiar a realização e a formação de preços de venda para o Programa Vendas em Balcão, que tem como objetivo a comercialização de produtos básicos voltada aos pequenos produtores, principalmente avicultores e suinocultores.
- ⑩ Informação quinzenal, dos preços de sobretaxa - valor de seguro dos produtos estocados pelos armazéns próprios e de terceiros, com vistas a subsidiar o ressarcimento de perdas em armazenagem em unidades privadas.

⑩ Notas Técnicas elaboradas objetivando os seguintes fins: a) processo de beneficiamento e industrialização de castanha de caju, b) demonstração dos processos de produção e industrialização da cera de carnaúba refinada, c) proposta de alteração na operação para obtenção de arroz beneficiado visando doação internacional, d) proposta de atuação para a safra de trigo e arroz no sul do país, e) proposta para execução do programa de compra com remoção simultânea no Estado de Rondônia, f) sobretaxa de importação de farinha de trigo da Argentina, g) parecer sobre o PLS n.º 51/08 sobre política de abastecimento, h) proposta de entrega de arroz em pagamento da dívida contraída pelos produtores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, i) proposta de abastecimento de milho para a Região Nordeste; j) uso do PEPRO para apoiar a comercialização de arroz em substituição ou complementação ao uso do milho para ração de aves e suínos

⑩ Trabalho “Arranjo Produtivo para Pequenos Produtores de Sisal da Bahia” desenvolvido em parceria com a Sureg- BA, Secretaria de Tecnologia e de Abastecimento da Bahia, além de associações de produtores e de extensão rural, objetivando a adoção de um sistema multifuncional com a introdução de culturas consorciadas ao sisal, de modo a reduzir a dependência de renda do produto por uma única cultura.

10.1 – Projeto SIGABrasil

a) Projeto SIGABrasil

O agronegócio é geográfico, daí ser o único setor da economia capaz de harmonizar desenvolvimento com interiorização, reduzindo disparidades intra e inter regionais, e desenvolvimento com justiça social (fonte: Internet).

Qualquer entidade ou organização do agronegócio necessita atuar nas relações entre empresas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações, atuar preventivamente, gerar e difundir informações, com uma visão ampla e especializada de toda a cadeia de produção.

As estimativas regionalizadas da produção agrícola e outros segmentos do agronegócio como: armazenagem, manutenção de estoques, comercialização, fiscalização, programas sociais e transporte da produção agrícola, integram universo de informações especializadas. A rede de armazéns, os volumes estocados, as agroindústrias, os centros consumidores, os portos, as vias de escoamento, são entidades inter-relacionadas no geo espaço. A logística do agronegócio envolve uma estrutura de informações que, por natureza, necessitam ser trabalhadas de forma integrada.

As geotecnologias podem contribuir como suporte de informações para a comunidade do agronegócio. A confiabilidade e a qualidade das informações pertinentes a este ambiente podem ser aprimoradas quando captadas por meio de ferramentas como GPS e sensoriamento remoto, tratadas e disponibilizadas por meio de um Sistema de Informações Geográficas (SIG).

O SIGABrasil, trabalha o universo de informações de modo integrado no geo espaço. Não apenas sobrepondo camadas de informações mapeadas, mas também permitindo outras operações especializadas como: escolha de melhores rotas de escoamento da produção; localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas; fluxo de cargas; orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária e da rede armazenadora; escolha de regiões mais adequadas para instalação de agroindústria; gerenciamento de programas sociais; oferta e demanda de emprego etc.

O Sistema atende ampla comunidade do agronegócio mas a maior parte das demandas tem origem na própria Companhia. A seguir alguns exemplos de produtos gerados em 2012 no atendimento das necessidades de técnicos em diversas atividades:

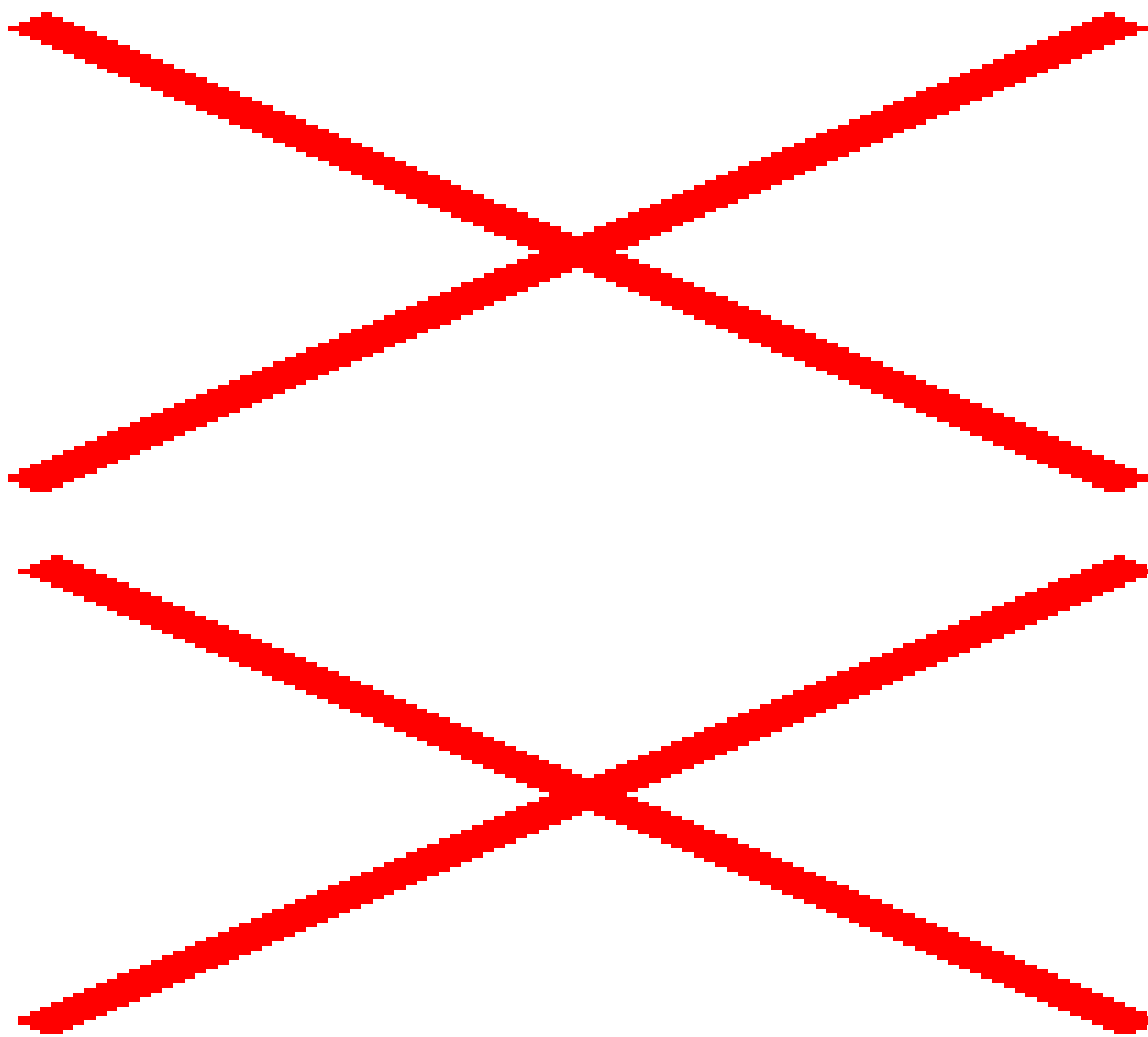
Brasil;

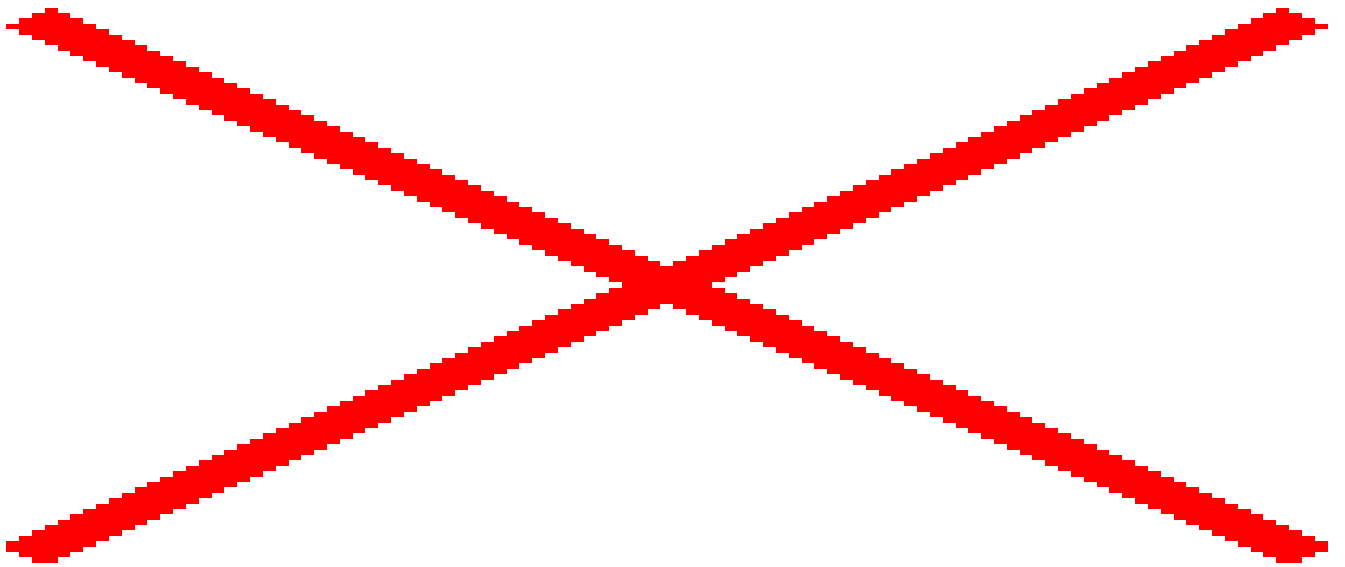
⑩ Atualização dos mapas de produção agrícola das principais culturas cultivadas no Brasil;

⑩ Atualização do georreferenciamento das Usinas de cana de açúcar e dos armazéns cadastrados pela Conab;

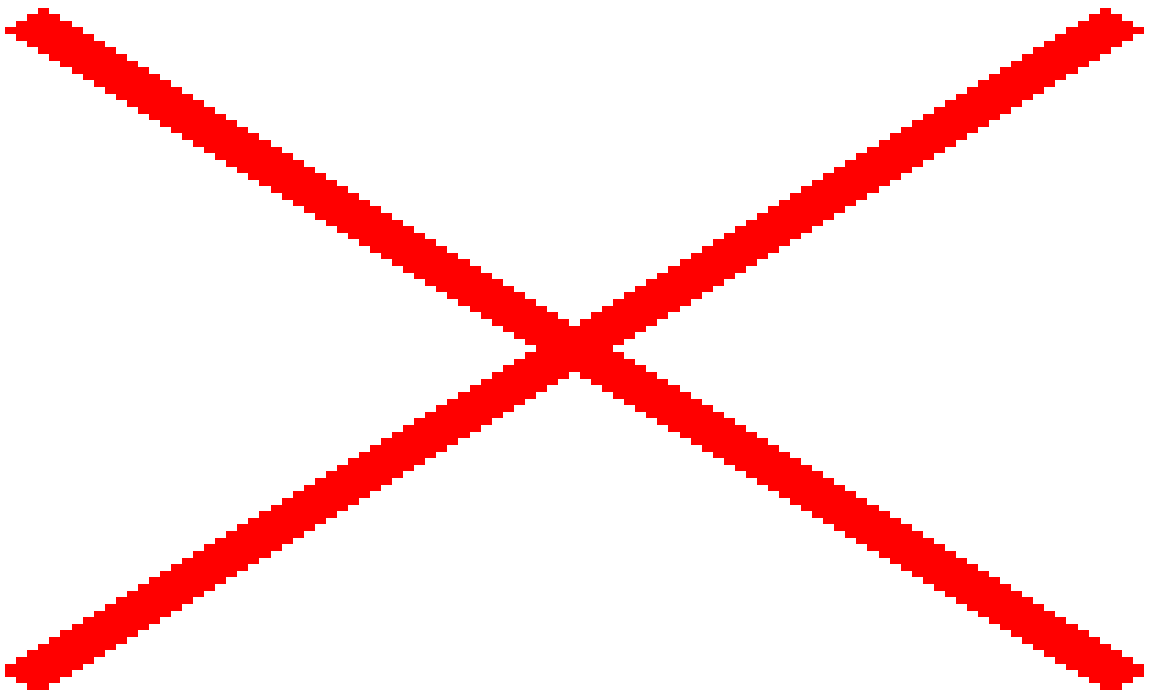
⑩ Análise da expansão dos cultivos e da substituição de culturas em estados da Região Centro-Oeste e no Paraná;

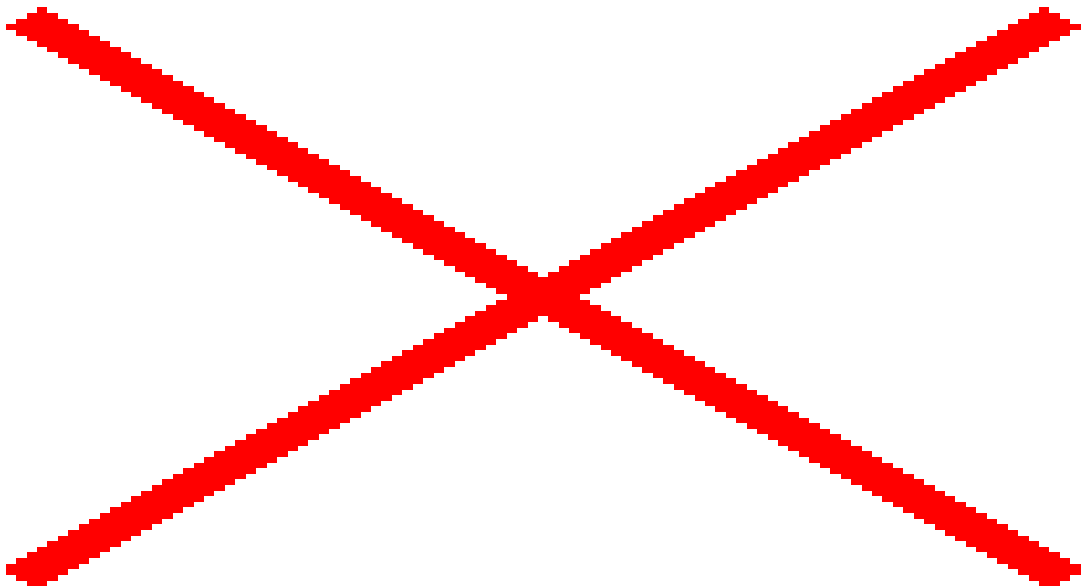
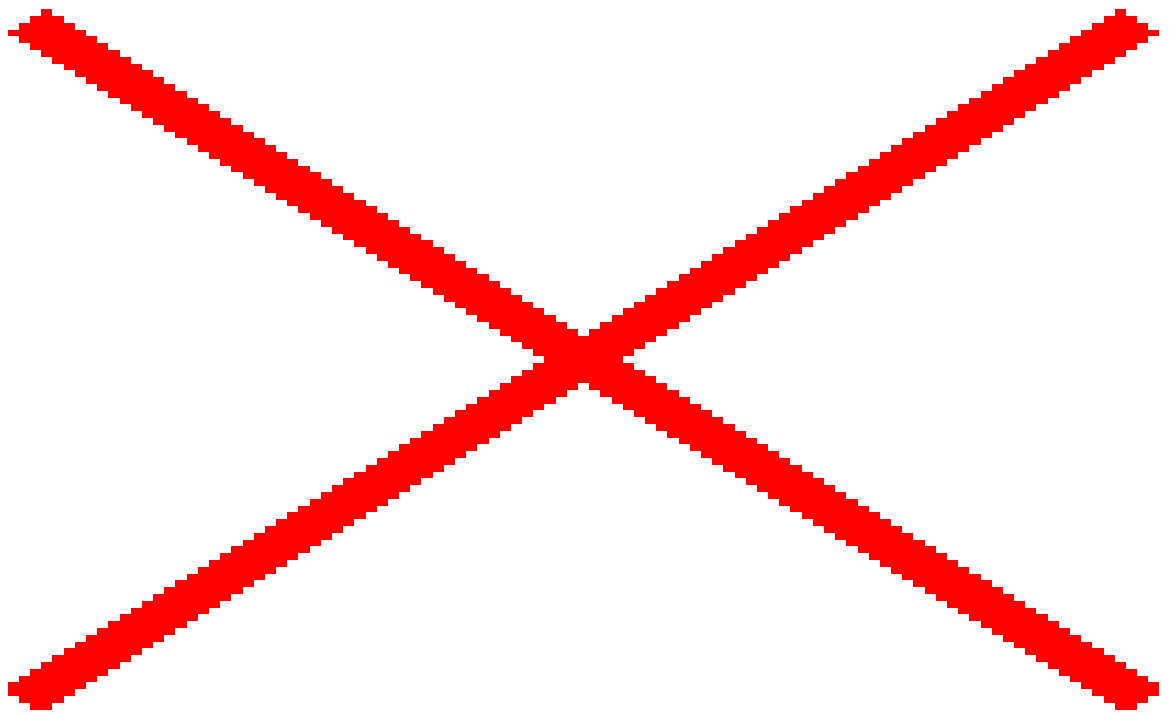
⑩ Estudos de uso e ocupação do solo nos principais estados produtores.

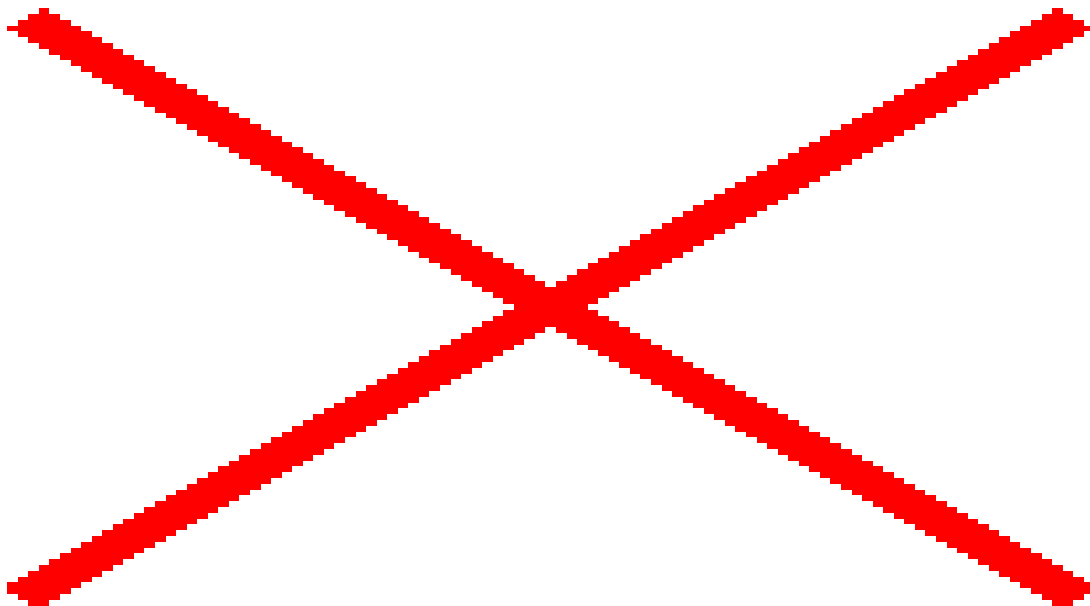




10.2 – Levantamento de Safras







10.3 – Levantamento de Custos de Produção e de Custos de Insumos

10.4 – Prohort já está no capítulo 5

11 – GESTÃO DE PESSOAS

No tocante gestão de pessoas nas organizações é compreendida pelo recrutamento, integração, treinamento, benefícios e análise dos cargos e salários.

No âmbito da Sureg Amapá, a gestão de pessoas se restringe a benefícios e treinamentos, embora este no que diz respeito aos treinamentos, tenha ocorrido uma redução significativa no ano de 2012. As demais relacionadas à gestão de pessoas, são ações administradas pelas Áreas da Matriz, que conduzem o recrutamento de pessoal principalmente através de concursos públicos para o provimento do quadro efetivo de empregados regidos pela CLT.

Contudo, para a consecução dos objetivos estabelecidos, faz necessária a contratação por licitação, de parceiros para a execução de tarefas distintas das atribuições vinculadas aos cargos existentes no quadro efetivo da Regional Amapá, como motoristas, vigilantes, faxineiros, braçagistas.

11.1 – Alocação de Servidores

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal, o ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concursos públicos, ressalvadas as nomeações para as funções gratificadas nos cargos de assessoramento aos Diretores e nos cargos de subordinação direta ao Presidente. Neste sentido, e desde sua criação, a Companhia realizou nos exercícios de 2005 e 2006 e 2012 concursos públicos para provimento de pessoal e, na medida da necessidade, tem realizado

nomeações para os cargos de livre provimento.

Não obstante, tem ocorrido nos últimos exercícios o ingresso de pessoal por meio de decisões judiciais e ou por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994, materializada por meio de portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão- MPOG. Em 2011 foram editadas as portarias de n.ºs 172, de 20 de junho, 205, de 07 de julho e 385, de 22 de setembro, anistiando mais 75 empregados. Em decorrência da pouca governabilidade sobre esse processo, a Companhia permitiu o ingresso de empregados sem observar o quadro de pessoal ideal na sua estrutura organizacional.

A distribuição dos empregados na Sureg Amapá é feita levando em consideração a compatibilidade das atribuições inerentes ao cargo/função com o perfil profissional do empregado. Nesse sentido, há uma carência expressiva de técnicos qualificados para o desempenho de atividades específicas nas áreas contábil, recursos humanos, fiscal, entre outras.

O contingente de colaboradores oriundo de decisões judiciais, em que pese ser responsável por valorosa contribuição, especialmente nesse período de carência de material humano, mostra-se inadequado para o desenvolvimento de tarefas que requerem conhecimentos técnicos específicos, configurando a situação de quantidade que teoricamente seria suficiente, mas que não apresenta a excelência almejada pelas próprias limitações e falta de qualificação necessária, quase sempre, decorrentes de longo período a que estiveram ausentes do mercado de trabalho.

Reduzido o fluxo de entrada de anistiados a Gerência de Cargos, Salários e Avaliação-Gecav elaborou a Nota Técnica n.º 02/2011 onde expôs a necessidade de dimensionamento da força de trabalho, no sentido de identificar o número e a qualificação dos empregados para a execução das atividades da Companhia. Para tanto, foi autuado processo interno visando a contratação de empresa de consultoria, visando a realização do redimensionamento do quadro de pessoal, tanto na Matriz quanto nas Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras.

11.2 – Comunicação na Instituição

ESTE ITEM TEM CARACTERÍSTICAS GERAIS.

A comunicação de informações importantes para a companhia se dá por meio dos seguintes veículos:

Notícias do Dia – informativo diário com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Além das cópias impressas afixadas nos murais, o informativo também está presente diariamente na intranet e nos murais das superintendências regionais e unidades armazenadoras. Circula de segunda a sexta-feira e as notícias são produzidas, diagramadas e ditadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em parceria com estagiários de comunicação das superintendências regionais. Com o mesmo leiaute, é produzida uma edição em cada regional (Notícia do Dia Regional) com informações de exclusivo interesse dos empregados locais. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior

frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet- este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

Internet – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

Público interno

Público externo

11.3 – Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho

NÃO HOUE AÇÃO ESPECÍFICA NO AMBITO SUREG AMAPÁ. DEVENDO PERMANECER ASSIM, POIS SER COMUM A TODOS

Para o levantamento de informações sobre o clima organizacional da Companhia, e seu monitoramento, foi realizada uma pesquisa específica, no período de julho de 2008 a maio de 2009, com o objetivo de conhecer a percepção dos empregados sobre temas relativos ao ambiente de trabalho, visando subsidiar planos de ações para a melhoria da gestão de recursos humanos da Empresa.

Os questionários utilizados foram disponibilizados na intranet e, após o preenchimento pelos empregados, enviados para a Superintendência de Tecnologia da Informação- Sutin para tabulação. Objetivando a liberdade de respostas os questionários tiveram tratamento sigiloso.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas:

- ⑩ Estudos prévios, levantamento dos dados, definição do formulário, apresentação do projeto para a Diretoria e sensibilização dos empregados;
- ⑩ Preenchimento dos formulários;
- ⑩ Tabulação dos dados, análise dos resultados e criação dos planos de ações e sugestões; e
- ⑩ Conclusão e disseminação dos resultados.

A quarta etapa não foi implementada pois até o fim do exercício de 2012 o resultado da pesquisa e o respectivo plano de ação aguardavam manifestação da Presidência da Conab.

11.4 – Ações de Conhecimento e Aprendizagem

O exercício de 2012 iniciou-se com a promulgação do Decreto n.º 7.446, de 1.º de março de 2011, e Resoluções n.ºs 013 e 014/011, restringindo os recursos orçamentários para a realização das atividades de capacitação, em âmbito nacional, principalmente quando esses eventos envolviam despesas com diárias e passagens.

Nesse contexto, a Gerência responsável passou a realizar suas atividades norteadas pela visão estratégica da Diretoria Administrativa (atual Diretoria de Gestão de Pessoas-Digep), no

sentido de atender as prioridades de forma alinhada às exigências organizacionais.

A capacitação dos empregados, no âmbito da Conab, é desenvolvida como uma atividade contínua de Treinamento, Desenvolvimento e Educação, visando a melhoria do desempenho funcional, baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia.

Nesse sentido, a Conab implantou e vem desenvolvendo seu Plano de Educação Corporativa- PEC, com a finalidade de promover o desenvolvimento das competências humanas, orientadas para os objetivos da Companhia.

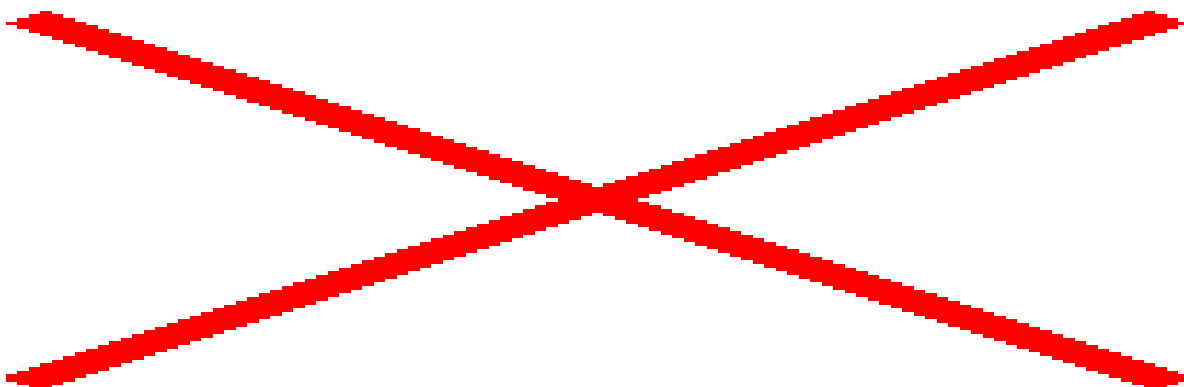
A cada dois anos, a Conab realiza o Levantamento de Necessidades de Treinamento- LNT, com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no PEC, em nível de matriz e regionais, bem como identificar as novas demandas de treinamento para o período. As necessidades de treinamento identificadas devem ser correlatas às competências de cada área, assim como às precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nas diversas áreas da Companhia. São propostos, também, cursos voltados para o desenvolvimento futuro dos empregados, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, o LNT busca identificar empregados para atuarem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

Inserida no Programa de Valorização do Servidor, a Conab buscou incentivar os seus empregados a reingressarem na vida acadêmica por meio de cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, desde que voltados para os objetivos estratégicos e de interesse da Companhia. Continuou implementando o Projeto Graduar para Trabalhar (alfabetização, pós-alfabetização, ensino fundamental e médio) na Matriz, Além disso, investiu no Programa Educacional de Idiomas, concedendo aos seus empregados incentivo financeiro de 50% da mensalidade, limitado em até R\$124,78.

a) Quanto ao número de treinandos

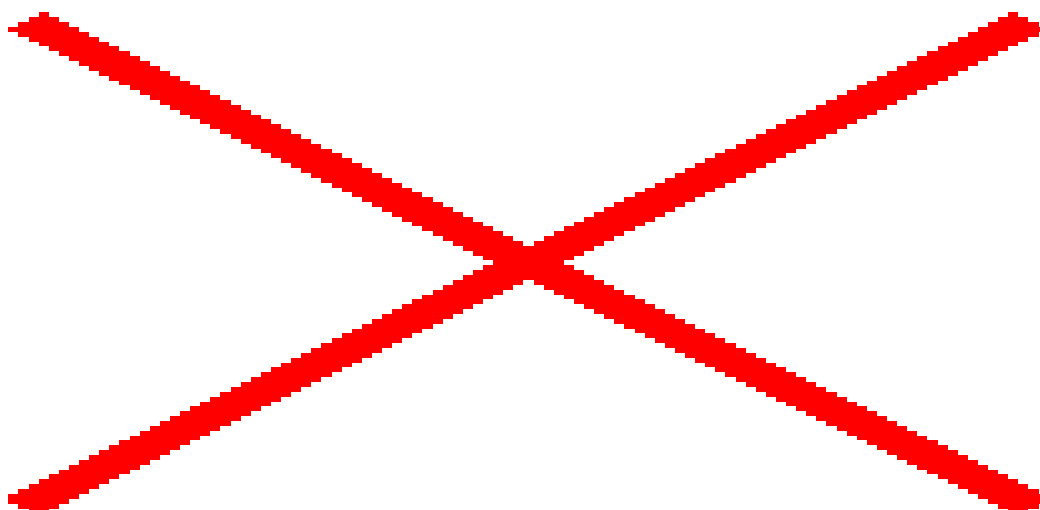
O quadro a seguir apresenta o comparativo entre os recursos gastos e os resultados alcançados no exercício/2012 em relação aos períodos interiores

Quadro xxx – Evolução dos Investimentos em Treinamento



Quadro xxxx – Treinamento, por Área de Conhecimento

Em 2012 foram realizados 861 treinamentos com decréscimo de aproximadamente 43,1% sobre a quantidade do ano anterior, em função da diminuição do número de treinandos em quase todas as áreas, destacando-se a de Educação e Desenvolvimento. A redução só não foi maior devido



à participação de grande número de empregados em palestras relativas à disseminação de conhecimentos pelos empregados participantes dos cursos de pós-graduação. Em função do curto tempo de duração destes eventos verificou-se, em consequência, redução de 47,8% nas horas de estudo e de 8,2% na carga horária por participante.

b) Resultados Alcançados (Este item inclui dados da Matriz e Regionais)

Os resultados a seguir detalhados envolvem todas as atividades desenvolvidas pela área de capacitação da Companhia e que a metodologia de avaliação ainda se encontra em processo de validação pela Conab, estendendo-se a partir de 2012 para as Regionais.

Dentro do contexto organizacional relacionado à implementação dos treinamentos previstos no PEC-2012 foi proposto, para a monitoração do referido Plano, os indicadores de desempenho classificados e integrados de acordo com o tipo (produto ou processo) e amplitude (estratégico, gerencial e operacional) conforme quadro abaixo, permitindo avaliar e propor melhorias no modelo de gestão educacional da Companhia.

Quadro xxxx – Indicadores de Capacitação

Amplitude Tipo	Indicador	Descrição	Meta	Resultado
Estratégico Produto	Impacto do Treinamento no Trabalho (Implantar processo de Avaliação do Retorno do Investimento ROI)	Percentual de impacto do treinamento no trabalho (alcance dos objetivos específicos do treinamento e aumento do desempenho do treinando) bem como justificar o retorno do investimento	Maior ou igual a 40% dos cursos avaliados, com grande impacto (cursos fechados)	Não foi possível a implantação do ROI, uma vez que dependemos de outro órgão.
Gerencial Processo	Implantação do PEC 2011	Percentual de Ações Educacionais constantes do PEC que foram implementadas no corrente ano	900,00%	60% implementadas

Operacional Produto	Satisfação do Treinando com os Treinamentos	Satisfação dos treinandos com o desempenho do instrutor, a qualidade institucional, o ambiente da ação educacional e a coordenação	Maior ou igual a 80%	Da amostra pesquisada foi alcançado um resultado de 85%.
Gerencial Processo	Investimento de Horas em Educação	Média de horas que cada colaborador dedica a ações educacionais	12 horas anuais	Ultrapassou a meta, alcançando a média de 15h20 ano, por treinando
Gerencial Produto	Incremento de Conhecimento	Percentual de acréscimo de conhecimento final (incremento de aprendizagem)	Acréscimo de até 50%	Alcançou 63%

Fonte: Sumoc/Gecap

As ações educacionais que integram o PEC 2012 sofreram corte na realização dos eventos, tendo em vista o contingenciamento orçamentário, que limitaram a realização de atividades de treinamento e desenvolvimento fora da área de lotação dos empregados.

No entanto, a tabulação das avaliações de reação aplicadas aos treinandos após a participação dos empregados nos cursos/eventos realizados pela Matriz e Regionais, por amostragem, demonstra que a Companhia conseguiu alcançar algumas metas traçadas para o ano de 2012, conforme demonstrado a seguir.

1 – Palestras

Foram tabuladas 38 palestras, totalizando a participação de 799 empregados da Matriz e Regionais, que responderam sobre as seguintes questões:

Item	Gradação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Domínio do tema pelo palestrante	-	0,88%	5,22%	33,77%	60,11%
Metodologia apresentada	-	1,22%	8,00%	41,77%	49,00%
Atendimento da expectativa	0,55%	1,44%	14,11%	38,22%	45,55%
Conceito geral do evento	-	1,44%	9,88%	38,00%	50,65%

Fonte: Sumoc/Gecap

Constata-se, pelos dados acima que na maioria das Palestras realizadas conseguiu-se atingir a expectativa dos participantes, totalizando cerca de 83,77% entre os conceitos “Bom” e “Ótimo”.

2 – Treinamentos

Foram tabulados, por amostragem, cerca de 179 treinamentos, totalizando a participação de 1.486 empregados, que responderam aos questionários de avaliações, sobre as seguintes questões.

Item	Gradação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Coordenação/Organização	-	0,32%	5,00%	44,76%	48,50%
Aplicabilidade do assunto	0,35%	1,18%	11,25%	25,33%	61,93%
Conceito final do instrutor	6,25%	-	2,44%	32,43%	58,88%
Conceito geral do treinamento	-	-	13,38%	42,18%	44,42%

Fonte: Sumoc/Gecap

A análise dos dados obtidos permite concluir que a maioria dos treinamentos realizados

alcançaram bons resultados, concentrando, em todos os quesitos, mais de 85% nos conceitos “Bom” e “Ótimo”, destacando-se o item Coordenação/organização com 93,26% entre esse conceitos.

3 – Da aprendizagem obtida

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Conhecimento -Antes	2,66%	12,72%	55,19%	29,39%	-
Conhecimentos - Após	-	-	7,24%	50,02%	42,73%

Fonte: Sumoc/Gecap

Infere-se que antes da realização dos eventos o grau de conhecimento dos empregados encontrava-se cerca de 70% entre os níveis “Insuficiente” a “Regular”, enquanto os níveis “Bom” e “Ótimo” estavam em torno de 30%; Após os eventos, a graduação de “Insuficiente” a “Regular” foi reduzida para 7%, ao passo que o somatório dos intervalos “Bom” e “Ótimo” passou para 93%, caracterizando com isso a ocorrência de um acréscimo de aprendizagem em torno de 63% nas atividades de treinamento promovidas pela Companhia. Portanto, a meta de incremento de aprendizagem foi superada.

11.5 – Informações Sobre Recursos Humanos da Conab

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais- Dest, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento que, do quadro de pessoal, 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, as quais deverão ser extintas à medida em que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada para a Matriz e Regionais.

No fim do exercício, a Sureg Amapá contava com 06 empregados, todos em efetivo exercício na Regional conforme detalhado no quadro a seguir.

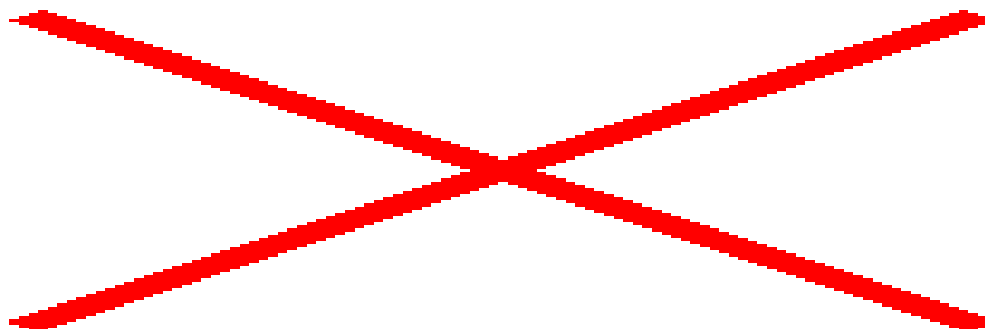
Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2012	Egressos em 2012
	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva(1)		
1 Provimento de cargo efetivo	0		3	0
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	0	06	3	0
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	0	-	0
1.2.2 Servidor de Carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-

1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0
1.4.1 Cedidos	-	0	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença Remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	0	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
2.2.1 Servidor de Carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	0	06	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	06	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
Total	0	06	3	0

Fonte: Sumoc/Gecav

Do quadro de pessoal da Sureg Amapá, 06 empregados apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou Lei nº 8.878/1994 de anistia, correspondendo a 66,67% do quadro abaixo.

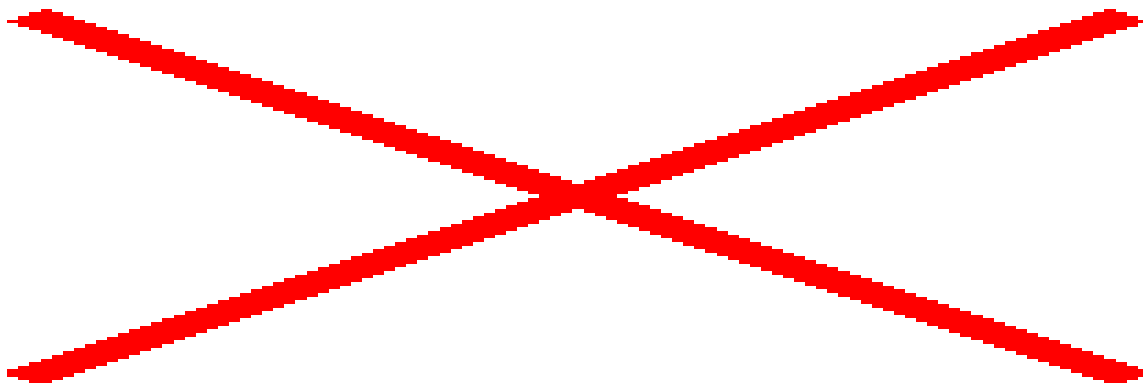
**Quadro xxxx - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual
Situação Apurada em 31/12/2011**



Fonte: Sutin/Gesof

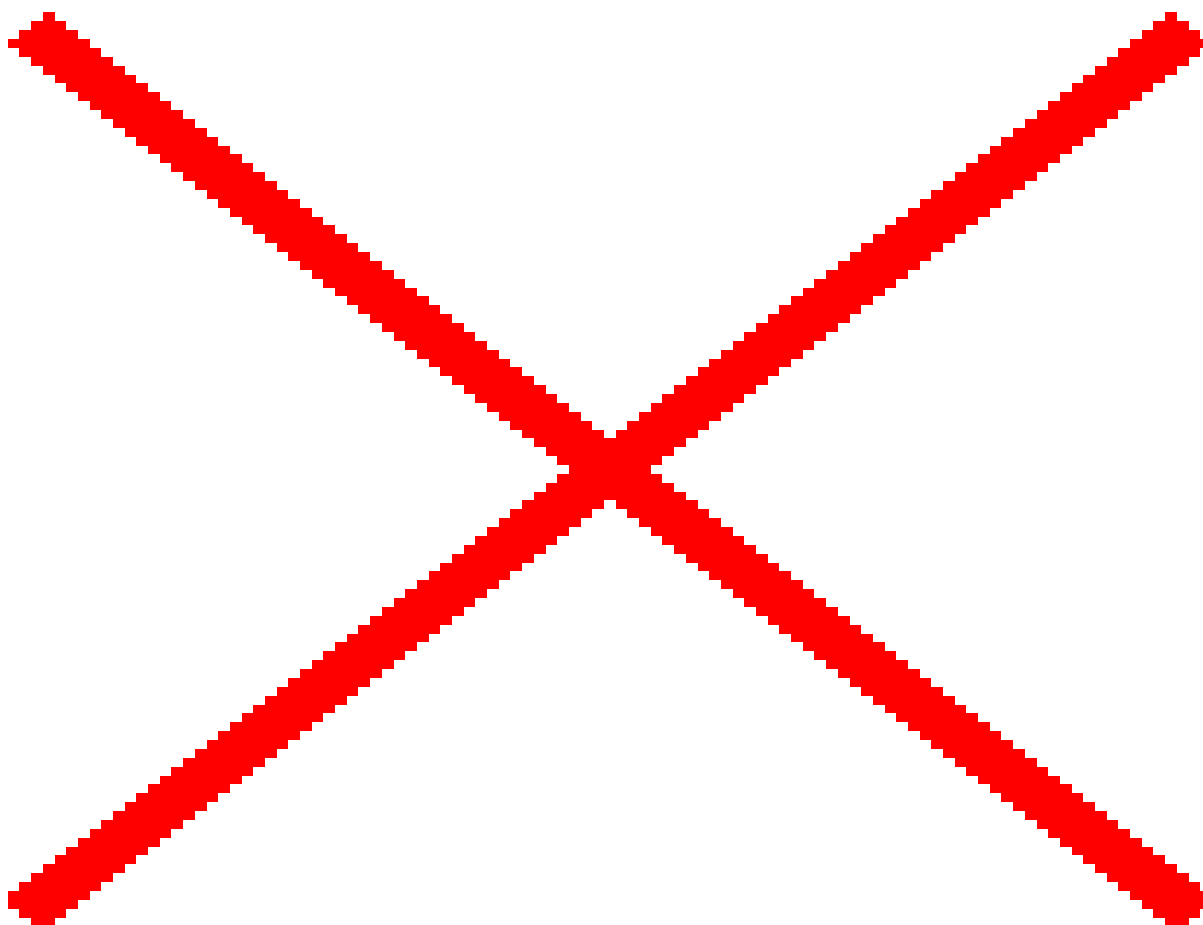
Composição do quadro de servidores ativos

Quadro 11.x – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12



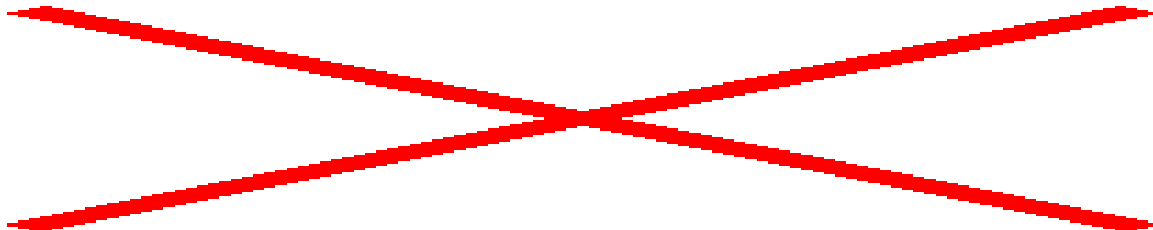
Fonte: Digep/Sugep

Quadro 11.x – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12



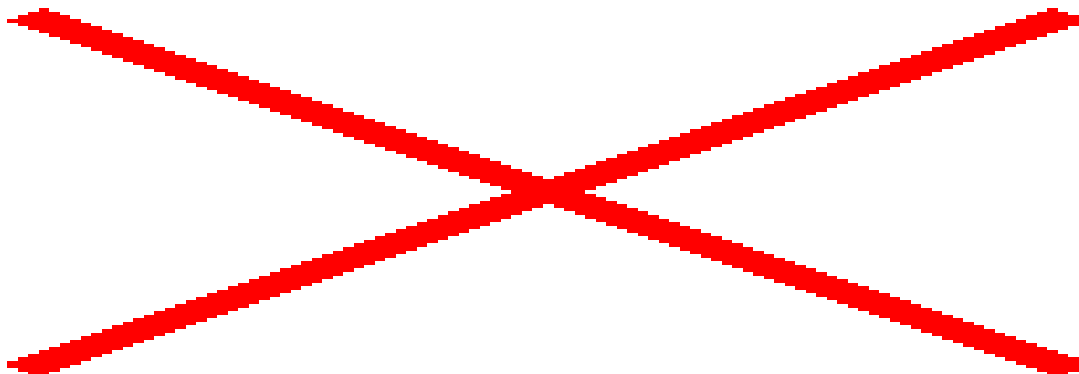
Fonte: Digep/Sugep

Quadro 11.x – Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ



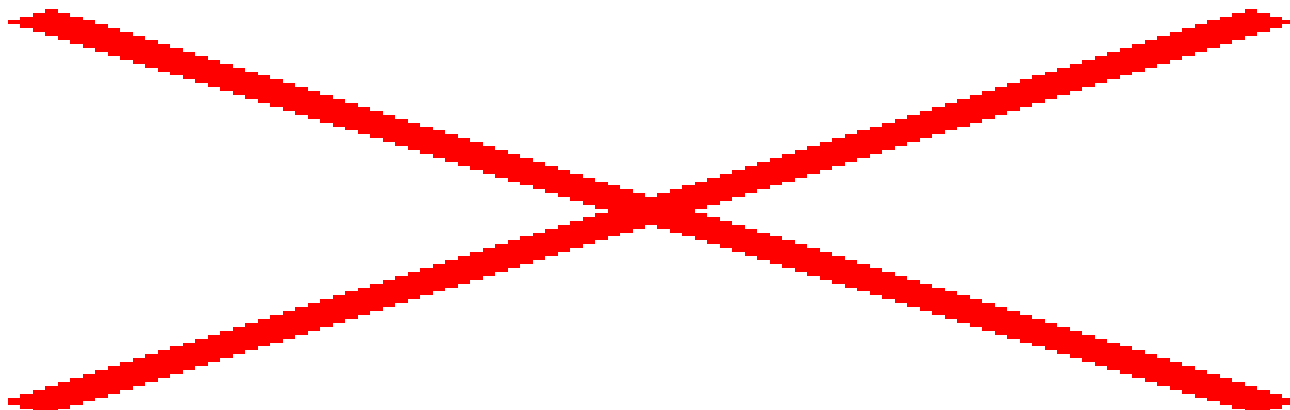
Fonte: Digep/Sugep

Quadro 11.x – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária



Fonte: Digep/Sugep

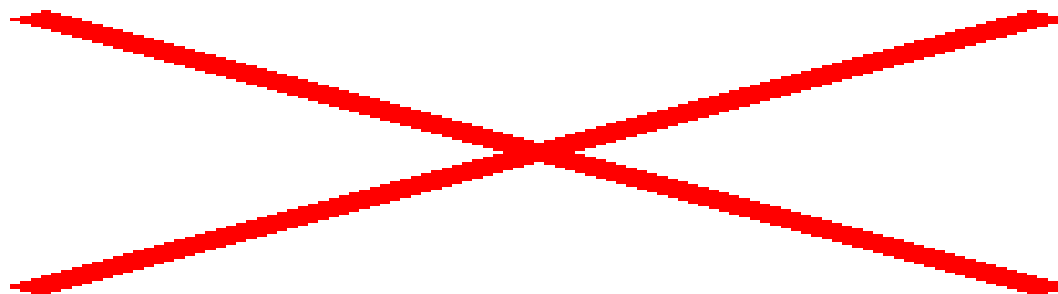
Quadro 11.x – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade



Fonte: Digep/Sugep

Composição do quadro de estagiários

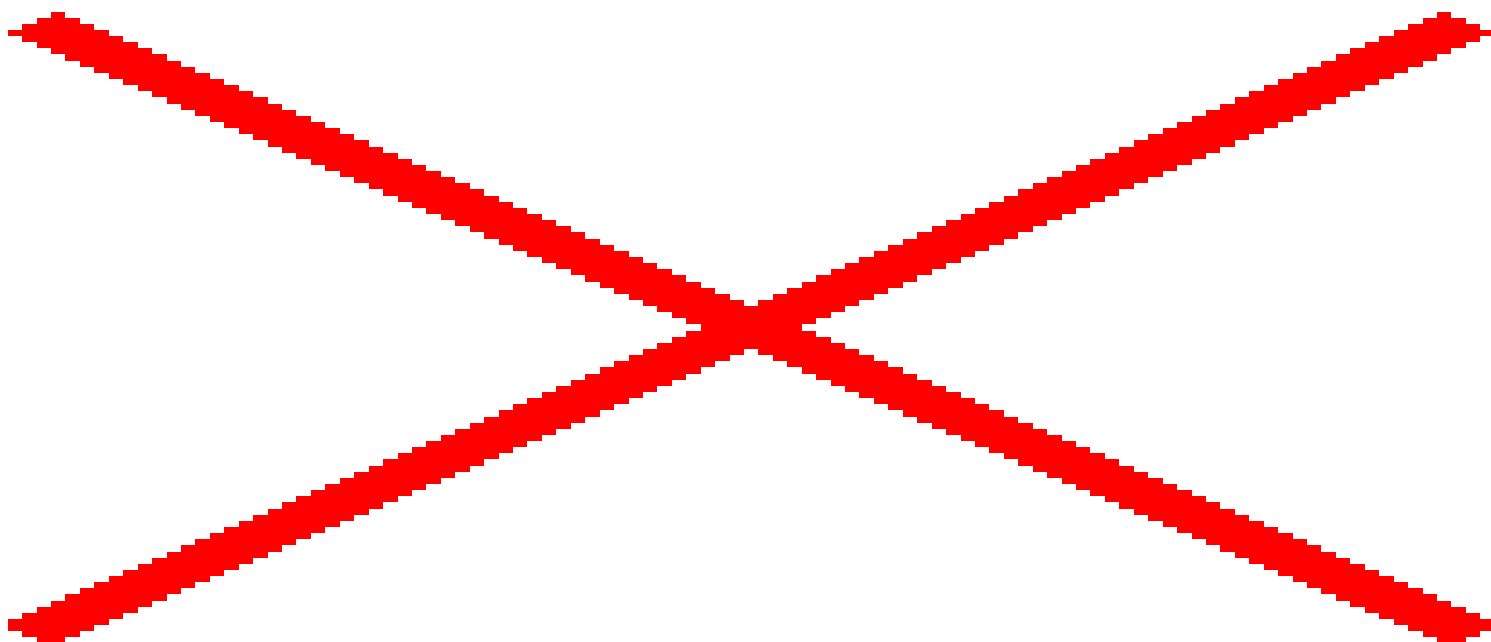
Quadro 11.x – Composição do Quadro de Estagiários



Fonte: Digepe/Sumoc

Custos associados à manutenção dos recursos humanos

Quadro 11.x– Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

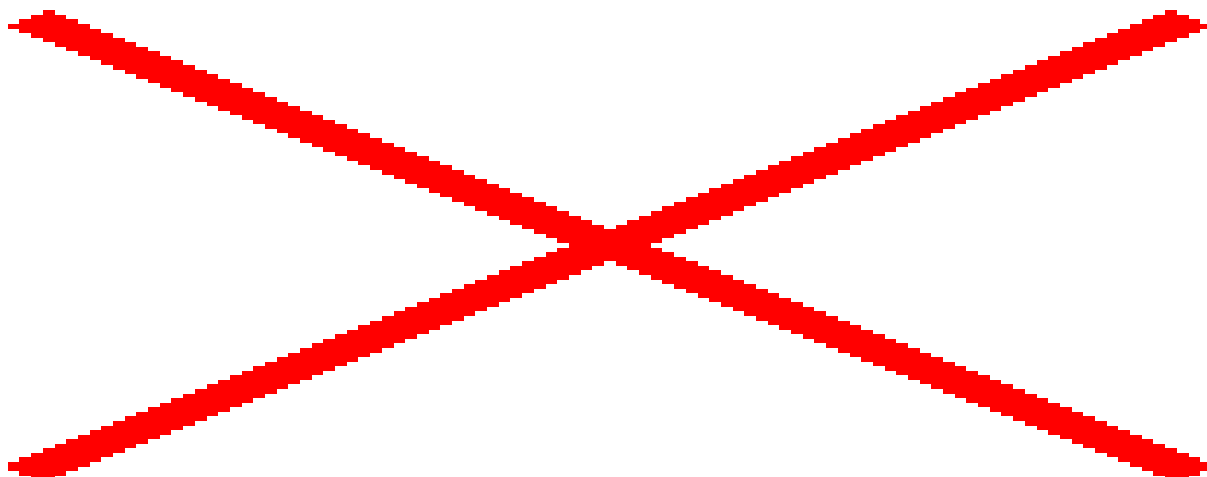


Fonte: Digepe/Sugep

Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Não houve contratação de dos Serviços de Vigilância, Limpeza, Previsto para o exercício de 2013

Quadro xx – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva



Fonte:

Quadro xx – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Fonte:

Não houve contratação de serviços no referido exercício

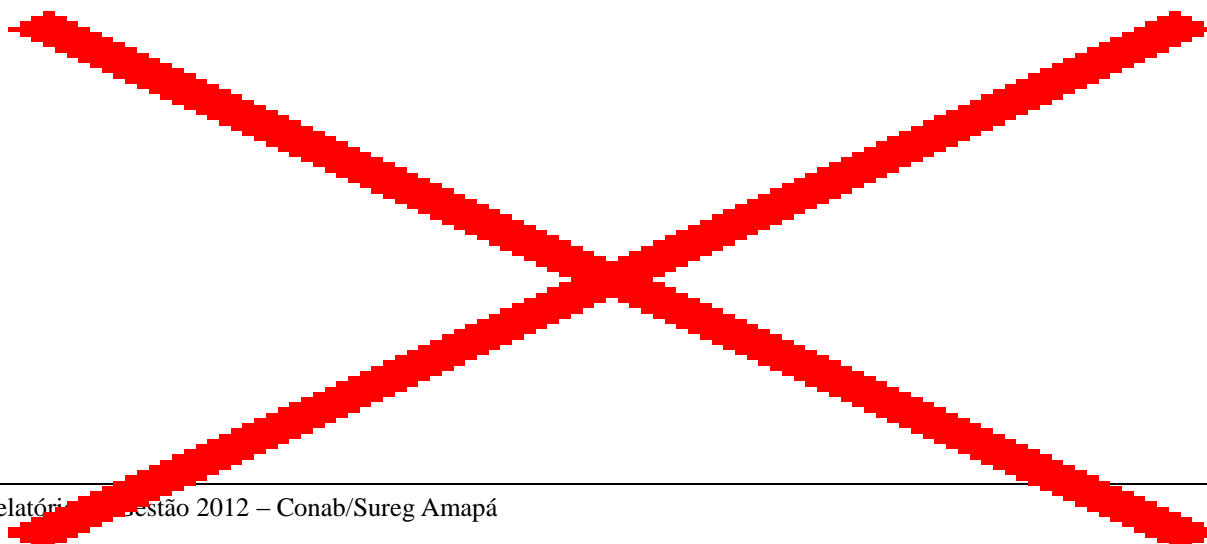
Demonstrativo de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Quadro xx - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Fonte: Digeop/Sugep

Obs.: A Conab está sujeita ao regime CLT, não havendo ocorrência de concessão de aposentadoria e pensões.

Quadro xx – Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac

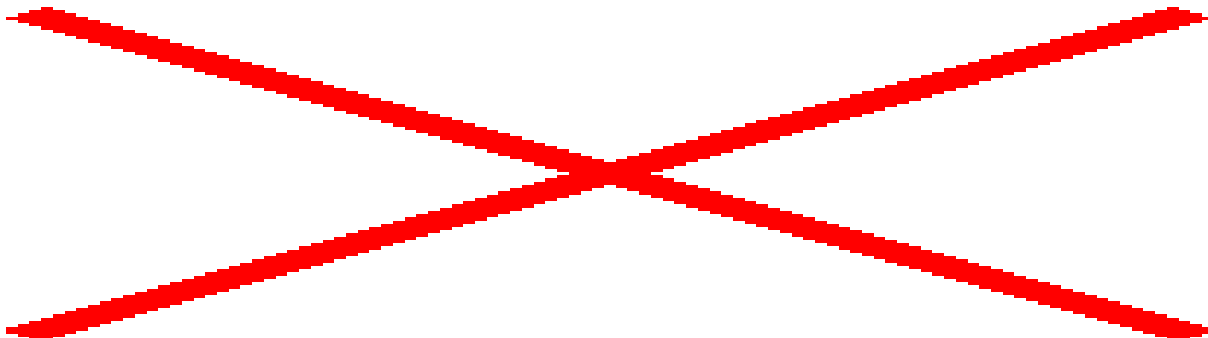


Fonte: Digep/Sugep

Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Não há Recomendações do Órgão de Controle

Quadro xx – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro



Fonte: Digep/Sugep

Perspectivas de aposentadorias e estratégia de recomposição de pessoal

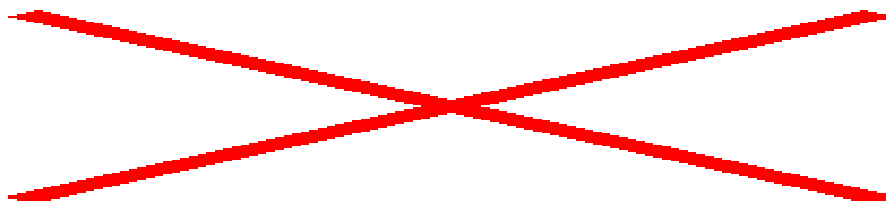
Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

11.5.1 – Quadro de Pessoal Ativo

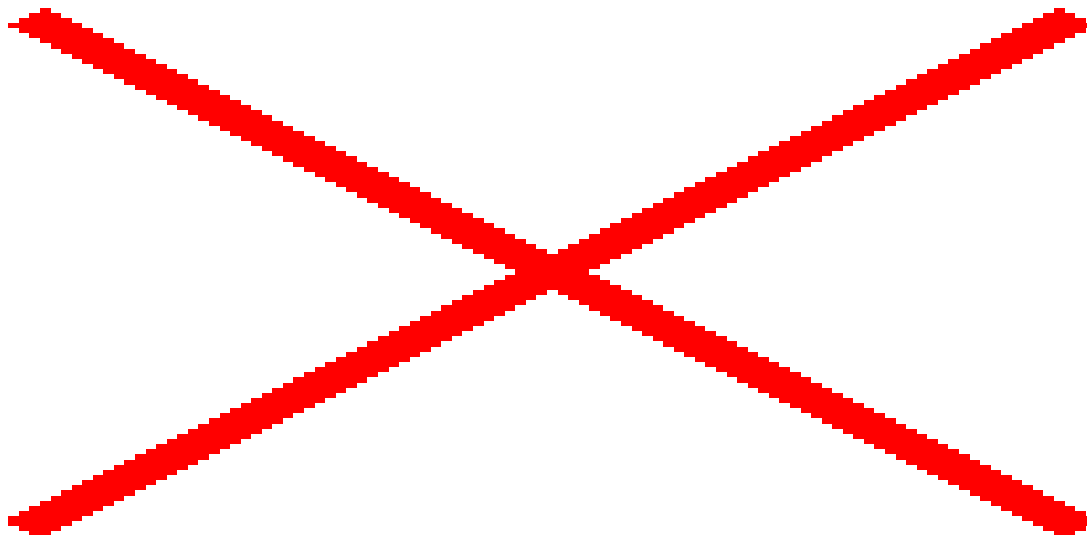
O quadro de pessoal da Sureg Amapá, ao final do exercício de 2012, contava com 06 empregados, número inalterado em seu quantitativo desde 2010. Houve apenas uma variação na situação de 01 empregado, que passou em concurso público.

Em relação à distribuição do contingente nas diversas áreas de lotação, o quadro abaixo apresenta essa distribuição.

Quadro 052 – Distribuição Comparativa 2011/2012 por Área de Lotação



Quadro XXIII – Composição do Quadro de Pessoal Por Situação Funcional

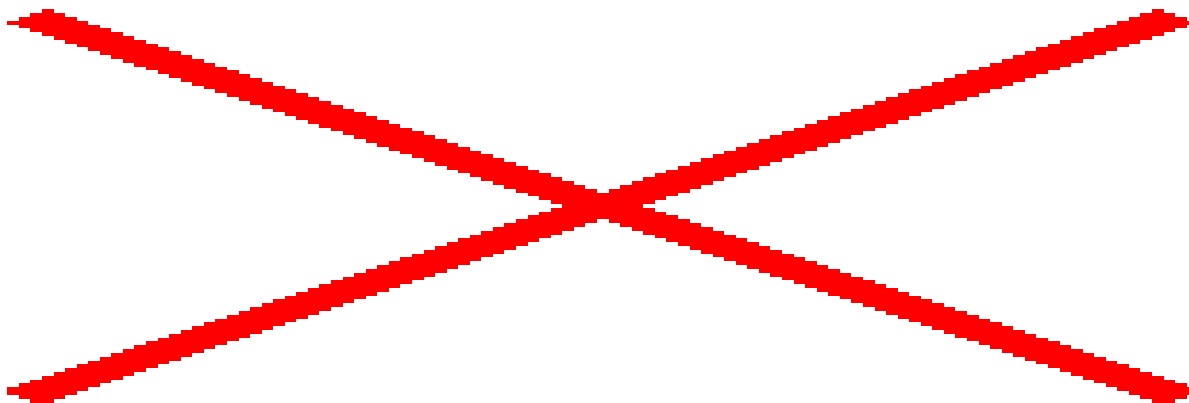


Fonte: Dirad/Sureh

11.5.1.1 – Composição de Pessoal Por Escolaridade

Quanto ao nível de escolaridade verifica-se a existência de 03 empregados com nível superior completo ou com formação acadêmica acima deste (especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado), equivalente a 50% do quadro em 2012.

Quadro xxxx – Demonstrativo por Nível de Escolaridade



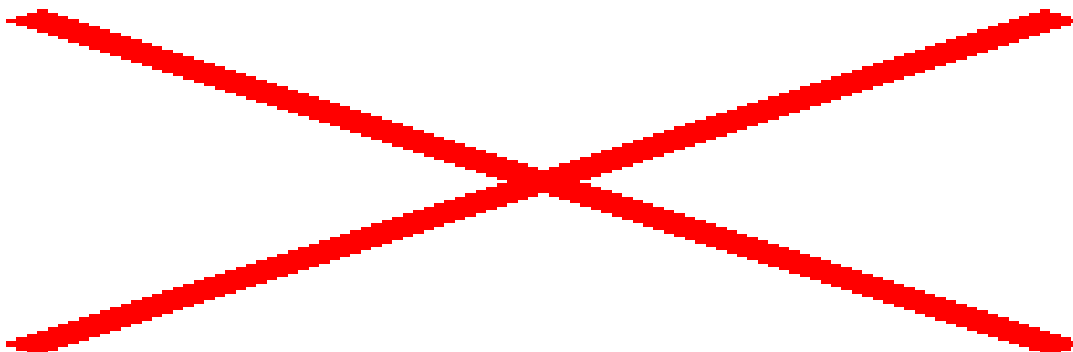
Fonte: Sutin/Gesof

11.5.1.2 – Composição de Pessoal Por Faixa Etária X Tempo de Serviço

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevalencem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da Conab (Cibrius) estabelece a idade mínima de 56 anos para

concorrer ao benefício. Pelo quadro abaixo verifica-se a existência de 05 empregados (90%) do número do quadro de pessoal) reúnem todas as condições para o desligamento da Empresa. No exercício de 2012, não tivemos desligamentos de empregado na Amapá-AP por aposentadoria, sendo que todos nessa condição continuam mantendo o contrato de trabalho com a Conab.

Quadro XXX – Quadro de Pessoal por Faixa Etária Serviço



Fonte: Dipai/Sutin

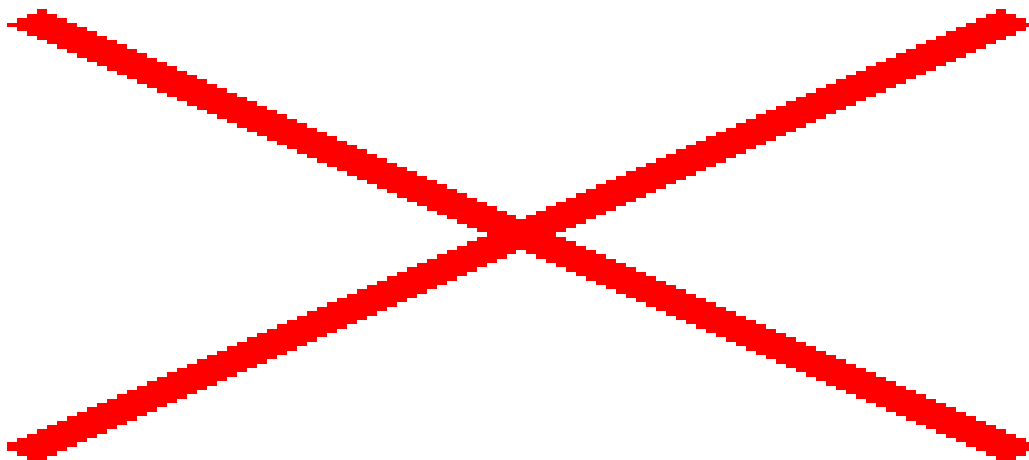
11.5.1.3 – Distribuição dos Empregados Aposentados

Na Sureg Amapá o contingente de 06 empregados, não se encontram aposentados pelo INSS .

11.5.1.4 – Redução da Força de Trabalho

Dos 06 empregados lotados na Sureg Amapá no final do exercício/2012, não houve situação de redução da força de trabalho, s

Quadro XXIV – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ



Fonte: Dipai/Sutin

11.5.2 – Admissões, Demissões e Transferências

Durante o exercício não tivemos ocorrências desta natureza na Sureg amapá.

11.5.3 – Perspectivas de Aposentadoria

TABUÇÃO DE INFORMAÇÕES EM ANDAMENTO.

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo, portanto, idade limite para o desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo, inclusive, serem aposentados pela Previdência Social e permanecerem em atividade.

Quadro XXX - Perspectivas de Aposentadoria

FUNÇÕES	TOT (A)	APS (B)	(A-B)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
ASG/AJUDANTE GERAL									
ASGARMAZENISTA									
ASG/ARTÍFICE DE MANUTENÇÃO									
ASG/CONTÍNUO									
ASG/MECÂNICO DE MANUTENÇÃO									
ASG/MOTORISTA									
ASG/OP. DE MÁQ. E EQUIPAMENTOS					2(*)				
AAD/AUXILIAR ADMINISTRATIVO									
AAD/AUXILIAR DE OPERAÇÕES	1						1(*)		
AAD/AUX. DE RECURSOS HUMANOS									
AAD/AUX. DE REC. FINANCEIROS	1								
AAD/AUX. DE RECURSOS MATERIAIS									
AUXILIAR ADMINISTRATIVO									
AUXILIAR FINANCEIRO									
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS									
AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS									
AUXILIAR DE OPERAÇÕES	1					1(*)			
MOTORISTA									
ATA/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1					1(*)			
ATO/ASSISTENTE DE OPERAÇÕES						1(*)			
ATA/ASSIST DE REC. FINANCEIROS									
ATO/CLAS. DE PROD. ORIG. VEGETAL									
ATO/TÉCNICO AGRÍCOLA									
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO									
ASSISTENTE DE OPERAÇÕES									
ASSISTENTE DE REC HUMANOS									

TNS/ENGENHEIRO									
TNS/PROCURADOR						1(*)			
TNS/TÉCNICO DE OPERAÇÕES	1								
ANALISTA ADMINISTRATIVO									
ANALISTA DE CONTABILIDADE									
ANALISTA DE OPERAÇÕES				1(*)					
ENGENHEIRO AGRONOMO									
				0	0	0	0	0	0

11.5.4 – Recomposição do Quadro de Pessoal

ITEM EM ANÁLISE(O concurso público apenas para a Matriz)

Em relação à recomposição do quadro de pessoal, não tivemos qualquer alteração no exercício de 2012, em que pese as reiteradas manifestações desta Sureg Amapá apresentadas, demonstrando o déficit existente e solicitando providências para adequar o quadro funcional às demandas.

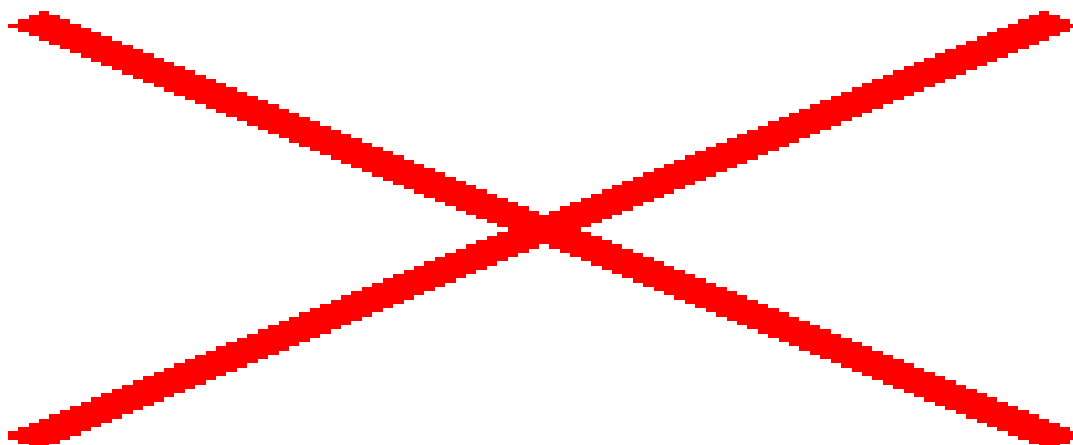
11.5.5 – Composição do Quadro de Estagiários

Além dos empregados, a SUREG- Amapá contava com 03 estagiários de nível superior e 02 de nível médio, com custo anual de R\$ 27.573,13 (salário e auxílio transporte).

Em setembro de 2012 houve rescisão do contrato dos estagiários nível Brasil ,pois o contrato era administrado pela matriz.

Devendo agora as Superintendência Regionais realizarem sua licitações contratando seus, estagiários a nível regional para um melhor controle, por recomendação da auditoria.

Quadro CXVI – Composição do Quadro de Estagiários



Fonte: Sureh/Gepes

11.5.6 – Custos de Pessoal

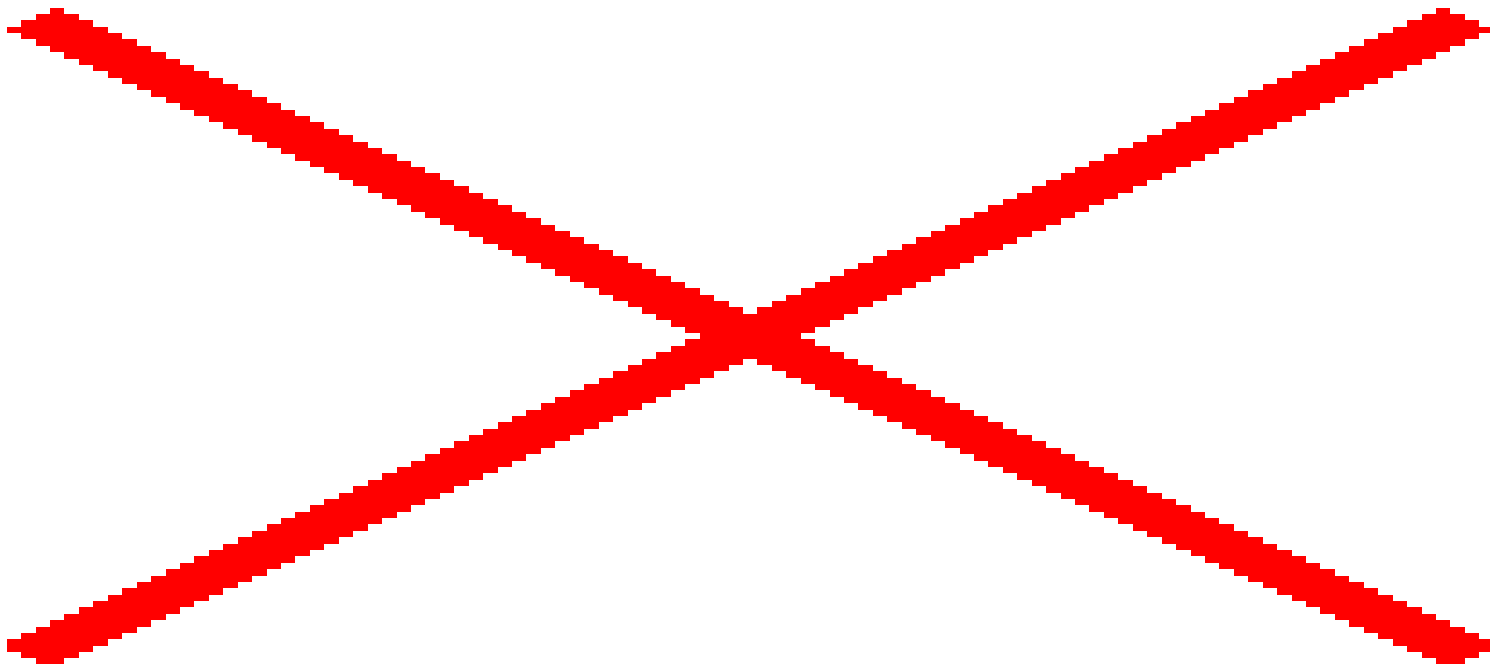
As despesas com Pessoal da Sureg Amapá no exercício/2012 atingiram o montante de

R\$527.025,54 , com crescimento de R\$ 92.004,51, correspondente a 21,15% em relação do período anterior.

Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2010, 2011 e 2012

11.5.6.1 – Auxílio- Transporte

O Auxílio- Transporte é um benefício social obrigatório pago ao empregado, deste



nado ao custeio parcial de despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual.

A execução desta Ação só dá uma forma de pagamento:

a) por meio da folha de pagamentos elaborada pela Matriz, para os empregados que optaram pelo recebimento do benefício em pecúnia, e

11.5.6.2 – Auxílio-Alimentação

O Auxílio-Alimentação é um benefício social obrigatório pago ao empregado, de caráter indenizatório, não podendo ser incorporado ao seu vencimento, destinado ao custeio de despesas realizadas com alimentação. Esse benefício tem caráter

11.5.6.3 – Assistência Médica e Odontológica aos Empregados e seus Dependentes

A concessão de Assistência Médica aos seus empregados por parte do empregador, constitui-se num benefício de grande alcance social, em vista da forma precária com que o esse serviço é oferecido aos usuários do SUS – Sistema Único de Saúde, em que pese ser um direito constitucional.

Por outro lado, o estado de saúde do colaborador tem implicação direta com seu bem-estar e sua produtividade diária. Nesse sentido, sua concessão torna-se elemento motivador, cujos efeitos podem ser somados aos resultados alcançados pelas empresas.

Cabe destacar que o Plano de Saúde da Conab é de auto-gestão, sem contribuição fixa mensal, havendo o desconto de participação de cada empregado, de acordo com o nível salarial, somente quando o serviço é utilizado, conforme Tabela de Participação Financeira -TPF, constante da Cláusula Oitava do Acordo Coletivo de Trabalho- ACT 2010/2012.

11.5.6.4 – Assistência Médica Empregados - Exames Periódicos

Além da garantia de assistência médico-hospitalar, odontológica e ambulatorial, realizado através de convênios, a Conab proporciona, também, no mês de aniversário de cada empregado, exames médicos periódicos obrigatórios, conforme disposto na Norma Regulamentadora n.º 1 (NR-1), item 1.8, da Portaria Mtb n.º 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal – Capítulo XIII – dos Deveres e Proibições, o qual é custeado pela Empresa integralmente e consta de exames laboratoriais, consultas oftalmológicas, cardiológicas, ginecológicas, urológicas, odontológicas, etc. Texto do Relatório passado.

11.5.6.5 – Capacitação de Pessoal

Seguindo a tendência do mercado, onde o principal elemento componente das organizações é o capital humano, responsável por sua competência e sucesso, a Sureg Amapá proporciona diversas ações de treinamento ao seu corpo funcional, na busca da necessária qualificação e proporcionando as condições adequadas para o desenvolvimento das tarefas laborais.

11.5.7 – Mão de Obra Terceirizada

O quadro a seguir apresenta de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada com vigência em 2012.

Quadro LXIII – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva

Fonte: Supad

Não houve contratação de serviços de vigilância no exercício

Quadro XXX - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

11.6 – Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Informações sobre as providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais n^{os} 19/98 e 34/2001) relativamente aos seus empregados, assim como sobre as medidas adotadas nos casos identificados de acumulação, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/93.

não há acumulação de cargos no âmbito da sureg Amapá

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2012				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012
Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		-	-	-

Fonte: Sucon

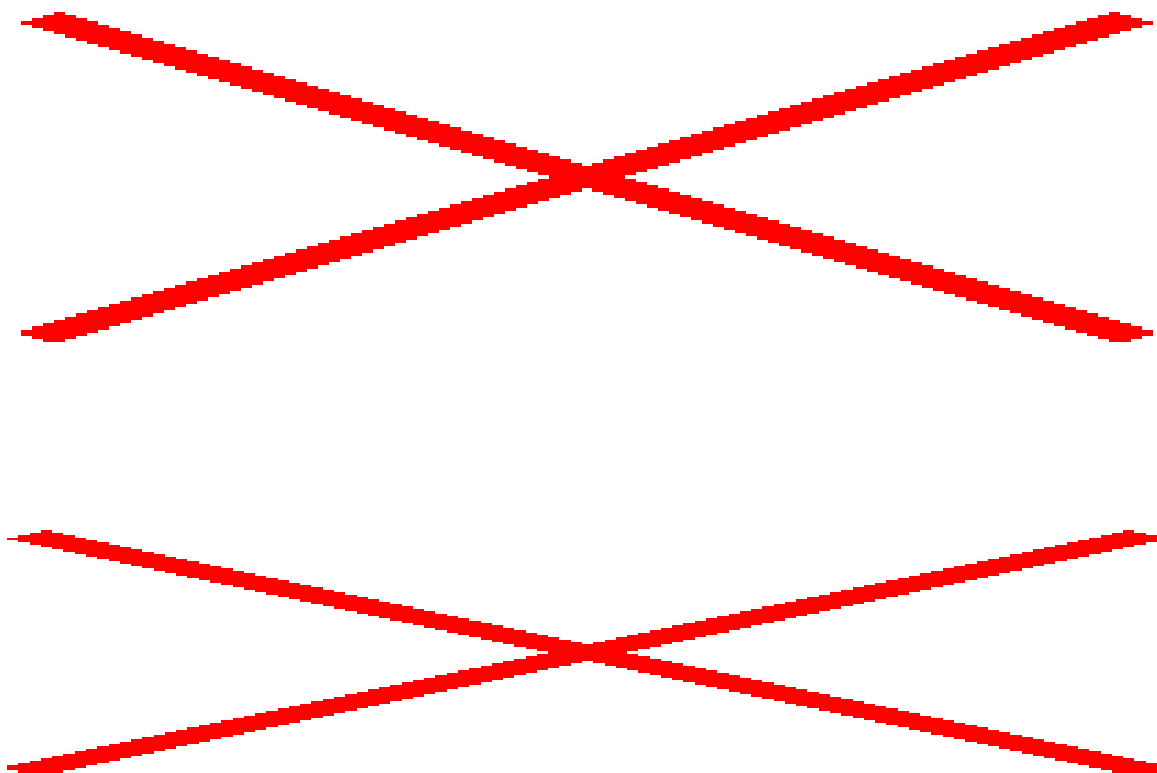
O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 302.801.001,74 (trezentos e dois milhões, oitocentos e um mil, um real setenta e quatro centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

12 – PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

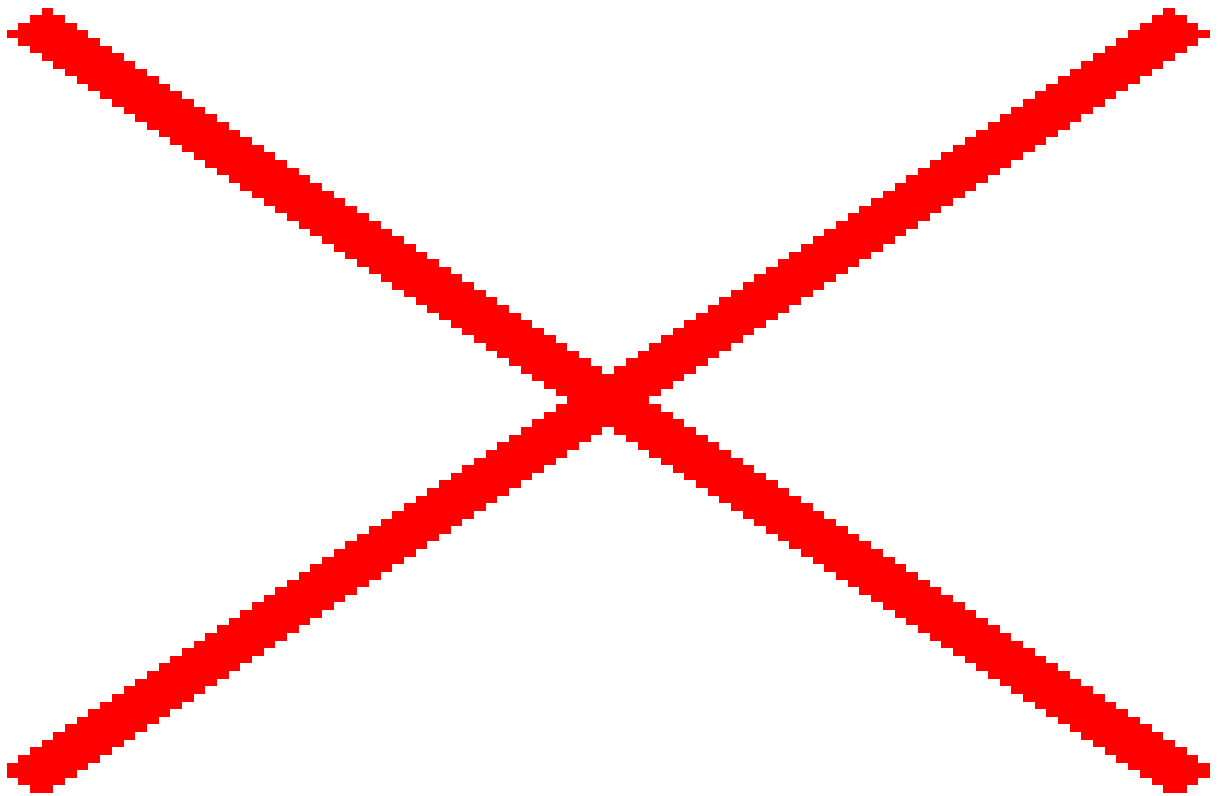
12.1 – Programas e Ações do PPA

Análise do cumprimento de metas físicas e financeiras dos programas e ações de responsabilidade da Conab no PPA

Sureg Amapá não realiza operações PPA



Quadro 12.1 – Ações orçamentárias da UJ



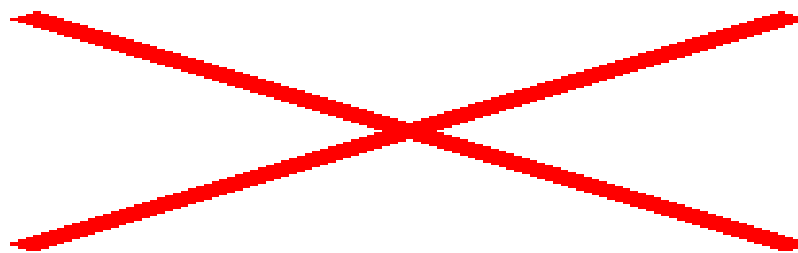
Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

Principais causas para grandes disparidades entre as metas planejadas e as executadas; comparativos com exercícios anteriores

Indicadores de desempenho institucionais

Providências corretivas a serem tomadas para o próximo exercício

Ações orçamentárias de outros órgãos e executadas pela UJ através de Termos de Cooperação



Quadro 12.2 – Ações de outros órgãos, executadas pela UJ

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

A seguir breve análise das Ações:

Fiscalização do Seguro Rural (ES, GO, MA, MG, MS, PB, PE e RO)

Termo de Cooperação entre a Conab e a Secretaria de Política Agrícola do MAPA para a fiscalização das apólices de Seguro Rural.

Não houve fiscalização de Estoque na Sureg Amapá

Levantamento da Safra de Café (ES, GO, MG, RO e SP)

Termo de Cooperação entre a Conab e o MAPA para levantamento da safra de Café 2012/2013.

Não houve fiscalização de Estoque na Sureg Amapá

http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_12_20_16_01_51_boletimcafe_dezembro_2012.pdf

Ações do MDS e do MDA

As ações 2792, 2798 e 2802 são ações orçamentárias do MDS e as ações 2B81 e 2B83 do MDA, porém executadas pela Conab através de Termos de Cooperação.

A execução destas ações está detalhada no item 3.2.5 - Programa Aquisição de Alimentos-PAA.

Desenvolvimento Quilombo e Matrizes Africanas (AL, BA, ES, GO, MA, MG, MT, PB, PI, RJ, RN, RO, SE e SP)

Termo de Cooperação realizado entre a Conab e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República para distribuição gratuita de cestas de alimentos às comunidades tradicionais de matriz africana.

Não houve Participação da Sureg Amapá

12.1.1 – Programas

12.1.1.1 – (0352) - Programa Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo de Programa:** Finalístico
- **Objetivo Geral:** contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.
- **Público-Alvo** (beneficiários): O público-alvo é constituído pelos produtores rurais, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo e segmento

varejista.

- **Indicadores ou parâmetros utilizados:**

- a) **Produção Nacional de Grãos:**

Fórmula de Cálculo: Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano- safra.

- b) **Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários**

Fórmula de Cálculo: Soma do número de produtores atendidos (por CPF ou CNPJ) pelos seguintes instrumentos de comercialização= Aquisições do Governo Federal (AGF) + Contratos Públicos de Opção de Venda + Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) + Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) + Prêmio Equalizador da Soja (PESOJA) + Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO).

- c) **Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma**

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência.

- d) **Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca**

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência.

- e) **Margem de Disponibilidade de Trigo**

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.

- f) **Margem de Disponibilidade de Milho**

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência.

- g) **Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários**

Fórmula de Cálculo: Recursos Orçamentários [(Valor Gasto na Formação de Estoques Públicos-PGPM + Valor gasto na Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários)] + Recursos Não Orçamentários [(Comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções-BB Garantia de Preços)].

- h) **Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários**

Fórmula de Cálculo: Total de crédito rural concedido pelas instituições Financeiras Oficiais Federais de Crédito.

12.1.1.2 – (0360) - Programa Gestão da Política Agropecuária

- **Tipo de Programa:** Apoio às Políticas Públicas e Áreas Específicas
- **Objetivo Geral:** coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando à garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.
- **Público-Alvo:** Governo Federal
- **Indicadores ou Parâmetros Utilizados:** Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e

controle dos programas nas áreas agrícolas e pecuárias, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos. Os indicadores são formulados e controlados pelo próprio MAPA.

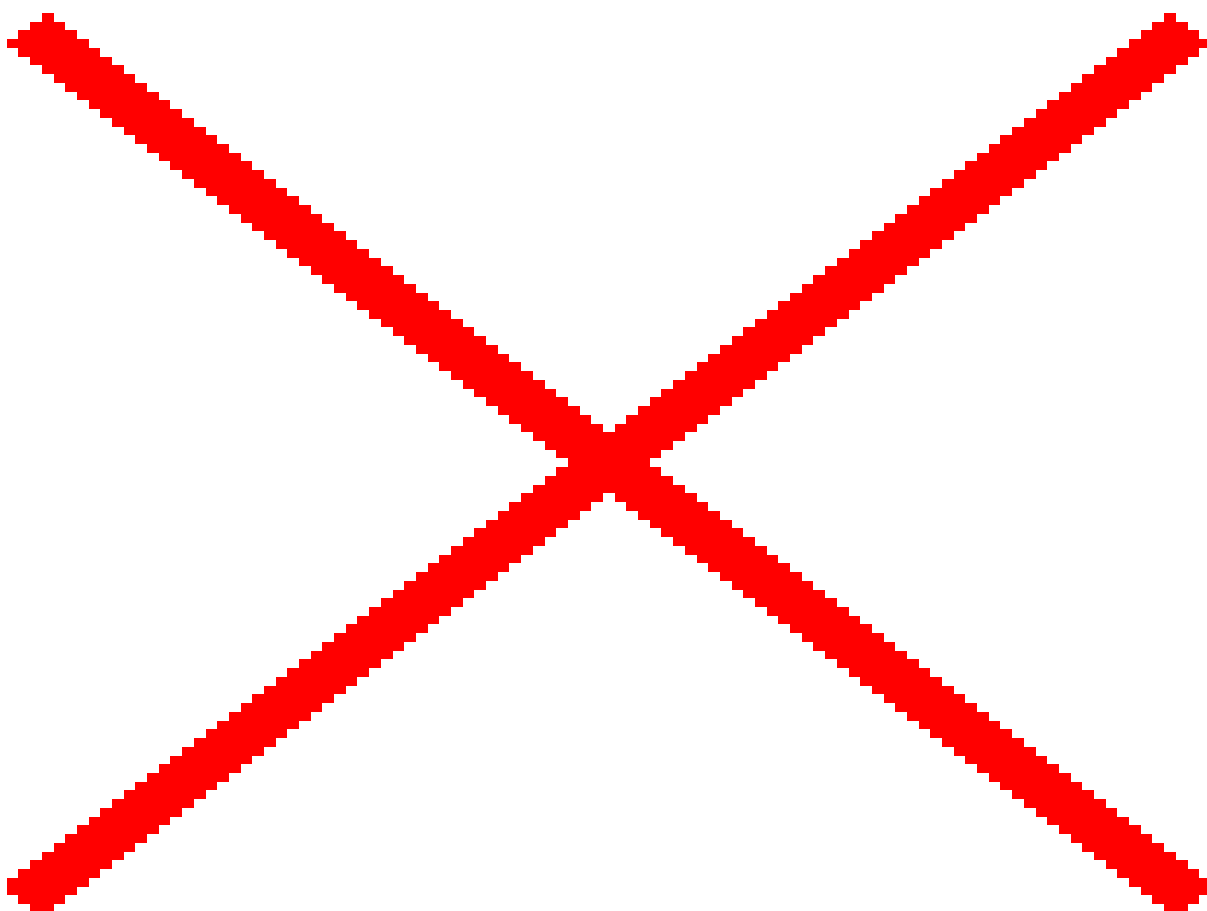
12.1.1.3 – (0901) - Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

- **Tipo de Programa:** Operações Especiais
- **Objetivo Geral:** cumprir o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias.
- **Gerente do Programa:** Esse programa possui apenas coordenadores nacionais.

12.1.2 – Principais Ações dos Programas

- **0352 - Programa Abastecimento Agroalimentar**
 - 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes;
 - 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados- Exames Periódicos;
 - 2011 – Auxílio- Transporte aos Servidores e Empregados;
 - 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados;
 - 2130 - Formação de Estoques Públicos- PGPM;
 - 2137 - Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários;
 - 2272 - Gestão e Administração do Programa;
 - 2829 - Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns;
 - 4702 - Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras;
 - 4706 - Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento;
 - 8579 - Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar;
- **0360 - Programa Gestão da Política Agropecuária**
 - 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação; e
 - 4711 - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras.
- **0901 - Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**
 - 0022 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado, Devida por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

Os resultados realizados por Ação durante o exercício de 2011 e as metas previstas para 2012 estão resumidas no quadro seguinte.



12.1.2.1 – (2004) – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

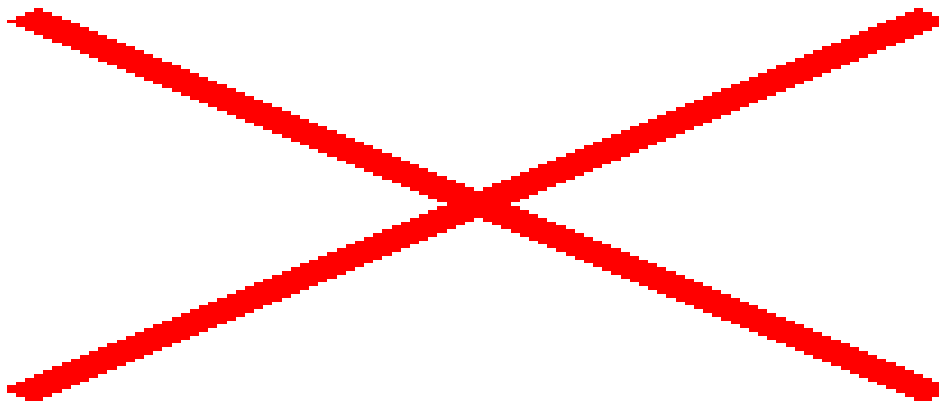
○ **Tipo:** Atividade

○ **Finalidade:** Visa proporcionar aos servidores, empregados e seus dependentes condições para manutenção da saúde física e mental.

○ **Descrição:** Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.

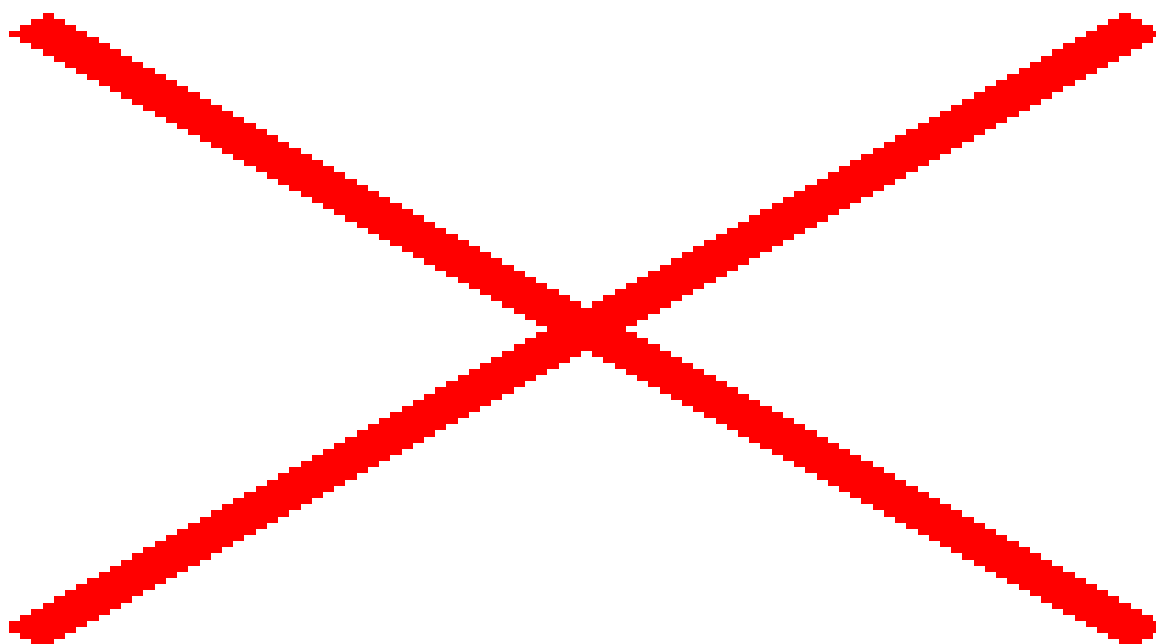
○ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD

Quadro 073 – Metas e execução Ação (2004)



Para o atendimento das necessidades de saúde dos empregados e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovado a dotação orçamentária para a Conab desenvolver o seu plano de Serviço de Assistência à Saúde- SAS na ordem de R\$19.519.046,00, com reforço de R\$5.086.246,00, totalizando o orçamento em R\$24.605.292,00 para o exercício de 2012, cujo gasto atingiu o valor de R\$24.534.231,29, correspondente a 99,71% da meta financeira.

No âmbito da Sureg/ap, a dotação orçamentária foi de R\$18242,22 para o atendimento de 06 beneficiários mensais. Foram gastos durante o exercício de 2012 o total de R\$18242,22 correspondente a 100 da dotação orçamentária, permitindo um atendimento médico mensal de 06 empregados, representando 100% da meta fixada, perfazendo uma renda percapita de R\$876,24.



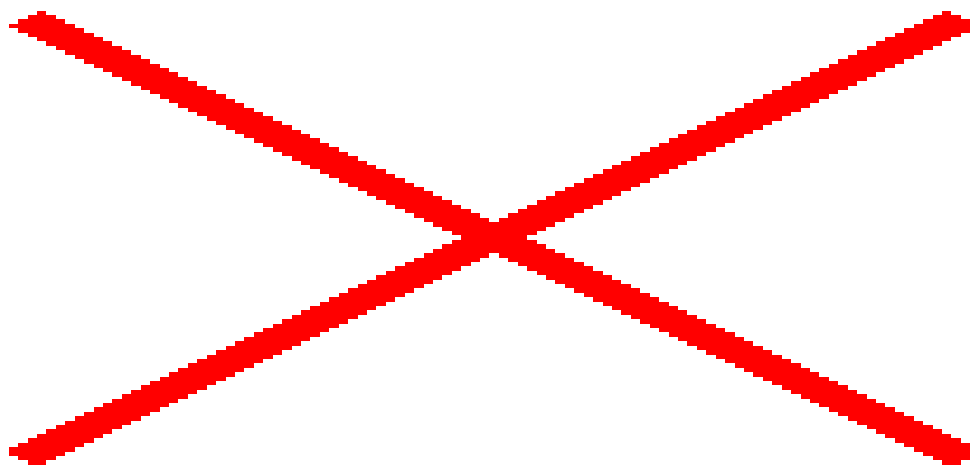
Em relação ao exercício de 2011, observa-se uma diminuição no uso do SAS de cerca

de 11,64% pela ausência de procedimentos de maior gravidade e custos.

CABE DESTACAR QUE O PLANO DE SAÚDE DA CONAB É DE AUTO-GESTÃO, SEM CONTRIBUIÇÃO FIXA MENSAL, HAVENDO O DESCONTO DE PARTICIPAÇÃO DE CADA EMPREGADO, DE ACORDO COM O NÍVEL SALARIAL, SOMENTE QUANDO O SERVIÇO É UTILIZADO, CONFORME TABELA DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA -TPF, CONSTANTE DA CLÁUSULA OITAVA DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO- ACT 2010/2012.

12.1.2.2 – (20CW)Assistência Médica aos Servidores e Empregados – EXAMES PERIÓDICOS

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Proporcionar aos servidores e empregados condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD



QUADRO 075 – METAS E EXECUÇÃO AÇÃO (20CW)

Além da garantia de assistência médico-hospitalar, odontológica e ambulatorial, realizado através de convênios, a Conab proporciona, também, no mês de aniversário de cada empregado, exames médicos periódicos obrigatórios, conforme disposto na Norma Regulamentadora n.º 1 (NR-1), item 1.8, da Portaria Mtb n.º 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal – Capítulo XIII – dos Deveres e Proibições, o qual é custeado pela Empresa integralmente e consta de exames laboratoriais, consultas oftalmológicas, cardiológicas, ginecológicas, urológicas, odontológicas, etc.

Visando proporcionar a realização dos Exames Periódicos obrigatórios, estabelecidos pela legislação vigente, foi aprovada a dotação orçamentária para atendimento da Conab na ordem de R\$754.740,00, com reforço de R\$2.488,00, totalizando em R\$757.228,00. Desse montante foi realizado o valor de R\$753.997,08, que representa 99,57% da meta financeira de 2012.

PARA A SUREG/AP DESENVOLVER ESSA AÇÃO, FOI ORÇADO O VALOR DE R\$18.242,22 TENDO SIDO GASTO R\$18.242,22 DESSE VALOR, CORRESPONDENTE A 100% DA META FINANCEIRA, SENDO AINDA, BENEFICIADOS 06 EMPREGADOS DOS 06 ESTABELECIDOS COMO META FÍSICA, QUE CORRESPONDE A 100%. O ACRÉSCIMO OBSERVADO CORRESPONDE A UMA MAIOR CONSCIENTIZAÇÃO DO CORPO FUNCIONAL EM REALIZAR SEUS EXAMES PERIÓDICOS DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO NO EXERCÍCIO E REGULARIZAÇÕES DE EXERCÍCIOS PASSADOS.

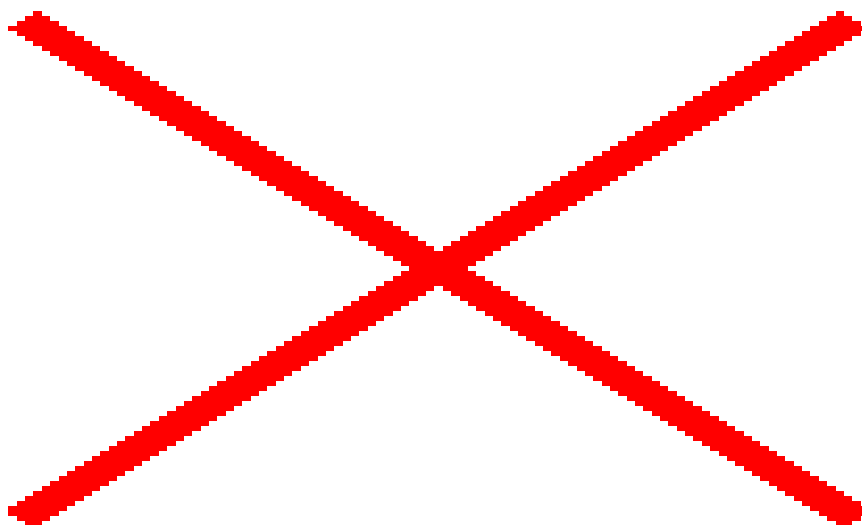
12.1.2.3 – (2011) Auxílio- Transporte aos Servidores e Empregados

○ **Tipo:** Atividade

○ **Finalidade:** Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória n.º 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

○ **Descrição:** Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

○ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD



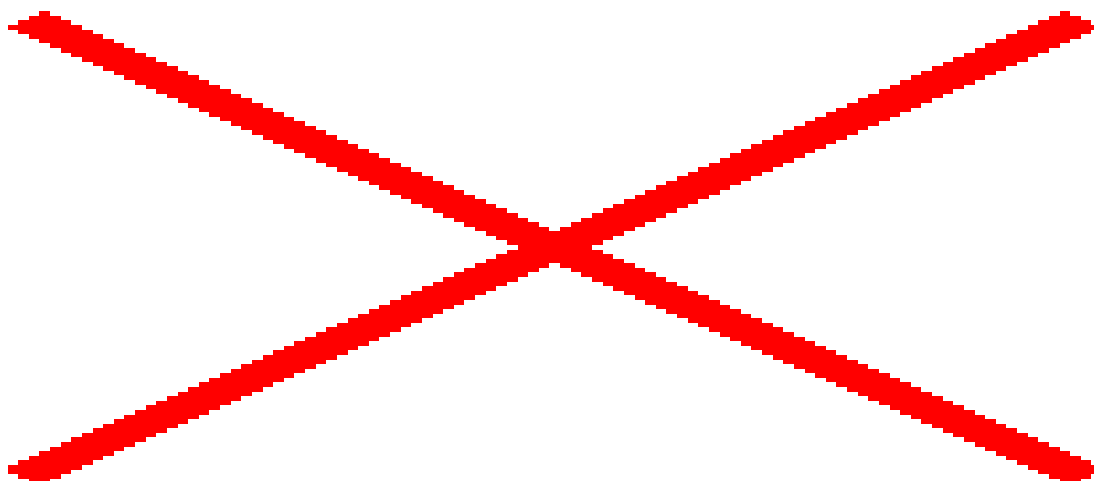
Quadro 077 – Metas e execução Ação (2012)

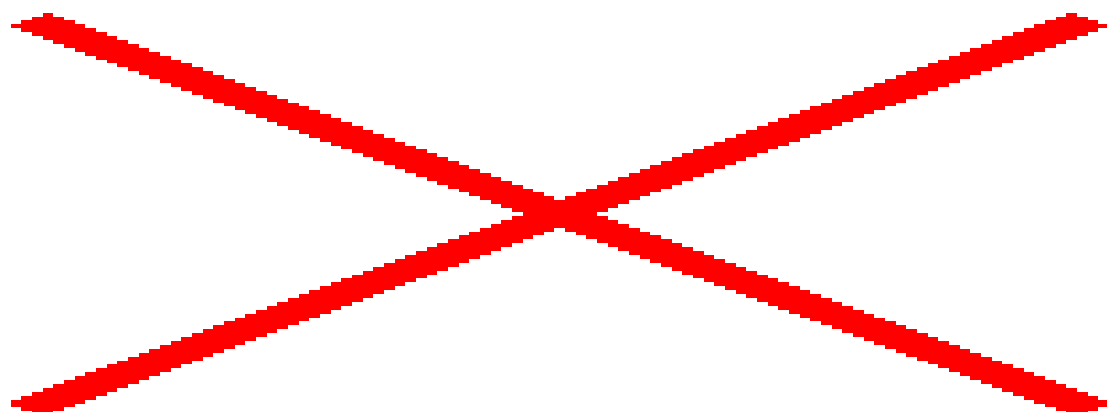
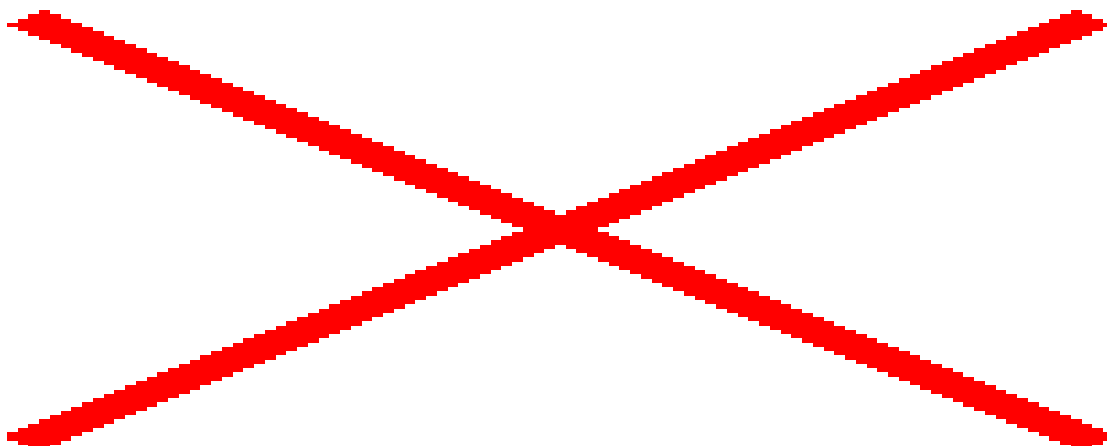
A dotação orçamentária inicial aprovada na LOA/2012 para a Conab foi de R\$6.931.122,00, com suplemento de R\$510.000,00, totalizando no período R\$7.441.122,00, atingindo 98,8% do programado, com uma meta física estabelecida para beneficiar 3.282 empregados/mês, a qual foi cumprida em 130,59%, aumentando o atendimento para uma média mensal de 4.286 empregados.

A meta física de atendimento médio para a Sureg/Amapá foi de 06 empregados por mês para o ano de 2012, tendo beneficiado 06, correspondente a 100,00 % do previsto.

A execução desta Ação se dá de duas formas:

- a) por meio da folha de pagamentos elaborada pela Matriz, para os empregados que optaram pelo recebimento do benefício em pecúnia, e
- b) por meio de créditos em cartão magnético.





12.1.2.4 – (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

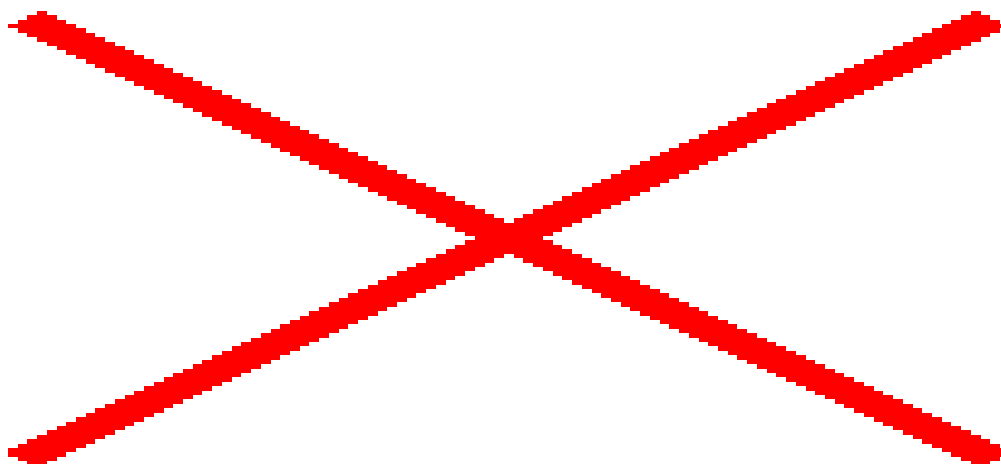
○ **Tipo:** Atividade

○ **Finalidade:** Visa conceder o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket- alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.

○ **Descrição:** Concessão, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket- alimentação ou refeição, ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

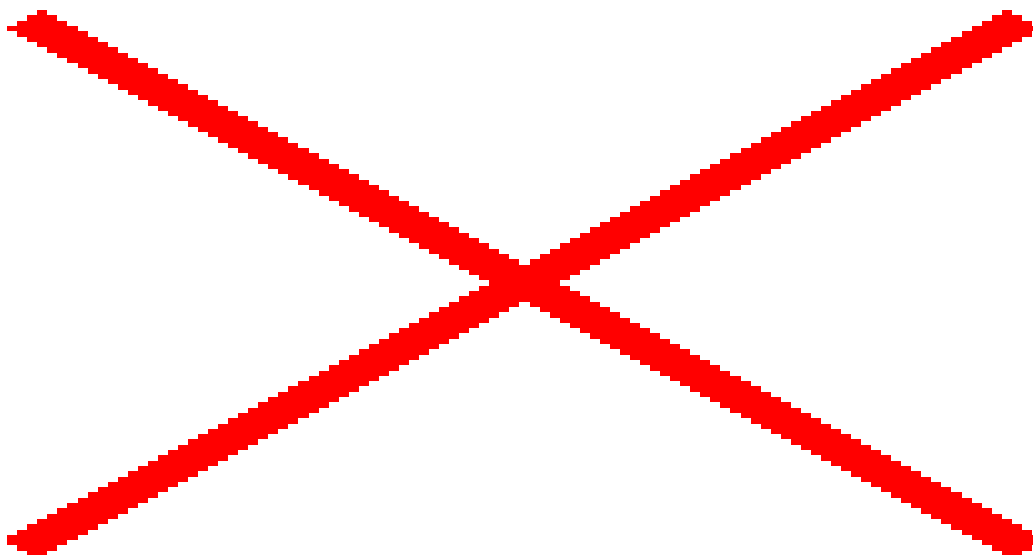
○ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD

Quadro 078 – Metas e execução Ação (2012)



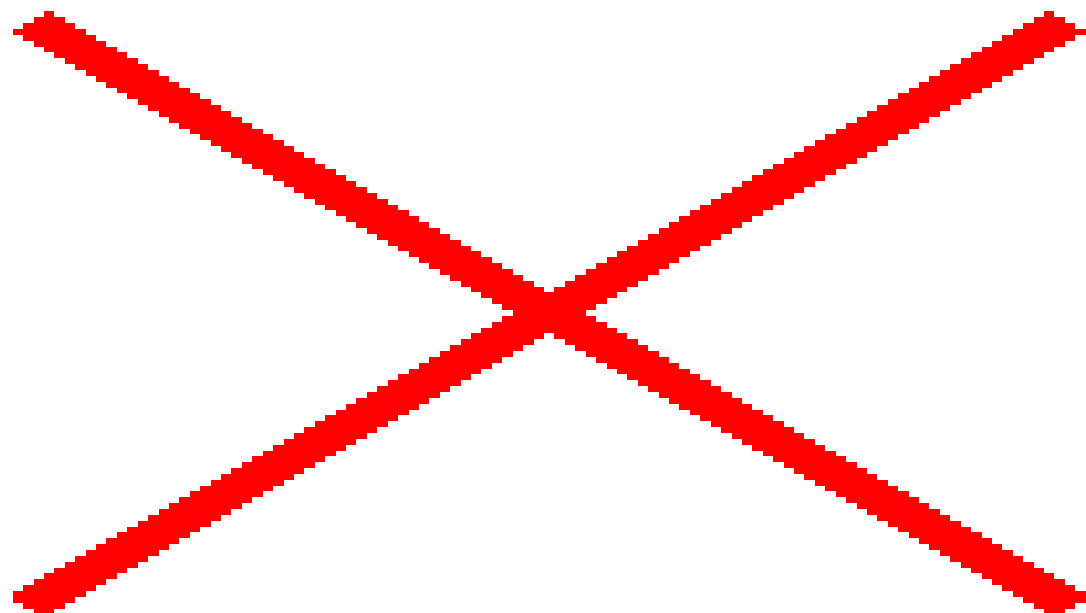
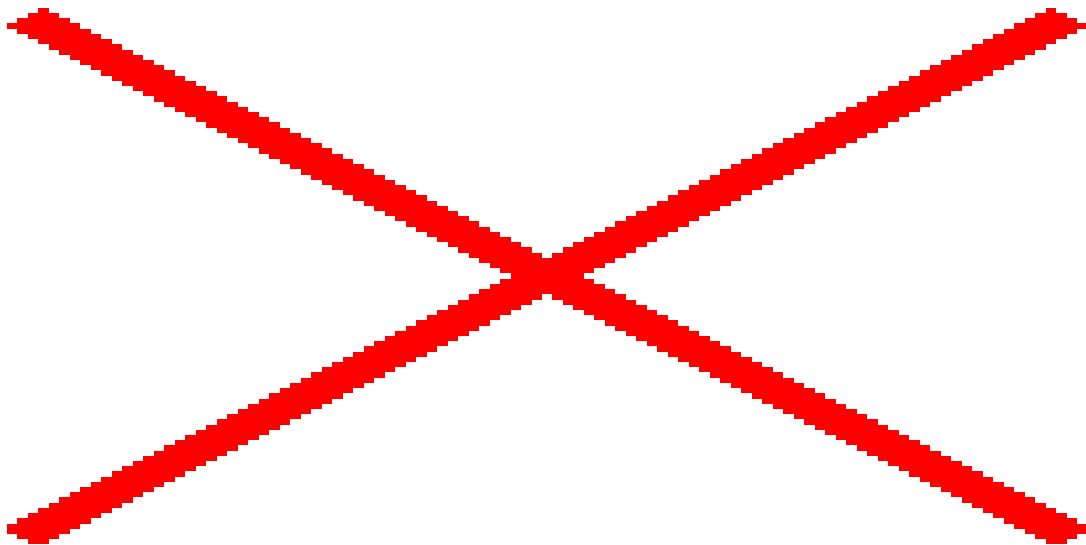
A dotação aprovada na LOA/2012, foi de R\$23.146.764,00, sendo cancelado R\$900.000,00 desse montante, ficando disponível R\$22.246.764,00. Desse total, foi gasto o valor de R\$21.662.047,14, correspondente a 97,37% do programado.

A meta física nacional de beneficiar 4.193 empregados por mês, foi executada em 103,36%, atingindo o número de 4.334 empregados.



A SUREG/AP PREVIA BENEFICIAR 06 EMPREGADOS E ATENDEU 06, CORRESPONDENDO A 100,% DA META, PELO VALOR DE R\$25202,50, O EQUIVALENTE A 100% DA DOTAÇÃO PREVISTA, COM PARTICIPAÇÃO DE 1,69% SOBRE OS GASTOS TOTAIS DA COMPANHIA NESTA AÇÃO.

ANÁLISE: A VARIAÇÃO NO PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DO AUXILIO- ALIMENTAÇÃO OBSERVADO ENTRE OS ANOS 20 A 2012, DE 101,59%, 109,09%, 105,71% , 104,29% E 101,41, RESPECTIVAMENTE, DEVE-SE A MOVIMENTAÇÃO DO QUADRO DE EMPREGADOS DA SUREG/AP NESSES EXERCÍCIOS, COM A ENTRADA POR PROCESSOS DE ANISTIA E CONCURSO E PELA SAÍDA POR TRANSFERÊNCIA E DEMISSÃO.



12.1.2.5 – (2130) Formação de Estoques Públicos – PGPM

○ **Tipo:** Atividade

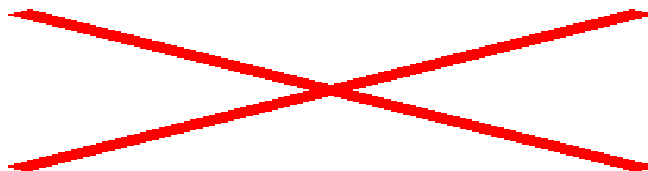
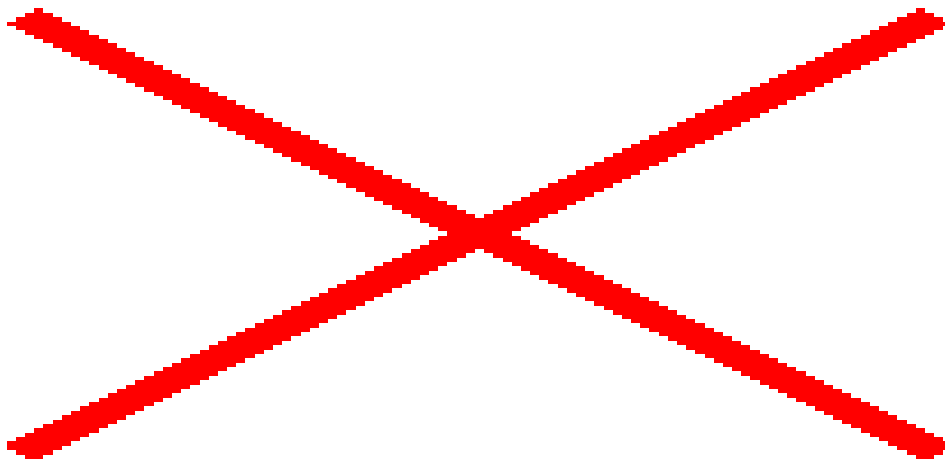
○ **Finalidade:** Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.

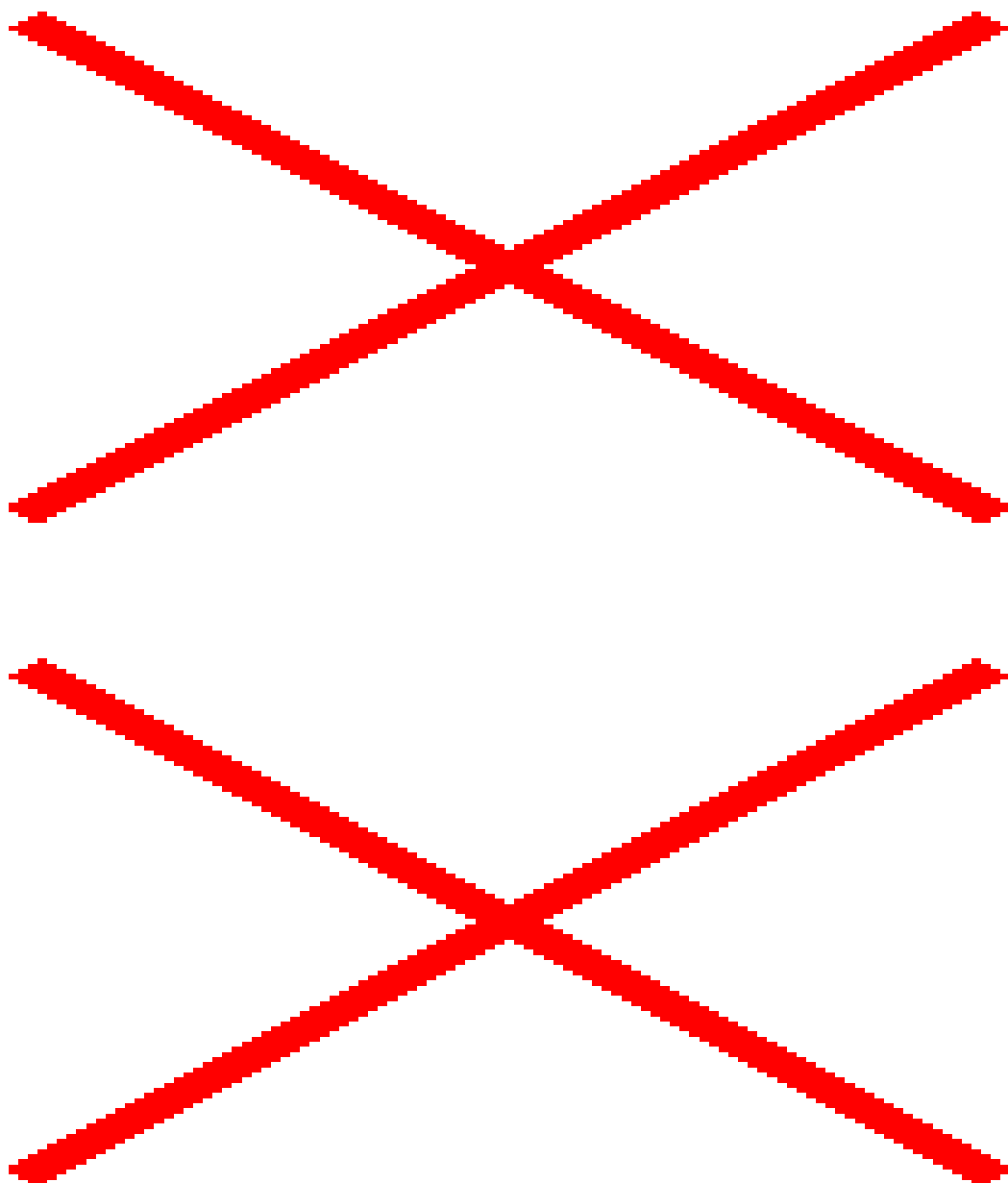
○ **Descrição:** Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal-AGF e Contrato Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo

ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.

● **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

Quadro 064 – Metas e execução Ação (2130)





12.1.2.6 – (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

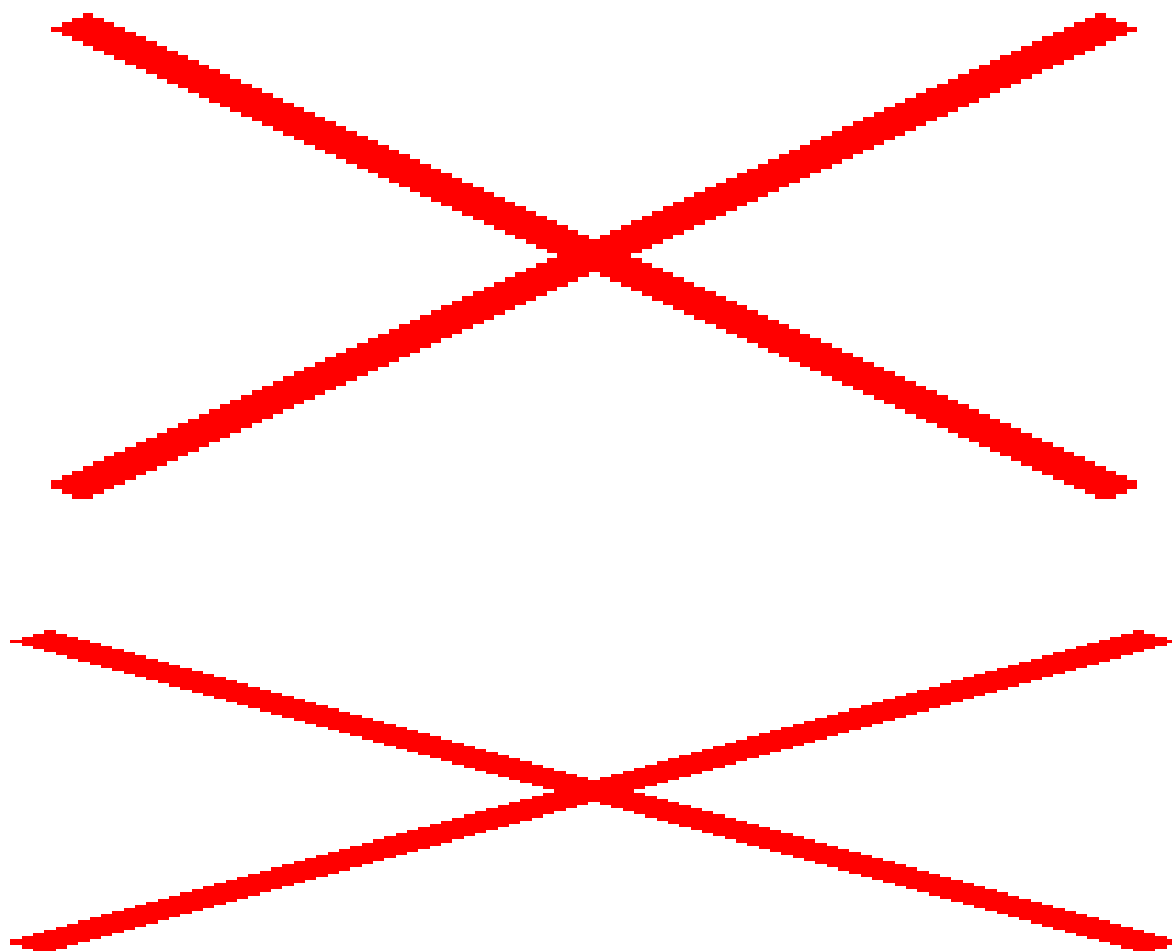
○ **Tipo:** Atividade

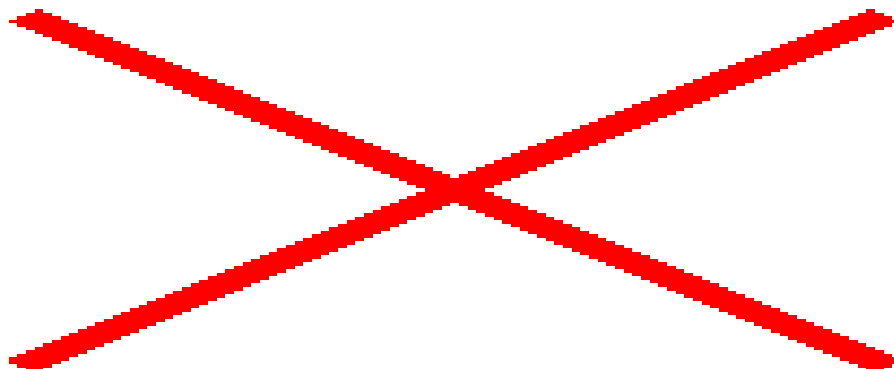
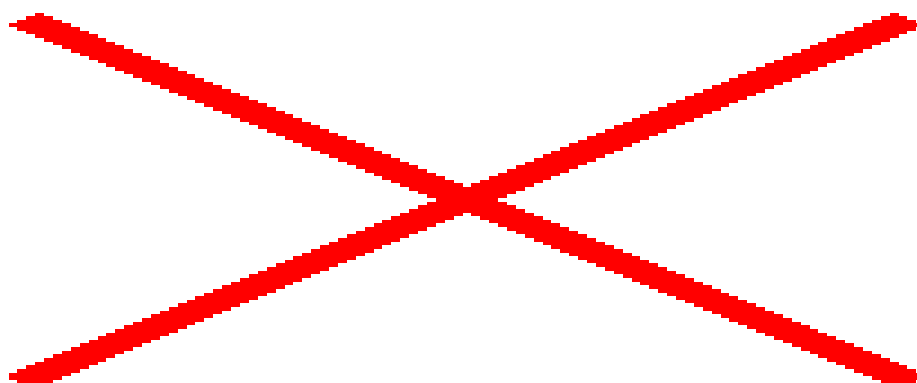
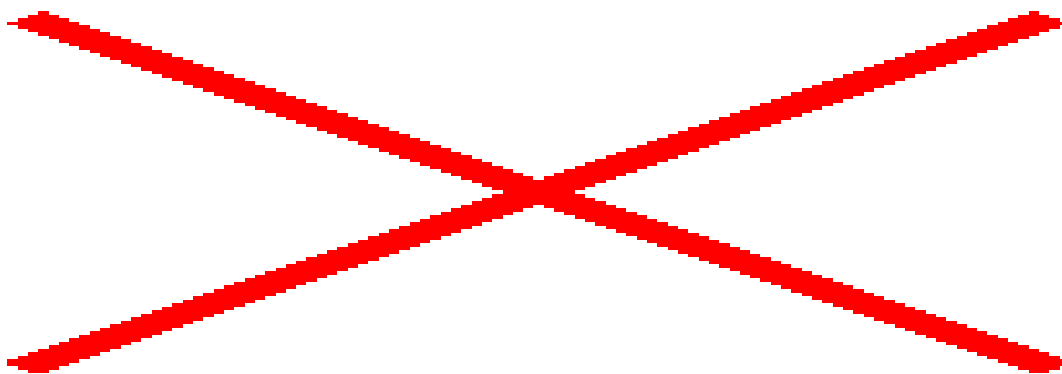
○ **Finalidade:** Visa a promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. E objetiva realizar, também, a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.

○ **Descrição:** Realização, *in loco*, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e também quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

○ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB

Quadro 066 – Metas e execução Ação (2137)





12.2 – Restos a Pagar

Análise das inscrições em restos a pagar no exercício e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Durante o exercício de 2012, tivemos apenas um empenho inscritos em restos a pagar referente a cooperativa agroextrativista no valor de R\$ 105.540,15

Quadro 12.3 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

exercícios anteriores não tivemos

12.5 – Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas

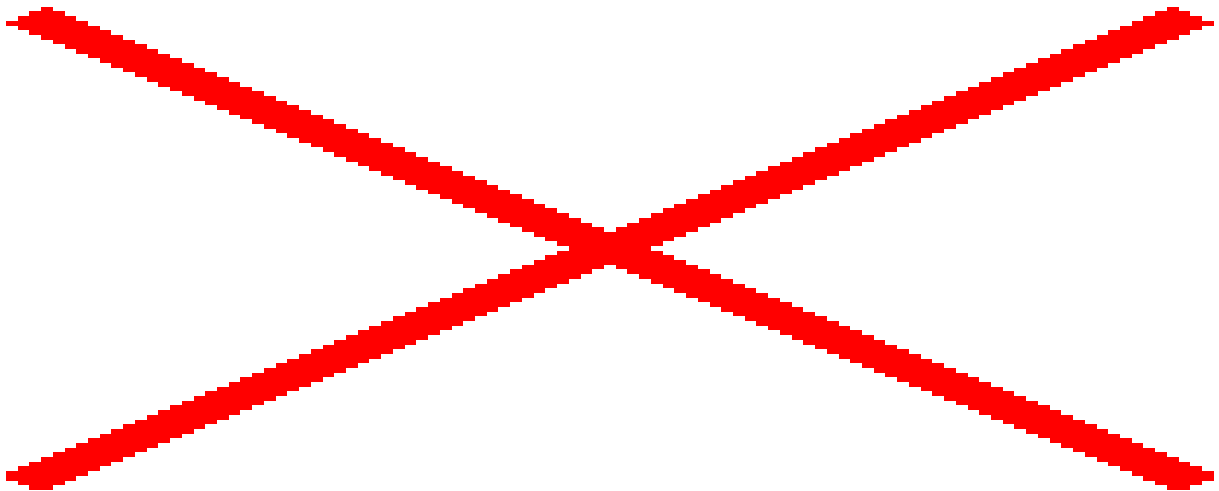
Ver anexo I – pág xx

12.7 – Gestão do Patrimônio Imobiliário

Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de propriedade da Empresa ou locado de terceiros

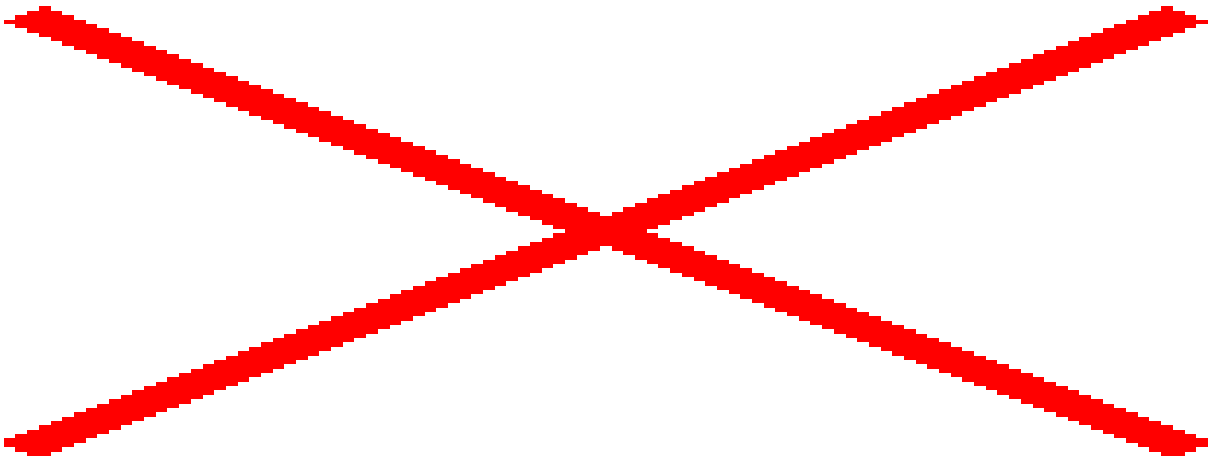
Não Há Imóveis da União na Sureg Amapá

Quadro xx – Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União



Fonte: Diafi/Supad

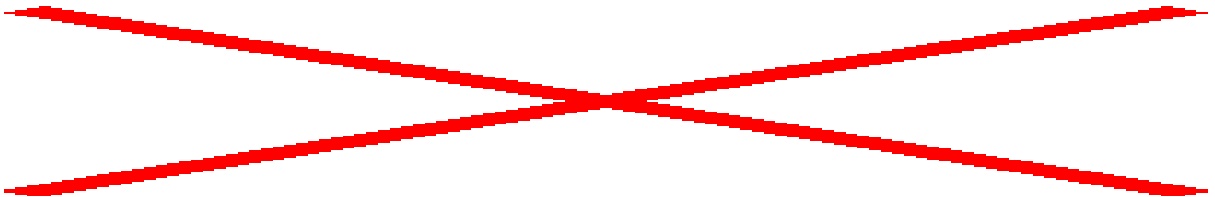
Quadro xx – Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros



Fonte: Diafi/Supad

Não Há Imóveis da União Sob Responsabilidade da UJ

Quadro A.7.3 – Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ



Fonte: Diafi/Supad

13 – GOVERNANÇA E CONTROLES

13.1 – Controle Interno da UJ

Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos: a) Ambiente de controle; b) Avaliação de risco; c) Atividades de controle; d) Informação e Comunicação; e) Monitoramento.

Quadro xx – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					x
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x

5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					x
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					x
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					x
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					x
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					x
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					x
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					x
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					x
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					x
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					

- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válido:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.

Fonte:

13.2 – Deliberações do TCU e CGU

Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

Não há recomendações à atender.

Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Fonte:

Não há recomendações à atender.

Quadro A.10.2 - Deliberações do TCU pendentes no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG

Descrição da Deliberação	
Justificativa apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Fonte:

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Síntese da Providência Adotada			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Fonte:

Sureg preenche o quadro, se houver recomendações

Quadro A.10.4 - Recomendações do OCI pendentes no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			
Justificativa apresentada pelo seu não Cumprimento			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

13.3 – Auditoria Interna

Informações de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito acompanhamento dos resultados de seus trabalhos

- a) a descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;**
- b) a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;**
- c) como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;**
- d) a descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.**

A Sureg não apresenta estrutura de Auditoria Interna. A seguir apresentamos a estrutura da Auditoria Interna da Matriz.

Estrutura da Auditoria Interna – Audin da Conab

Orientação Normativa e Supervisão Técnica

A Auditoria Interna da Companhia é hierarquicamente subordinada ao Conselho de Administração da Conab - Conad e administrativamente à Presidência, cabendo a esta última prover-lhe os meios necessários e suficientes ao seu autônomo funcionamento, conforme rege o art. 12, § 2.º, do Estatuto Social da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, regulado e aprovado pelo Decreto n.º 4.514, de 13 de dezembro de 2002, e publicado no DOU de 16.12.2002, em consonância com a alínea “a” do art. 1º da Resolução/CGPAR n.º 2, de 31 de dezembro de 2010 (D.O.U de 28.03.2011, S. 1, p. 109), recepcionada pela Resolução/Conad n.º 04, de 28 de março de 2012.

No desempenho de suas atividades específicas, a Audin atende e se relaciona com o Conselho de Administração da Conab e com os órgãos de Controle Interno e Externo, a exemplo da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU e do Tribunal de Contas da União – TCU, na esteira da alínea “g” do art. 1º da referida Resolução/CGPAR n.º 2, de 31.12.2010.

Isto ocorre, também, porque a Audin está sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme art. 15, do Decreto n.º 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação dada pelo Decreto n.º 4.440, de 25 de outubro de 2002, e a sua metodologia de trabalho guarda consonância com aquela adotada na esfera da SFC/CGU, por força do item 11, Seção I, Capítulo X, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado na forma de Anexo da IN/SFC n.º 01, de 6.4.2001 e, ainda, como o Manual de Auditoria Interna da Conab, em consonância com a PA/IPPF n.º 1000-1, do IIA, recomendada pelo Tribunal de Contas da União à guisa da boa prática internacional de auditoria interna conforme Acórdão n.º 1.233/2012 – TCU – Plenário.

Competências Regimentais e Estrutura Organizacional

O objetivo básico da Auditoria Interna é auxiliar os gestores no desempenho de suas funções, por meio do fornecimento de análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes aos atos e fatos examinados, de forma amostral. Nesse sentido, o trabalho dos auditores internos pode permear todas as atividades da Companhia, de forma a obter uma visão mais completa das operações e dos

procedimentos administrativos.

As competências regimentais da Audin foram assim delineadas:

I - Realizar, de forma amostral, consoante o “*Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna*” e de acordo com as técnicas estabelecidas no “*Manual de Auditoria Interna*”, trabalhos de auditoria, de avaliação e de acompanhamento da gestão nas diversas unidades gestoras da Companhia;

II - Avaliar, por meio do exame amostral dos registros e documentos pertinentes, os procedimentos administrativos e operacionais, no que se refere à conformidade com a legislação e normas a que se sujeitam;

III - Realizar avaliações de natureza operacional nas ações, programas de governo, projetos e atividades da Companhia, com a finalidade de emitir opinião sobre sua gestão sob a ótica da eficiência, eficácia, economicidade, efetividade e equidade;

IV - Realizar auditoria periódica na entidade fechada de previdência complementar em que a Conab figura como patrocinadora, assim como em empresas coligadas e controladas que, eventualmente, vierem a ser consideradas como tal;

V - Desenvolver trabalhos de auditoria extraordinária, por demanda do Conselho de Administração ou por sugestão do Conselho Fiscal;

VI - Emitir pareceres sobre as Demonstrações Contábeis e o Processo de Prestação de Contas da Conab;

VII - Acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos de controle interno e externo;

VIII - Elaborar o Plano Anual de Atividade da Auditoria Interna e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna;

IX - Definir as políticas e diretrizes da Auditoria Interna, mantendo a área atualizada quanto aos procedimentos, métodos e técnicas de auditoria, inclusive de seu Manual de Auditoria Interna;

X - Elaborar e manter atualizados os Programas de Auditoria, de observância obrigatória por parte do corpo funcional de auditores internos;

XI - Analisar e emitir parecer final sobre Tomada de Contas Especial, no que se refere ao cumprimento dos normativos cabíveis à espécie.

Para cumprimento de seus objetivos e missões regimentais, a Audin conta com três Gerências: a Gerência de Desenvolvimento Técnico-Operacional – Gedop, a Gerência de Auditoria – Geaud e a Gerência de Riscos, que foi alterada para Gerência de Avaliação Operacional – Genop, a partir de 1º.01.2013.

Foi proposto por meio da Nota Técnica Audin n.º 15/2012 a descentralização das atividades de auditoria com o objetivo de fortalecer o quadro de auditores internos, pela redução do nível de rotatividade de pessoal técnico, e obter maior abrangência e economicidade na execução das atividades típicas de auditoria interna. Para tanto, seria de bom alvitre que fossem instituídos núcleos regionais de auditoria interna, contemplando as cinco regiões geográficas do País.

A proposta foi aprovada pela Diretoria Colegiada da Conab (Voto Presi n.º 005/2012) e pelo Conselho de Administração, conforme consignado na Ata n.º 231, de 05.09.2012 e Resolução Conad n.º 01/2013. Assim, no exercício de 2013 será implementado o Núcleo de Auditoria do Nordeste com sede em João Pessoa/PB.

Os núcleos regionais serão subordinados hierarquicamente à Gerência de Auditoria – Geaud.

Estrutura de Recursos Humanos da Audin

Em consonância com o estabelecido no inciso XII do art. 20 do Estatuto Social e no inciso XII do

art. 123 do Regimento Interno da Conab, o chefe da Auditoria Interna é designado pelo Presidente da Companhia, sendo que a indicação deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração, conforme disposto no inciso XII do art. 16 do Estatuto Social e inciso XII do art. 2.º do Regimento Interno da Conab.

Para a execução de suas atividades, a Audin conta com uma equipe composta por 4 gestores e 13 técnicos, cuja principal característica é a multidisciplinaridade, de forma a permitir que os conhecimentos específicos dos auditores internos sejam utilizados em áreas afins. A equipe conta com auditores com formação acadêmica em contabilidade, administração, economia, estudos sociais, direito e agronomia.

Apesar da constatação de avanços obtidos nos últimos anos no fortalecimento das atividades de auditoria interna, cujos resultados estão refletidos no aprofundamento das análises das ações de auditoria realizadas, a Audin enfrentou sérias dificuldades relacionadas à rotatividade de seus profissionais auditores internos, que culminou, em 2012, na perda de 28,6% da sua força de trabalho, relativamente a 31.12.2010.

Em razão desse cenário, foram adotadas medidas no intuito de revigorar a Auditoria Interna da Conab, como parte integrante das ações de fortalecimento da governança corporativa da Companhia, conforme explicitado nas Resoluções/CGPAR de n.ºs 2 e 3, de 31.12.2010.

Para tanto, a Audin apresentou ao Conselho de Administração, por meio da Nota Técnica Audin n.º 16/2012 (encaminhada pela CI Audin n.º 286, de 03.09.2012), uma proposta de fortalecimento, em níveis sustentáveis, da Unidade de Auditoria Interna da Companhia pela via do suporte necessário de recursos humanos multidisciplinares (no total de 40 profissionais) e materiais, conforme determina o art. 14 do Decreto n.º 3.591/2000, abrangendo ajustes necessários na estrutura orgânica e a formatação da carreira segregada de Auditor Interno da Companhia.

Espera-se a aprovação da referida proposta para a implementação, no próximo exercício, de uma Unidade de Auditoria Interna em bases sustentáveis, visando agregar valor à gestão a taxas crescentes.

Manual de Auditoria interna – MAI

As atividades de Auditoria Interna da Conab são realizadas em conformidade com o Manual de Auditoria Interna – MAI, aprovado pelo Voto Presi n.º 10, de 22 de dezembro de 2006. Esse manual é o principal normativo interno de auditoria e tem por finalidade a sistematização do arcabouço conceitual e estrutural em que se assentam os trabalhos da Audin, a definição de conceitos e de diretrizes gerais, assim como o estabelecimento de diretrizes e procedimentos aplicáveis, com ênfase nos aspectos relacionados ao planejamento, exame, avaliação, conclusão e relatoria.

Sistema de Auditoria Interna – Siaudi

Os procedimentos de relatoria e o acompanhamento de pendências são processados exclusivamente em meio digital por intermédio do Sistema de Auditoria Interna – Siaudi, que entrou em produção em janeiro de 2008. Os relatórios impressos foram eliminados e a utilização do sistema permitiu maior celeridade, maior segurança de dados, acessibilidade compartilhada, remota e *on-line*, com ganhos em eficiência e economicidade a partir da automação da área.

Diante estes benefícios, vários foram os órgãos e entidades federais já solicitaram a cessão do Siaudi (CEAGESP, FUNAI, INCRA, DPU/MJ, IFC, IF-SC, UFABC, UF-AM, UFRJ e UnB) para uso interno.

Em face destas demandas, a Conab encaminhou Ofício Dipai n.º 238, de 16.8.2012, no intuito de instituir grupo de trabalho inter- institucional entre a CGU, CONAB e FUNAI para promover a atualização do Siaudi para disponibilização no Portal de Software Público.

Em razão desta sinalização feita pela Companhia à CGU e da necessidade do aprimoramento contínuo do sistema, está em processo de desenvolvimento na Conab um novo Siaudi, que terá uma linguagem de programação mais moderna e novos módulos. Estes módulos se integrarão, dando

maior celeridade ao processo auditorial, além de gerar informações gerenciais que poderão subsidiar a Alta Administração para a tomada de decisões.

Para este novo sistema serão desenvolvidos cinco módulos: Módulo de Risco, Módulo para Elaboração do PAINT, Módulo de Planejamento Específico, Módulo de Relatório e Módulo de Informações Consolidadas, que subsidiarão a elaboração do RAINT, inclusive.

Acompanhamento dos Resultados dos Trabalhos da Audin

Acompanhamento das Recomendações Exaradas nos Relatórios de Auditoria

Os relatórios de auditoria produzidos, via sistema Siaudi, são disponibilizados para a Unidade auditada, que dispõe de 20 dias úteis para a adoção das providências saneadoras, em face das recomendações formuladas pelos auditores internos. Os referidos relatórios são disponibilizados, também, para a Diretoria a qual a Unidade auditada está subordinada, à Presidência da Companhia, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração, para conhecimento e providências de suas alçadas. Ademais, os citados relatórios são remetidos à Controladoria Geral da União – CGU em cumprimento ao que dispõe a alínea “c”, inciso VIII, item 5, Seção I, Capítulo V do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado na forma da IN/SFC n.º 01, de 6.4.2001.

As recomendações formuladas pela Audin recebem acompanhamento sistemático via sistema Siaudi. Por meio dele os auditores acompanham, em tempo real, as respostas dos auditados às recomendações de auditoria. Assim, avaliam não apenas as respostas, mas os documentos instruídos digitalmente no processo. Dessa forma, as recomendações exaradas em relatório de auditoria são catalogadas e verificadas em seus *status*, de forma periódica, por meio de *follow-up*.

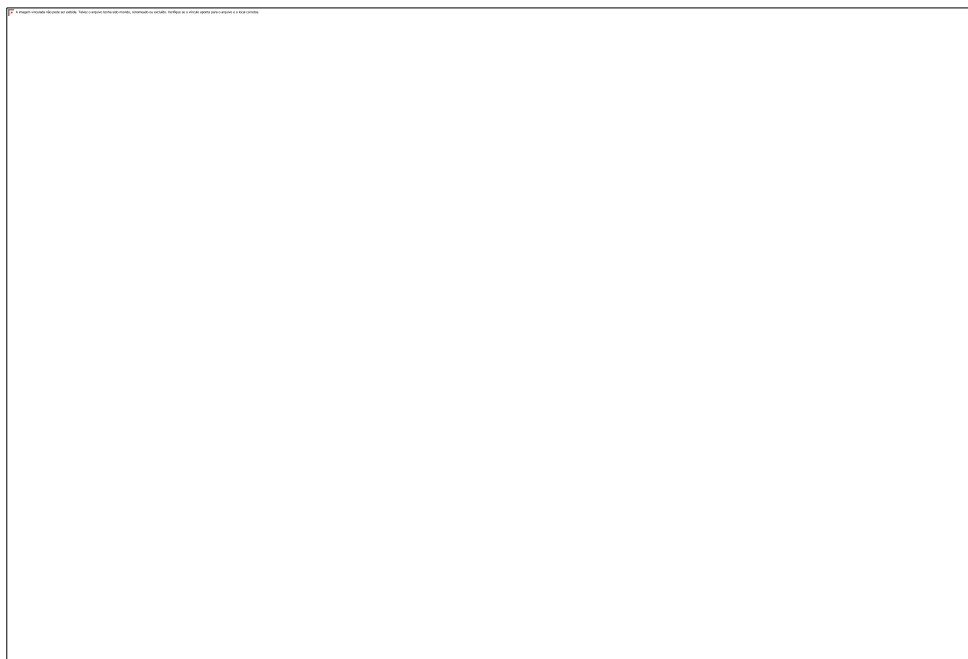
Além disso, o sistema dispõe de relatórios gerenciais que produzem informações sobre as constatações e recomendações pendentes e aquelas sem manifestação do auditado. As situações consideradas críticas são informadas ao Conselho de Administração na esteira do que determina a Resolução Conad n.º 04/2012, ocasião em que são destacados os riscos considerados elevados pela não implementação das recomendações.

Além do acompanhamento via sistema, os auditores internos analisam as recomendações pendentes de implementação em seus planejamentos de trabalhos de campo, de modo a verificar *in loco* as impropriedades respectivas às unidades a serem auditadas.

O monitoramento das recomendações emitidas em 2012 permitiu que se fizesse o diagnóstico que foi apresentado no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – Raint 2012, que entende-se oportuno reproduzir neste documento, a título ilustrativo.

Naquele exercício, verificou-se que 70% das recomendações foram solucionadas. Esta análise, não levou em conta as recomendações que ainda estão dentro do prazo estabelecido para solução. O gráfico 1 demonstra a distribuição das recomendações em termos percentuais, por ação de auditoria no exercício.

Gráfico 1



A análise das recomendações compreendeu os relatórios das auditorias ordinárias n.ºs 01 a 10/2012, a auditoria especial n.º 01/2012 e as auditorias extraordinárias n.ºs 01, 03 e 04/2012 (não houve recomendação para a de n.º 02), conforme tabela a seguir.

Tabela 1 – Relatórios de Auditoria do Exercício de 2012

Ordinária	1	25.04.2012	Matriz	Balanço
Extraordinária	1E	26.07.2012	Sureg/PE	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
Especial	1AE	30.11.2012	Cibrius	Cibrius
Ordinária	2	25.04.2012	Sureg/RR	Balanço
Ordinária	3	08.05.2012	Sureg/PI	Contábil Financeira
Extraordinária	3E	01.11.2012	Sureg/SP	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
Ordinária	4	08.05.2012	Sureg/MS	Balanço
Extraordinária	4E	26.12.2012	Sureg/RR	Gestão
Ordinária	5	23.05.2012	Sureg/MG	Balanço
Ordinária	6	30.05.2012	Matriz	Licitações
Ordinária	7	12.06.2012	Sureg/MT	Balanço
Ordinária	8	12.06.2012	Sureg/BA	Balanço

Ordinária	9	20.12.2012	Sureg/TO	Gestão
Ordinária	10	27.12.2012	Matriz	Folha de Pagamento

As recomendações extraídas dos relatórios, por meio do sistema Siaudi, foram divididas em 2 tipos: AP – Adoção de Procedimentos e SI – Solicitação de Informações.

As impropriedades foram categorizadas, em função de sua natureza, conforme quadro 1. Por sua vez, as categorias foram subdivididas para permitir um melhor detalhamento das fragilidades identificadas.

Parte das recomendações emanadas são solicitações de informações dirigidas aos auditados para esclarecer dúvidas ou fundamentar algum posicionamento adotado pela unidade auditada, assim, não é possível categorizá-las, pois nem sempre essas solicitações de informações são, de fato, uma impropriedade.

Assim, para efeito de categorização, apenas foram levadas em consideração as recomendações que se referem à adoção de algum procedimento por parte do auditado, em face de uma impropriedade identificada pelos auditores internos, em campo.

Quadro 1 – Descrição das Categorias

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIAS
Gestão Técnica e Operacional	Compreende as fragilidades resultantes da execução das atividades/tarefas e processos executados no dia a dia, envolvem não somente os aspectos operacionais, mas também os administrativos e financeiros. Podem ser falhas de controles internos, falhas na execução das atividades de rotina, problemas no fluxo dos processos, entre outras.	<input type="checkbox"/> Procedimentos acompanhamento e controle inadequados; <input type="checkbox"/> Falhas na execução das atividades; <input type="checkbox"/> Falhas na documentação e instrução de processos; <input type="checkbox"/> Outras.
Conformidade	Falta de aderência dos processos e atividades às normas, leis e regulamentos aplicáveis à Companhia e ausência de normativos que podem impactar negativamente a gestão.	<input type="checkbox"/> Ausência de normas internas; <input type="checkbox"/> Descumprimento de leis, normas ou regulamentos; <input type="checkbox"/> Outras.
Recursos Humanos	Deficiências oriundas de problemas de estrutura organizacional, qualificação do corpo técnico, deficiências de capacitação e gestão de recursos humanos.	<input type="checkbox"/> Deficiências de qualificação e capacitação; <input type="checkbox"/> Estrutura Organizacional; <input type="checkbox"/> Outras.
Tecnologia	Problemas que podem comprometer a disponibilidade, integridade e segurança da informação, inexistência ou deficiência de sistemas, equipamentos, controles e suporte aos empregados.	<input type="checkbox"/> Inexistência ou deficiências em sistemas; <input type="checkbox"/> Infraestrutura (equipamentos); <input type="checkbox"/> Outras.
Infraestrutura	Deficiências na estrutura física (operacional e administrativa) e falta de equipamentos e mobiliário para suporte às atividades.	<input type="checkbox"/> Operacional; <input type="checkbox"/> Administrativa.

A seguir, são apresentados os gráficos que demonstram a distribuição das recomendações por tipo, categorias e subcategorias.

Gráfico 2 - Quantidade de Recomendações por Tipo

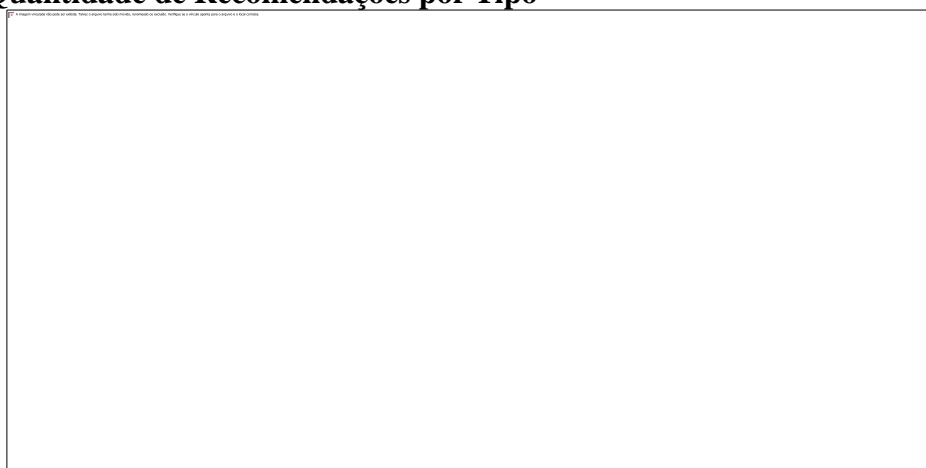


Gráfico 3 - Quantidade de Recomendações por Categoria

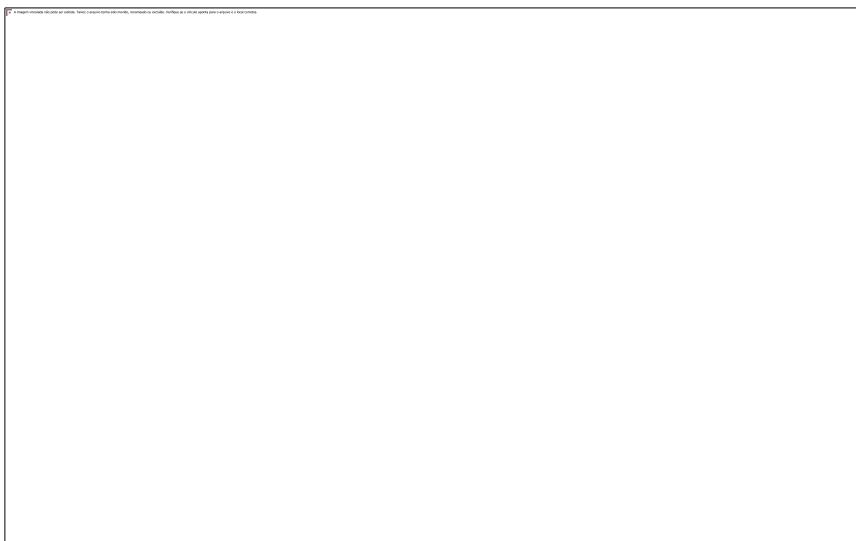


Gráfico 4 - Recomendações por Subcategorias



Acompanhamento dos Resultados Alcançados com a Implementação das Recomendações da Audin

A avaliação quanto aos resultados obtidos com a implementação das recomendações da Audin é feita por ocasião de novas auditorias realizadas posteriormente, no mesmo objeto. Todavia, pretende-se que esta análise seja realizada em auditorias específicas de acompanhamento de forma segregada. Tal medida depende, entretanto, da adoção das ações de reestruturação da Audin (com crescimento quantitativo da equipe de auditores, inclusive) pleiteada à Alta Administração da Companhia por meio da Nota Técnica Audin n.º 16/2012.

Resultados e Conclusões

Diante do contido no presente Relatório, pode-se concluir que a Superintendência Regional do Amapá , da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab atuou no exercício de 2012, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e as regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo a finalidade propugnada para os programas de governo.

As principais dificuldades encontradas para o pleno alcance das metas fixadas para o exercício, como já explicitado, decorreram da escassez crônica de recursos humanos decorrente da perda de servidores e da reposição insuficiente, assim como dos limites orçamentários e para despesas com diárias e passagens impostas, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da CGU. Ações junto aos órgãos competentes, para mitigar tais obstáculos são tomadas sistematicamente por esta Controladoria.

Brasília, 31 de maio de 2013.

ANEXO I – Demonstrações Contábeis

- Balanço Patrimonial (ativo, passivo)
- Demonstração do Resultado
- Demonstração do Valor Adicionado
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
- Composição Acionária do Capital Social

ANEXO II – xxx

ANEXO II – Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.